

Pensamento *Ibero-Americano*

Revista da Secretaria-Geral Ibero-Americana

3ª ÉPOCA / 02 / 2018

**Uma Ibero-América
próspera, inclusiva e
sustentável**



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Pensamiento *Iberoamericano*

**Uma Ibero-América próspera,
inclusiva e sustentável**

Editada por



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Paseo de Recoletos, 8
28001 Madrid, España.
Teléfono: (+34) 915 901 980
info@segib.org

Síguenos en



www.somosiberoamerica.org/pensamiento-iberoamericano/

Tel.: (+34) 912 444 757

Com a colaboração de



Cooperación
Española



AMEXCID

AGENCIA MEXICANA
DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL
PARA EL DESARROLLO



INSTITUTO DE
ADMINISTRACIÓN
PÚBLICA
P U E B L A

© Secretaria-Geral Ibero-Americana

© dos textos

Os seus autores

A revista *Pensamento Ibero-Americano* não assume necessariamente como próprias as opiniões expressas pelos autores que nela colaboram.

Design e maquetagem
Red Monster Studio S.L.
www.redmonster.es

Impressão

Villena Artes Gráficas

Depósito Legal: M-36222-2016
ISSN: 0212-0208

Órgãos Diretivos

Patronato

Presidente

Rebeca Grynspan / Secretaría General Iberoamericana

Auditoría Superior del Estado de Puebla / **David Villanueva Lomeli**

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / **José Alfonso Esparza Ortiz**

Casa de América / **Santiago Miralles**

CEPAL / **Alicia Bárcena**

FLACSO / **Josette Altmann**

FMI (Departamento del Hemisferio Occidental) / **Alejandro Werner**

Instituto de Administración Pública del Estado de Puebla (IAP Puebla) / **Héctor Hernández Sosa**

OCDE / **Ángel Gurría**

OEA / **Luis Almagro**

PNUD (América Latina y Caribe) / **Luis Felipe López Calva**

Real Instituto Elcano / **Emilio Lamo de Espinosa**

Universidad Tecnológica de Puebla / **Bernardo Huerta**

Conselho editorial

Manuel Alcántara, José Antonio Alonso, Jordi Bacaria, Renato Baumann, Paulina Beato, Adrián Bonilla, Gerardo Caetano, Guillermo Calvo, José Carreño, Rosa Conde, Pedro Dallari, M^a Lourdes Dieck, Joaquín Estefanía, Nancy Gomes, Miguel Hakim, Carlos Heredia, Ana Paula Laborinho, Marta Lagos, Roberta Lajous, Celia Lessa Kerstenetzky, Augusto López Claros, Nora Lustig, José Luis Machinea, Carlos Malamud, José Antonio Ocampo, María Salvadora Ortiz, Félix Peña, Miguel Ángel Pérez, Liliana Rojas, Francisco Rojas, Gert Rosenthal, José Antonio Sanahuja, Ana Sojo, Juan Triana, Alberto Van Klaveren.

Conselho universitário

Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)

Universidade de Buenos Aires (UBA)

Universidade dos Andes

Universidade do Chile

Universidade de Salamanca

Universidade Pontifícia de Comillas

Diretor: Enrique V. Iglesias

Editora: Cristina Manzano

Sumário

A resposta a um apelo histórico

Enrique V. Iglesias

6

1

A grande aliança

9

> Outro futuro é possível

Rebeca Gryspan

10

2

Os ODS na Ibero-América

19

> O mundo e a Ibero-América no século XXI

Juan Pablo de Laiglesia

20

> A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: um compromisso permanente face a um contexto em mudança

Alicia Bárcena

28

> Das ideologias que nos confrontam aos ideais que nos aproximam: A agenda 2030 e os desafios das políticas públicas na América Latina e no Caribe

Luis F. López Calva

36

3

A visão dos agentes não estatais

43

> Cidades sustentáveis: a Agenda Urbana como acelerador dos objetivos de desenvolvimento sustentável

Carmen Sánchez-Miranda Gallego

44

> Os ODS e a sociedade civil: das velhas metas ao novo paradigma

Gabriel Baracatt

53

> Laboratórios de Inovação Cidadã: novo caráter institucional para um futuro sustentável

Pablo Pascale

61

> Experiências institucionais do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino) sobre o papel dos ODS na Ibero-América na presente conjuntura internacional e regional

Elías A. Castillo González

71

4

A visão da empresa

81

> Generar innovación para alcanzar los ODS

Ignacio S. Galán

82

- > A empresa face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Núria Vilanova 88
- > Caminhar na direção correta, o mais depressa possível
Gustavo Grobocopatel 97

5 *A visão do mundo académico* 101

- > O poder transformador da universidade para o desenvolvimento sustentável do continente ibero-americano
Vahan Agopyan 102
- > O desenvolvimento sustentável nas instituições do ensino superior
Bernardo Huerta Couttolenc 111
- > A visão do mundo académico dos ODS
Ricardo Rivero Ortega* 121
- > Ações da BUAP para o desenvolvimento sustentável
J. Alfonso Esparza Ortiz 131

6 *A visão dos jovens* 141

- > Por uma perspetiva de juventude na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável
Max Trejo Cervantes 142

7 *A visão das mulheres* 151

- > A visão das mulheres no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento
Luiza Carvalho 152

8 *A visão da cultura* 163

- > O papel da cultura para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Ernesto Ottone 164

9 *Anexo* 171

- > A Conferência Ibero-Americana e a Agenda 2030
Ignacio Uriarte Ayala 172

A resposta a um apelo histórico

A próxima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, terá lugar na cidade de La Antigua Guatemala, e estará subordinada ao tema “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”.

A Cúpula tenciona trocar ideias e promover ações em torno do documento central da Agenda 2030 e dos grandes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas.

Neste número, a revista *Pensamento Ibero-Americano* convida a refletir sobre os temas da Cúpula individualidades de vulto dos organismos internacionais, mundo académico, representantes da empresa privada e especialistas relacionados com a Ibero-América.

Com este objetivo, as Cúpulas Ibero-Americanas respondem ao apelo feito nas Nações Unidas por 193 países à volta de um documento histórico no qual participaram mais de 10.000 pessoas de todo o mundo.

Na reunião de La Antigua, os Chefes de Estado e de Governo terão a oportunidade de debater as grandes metas dos ODS até 2030, e de reafirmar os seus compromissos de políticas nacionais no ambicioso programa dos 17 objetivos propostos pelo acordo das Nações Unidas.

Nos 73 anos de criação da ONU, a instituição e toda a família de agências que colaboram com os seus objetivos, contribuíram para o propósito fundacional de preservar a paz universal e procurar soluções para os grandes desequilíbrios sociais e políticos que persistem no mundo. Não se podem desconhecer os grandes êxitos em matéria de consolidação da paz e de progressos de desenvolvimento económico e social da humanidade promovidos pela ação das Nações Unidas. Mas também não podemos ignorar os importantes desequilíbrios

sociais que subsistem e os dolorosos confrontos de raças, religiões e nacionalismos que ainda dividem o planeta e que criaram e continuam a criar dolorosas confrontações com a perda de vidas humanas e milhões de pessoas afastadas das suas casas. E muito menos podemos descurar as dramáticas ameaças que pesam sobre o ser humano em consequência dos impactos das alterações climáticas.

Com o debate e os acordos sobre as metas de desenvolvimento económico e social a alcançar em 2030, contribuiu-se para despertar a consciência crítica dos cidadãos e dos seus representantes políticos.

Essa consciência crítica que sintetiza a mensagem dos ODS das Nações Unidas é um apelo a todos os países do mundo. Uma mensagem dirigida à condução política, ao empresariado e à consciência e presença da sociedade civil. Mas, sobretudo, é uma voz de alerta face às tiranias do curto prazo que muitas vezes impedem de olhar para além dos problemas da altura, descuidando os grandes objetivos de desenvolvimento económico a médio e longo prazo. Essa é, sem dúvida, uma primeira grande contribuição dos ODS: estimular a ação, mantendo como ponto focal os objetivos de um desenvolvimento económico e social a longo prazo ao serviço das pessoas mais desamparadas e da manutenção da vida no mundo.

Mas é também uma reafirmação da necessidade de continuar a aprofundar as relações multilaterais entre os países. A preservação dessa forma de relação entre nações, no diálogo e na cooperação, permanece como objetivo primordial do sistema das Nações Unidas para promover a paz e assegurar a convivência positiva entre as nações. Os ODS reafirmam a necessidade de preservar o conceito básico de solidariedade, impulsionador do sistema das Nações Unidas e uma

grande conquista ética, que é preciso defender e promover para alcançar um mundo melhor para todos.

Parece-nos uma decisão muito positiva por parte dos países ibero-americanos e das suas Cúpulas a de reafirmar nos seus debates estes compromissos internos dos países e a sobrevivência dos grandes princípios do multilateralismo e da cooperação entre nações.

Como afirma a Secretária-Geral, Rebeca Grynspan, no seu documento, a Cúpula de La Antigua compromete-se a “uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável que vemos como três grandes tarefas que agora, mais do que nunca, sabemos como conseguir realizar”.

Agradeço muito todas as valiosíssimas contribuições com que nos apoiaram os participantes neste número da revista *Pensamento Ibero-Americano*.

Enrique V. Iglesias

Director

1

A grande aliança



Outro futuro é possível



Rebeca Grynspan*

Secretaria-Geral Ibero-Americana

Enfrentamo-nos a desafios importantes, mas a nenhum impossível. Com avanços e retrocessos, a nossa região já ultrapassou obstáculos muito mais difíceis. As sociedades são exigentes e isso não deve ser visto como uma ameaça, mas como um padrão de qualidade. O caminho por percorrer determina o ano 2030 como o ponto de chegada, mas sem qualquer dúvida o mais importante é a nossa atitude ao longo do trajeto.

Isaiah Berlin afirmou que os filósofos são adultos que continuam a colocar-se perguntas infantis. E não o dizia a brincar: ele, talvez um dos maiores filósofos políticos do século XX, via o mérito da visão incólume das crianças. Escrevo estas linhas com a intenção de fazer algo parecido. Com a intenção de vos convidar a fazer um exercício que alguns considerarão ingénuo, ou (por que não) infantil: o de imagina como será o ano 2030 na Ibero-América se formos capazes de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

“O caminho não foi fácil, mas a luta valeu a pena. Ao longo da última década conseguimos transformar paulatinamente as nossas instituições para as colocar ao serviço das exigências da nossa cidadania. Abrimos as portas das nossas instituições às pessoas.

* ERebeca Grynspan, economista e ex. vice-presidenta da Costa Rica, foi eleita Secretária-Geral Ibero-Americana a 24 de fevereiro de 2014 pelos 22 países que constituem a Conferência Ibero-Americana. Iniciou o seu mandato no dia 1 de abril de 2014. É a primeira mulher a ocupar o cargo.

Pouco a pouco, vimos como se reduzia a pobreza e a fome, e como os serviços públicos básicos, como a saúde melhoraram substancialmente. Os nossos modelos educativos também se transformaram. Apercebemo-nos que devíamos desenvolver as competências e capacidades dos jovens para os poder integrar num mercado de trabalho em transformação e muito dinâmico. Graças a isso, aumentámos significativamente a qualidade do emprego. Contribuímos com trabalhos dignos para a melhoria do desenvolvimento e diminuámos a lacuna da desigualdade em toda a região. Durante estes anos, observámos como as mulheres ocuparam substancialmente postos de direção em grandes empresas, presidências em diferentes países da nossa zona, prefeituras, congressos e ministérios; diminuiu o fosso salarial e compreendemos que a repartição dos cuidados da casa tinha de ser mais equitativa. Entendemos que a degradação do ambiente não era a via para o desenvolvimento e decidimos produzir e consumir de forma responsável. Aprendemos a conceber cidades sustentáveis e inclusivas, onde os transportes públicos se caracterizaram pela eficiência e suficiência. O governo e a cidadania reconciliaram-se, enquanto que o setor privado se tornou num grande apoio para melhorar a realidade social, económica e ambiental. Todos juntos, conseguimos criar uma grande aliança com a academia, sociedade civil, governos locais, cidades, jovens e mulheres do nosso continente... Uma grande aliança que nos tornou no que agora somos. Talvez tenha sido

a tarefa mais importante que jamais empreendemos, e ainda há um longo caminho a percorrer, mas o esforço, como disse antes, valeu a pena”.

Isto é uma utopia, é verdade. Mas as utopias servem para alguma coisa. Servem para situar um destino no mapa. Para saber onde ir. Pois, como bem afirmava Berlin, quando dizemos que “podíamos estar melhor”, estamos a referir uma sucessão progressiva que termina em algum sítio. Nalguma utopia. Se não tivermos destino não temos rota. E deambulamos, perdidos.

A Ibero-América está atualmente numa encruzilhada de onde pode seguir o caminho incorreto. Nessa encruzilhada a única opção clara é a Agenda 2030. Uma agenda que nos indica não só um destino, mas também um roteiro. Acreditar nela, acreditar no que descrevi no início, é acreditar em nós próprios e dar um passo firme para o nosso progresso.

A ambição da Agenda 2030 é, portanto, o seu maior nutriente, pois leva-nos a pensar em grande. No entanto, também envolve um enorme desafio. Um desafio que estou convencida só conseguiremos ultrapassar se formos munidos de otimismo e realismo em partes iguais.

A Agenda 2030 no contexto atual

Uma das críticas mais comuns à Agenda 2030 é que abarca demasiado.

Não há dúvida de que se trata de uma agenda muito ambiciosa: erradicar a pobreza e a fome, reduzir as alterações climáticas e proteger o ambiente, alcançar a igualdade de género e diminuir as desigualdades económicas e sociais, promover o crescimento económico sustentável, e construir sociedades mais justas e pacíficas, são desafios pela sua natureza complexos e entrelaçados que exigem um esforço titânico por parte de todos os níveis da sociedade.

As sinergias entre setores, agentes e territórios serão o nome do jogo e o vínculo fundamental nos próximos doze anos.

No entanto, não há maior mostra de que estes esforços se podem alcançar do que a forma como a própria Agenda foi concebida. Um verdadeiro triunfo do multilateralismo: 193 países que conseguiram chegar a acordo sobre dezassete objetivos prioritários, com os seus indicadores e metas, num processo que contou, para além de negociação intergovernamental, com uma vastíssima participação cidadã, do setor privado, da academia e dos restantes agentes da sociedade. Mais de 10 milhões de pessoas fizeram parte da maior consulta alguma vez realizada por uma instituição internacional.

Este triunfo do multilateralismo sublinha a maior força da Agenda 2030: é a única narrativa positiva que temos a favor da cooperação à escala global, num mundo onde começa a predominar a lógica da fragmentação e da polarização. A Agenda 2030 é, sem qualquer dúvida, um espaço onde se ouvem e juntam as vozes que preconizam mais diálogo, mais cooperação, mais solidariedade e mais multilateralismo.

No caminho que devemos percorrer até ao horizonte 2030 é claro que ninguém pode avançar sozinho ou de forma segregada. As sinergias entre setores, agentes e territórios serão o nome do jogo e o vínculo fundamental nos próximos doze anos. Significará um grande esforço de coordenação, solidariedade e trabalho de equipa. Não há ninguém a quem os dezassete ODS não beneficiem ou a quem não prejudique o fracasso coletivo de não os alcançar. Esta é uma agenda que se constrói de baixo para cima e que exige a participação de todos e todas.

A dimensão e a profundidade dos dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável obrigam-nos, portanto, a pensar em conjunto e a pensar estrategicamente. A encontrar as ações que podem criar maior impacto para poder catalisar e multiplicar a mudança. E a unir a pluralidade dos agentes que devem colaborar para o conseguir.

Neste sentido, gostaria de contribuir para este debate com três linhas de

ação que, na minha opinião, são vitais para o pensamento estratégico de que os ODS necessitam:

- 1) estabelecer grandes alianças**
- 2) localizar as dinâmicas principais pela sua transversalidade**
- 3) trabalhar num novo carácter institucional.**

Uma grande aliança para ao futuro

Precisamos de caminhar juntos, harmonizar diferenças e unir forças. Como bem sabemos, o desenvolvimento sustentável apoia-se em três pilares: no económico, no social e no ambiental. O problema é que, até agora, estes pilares funcionaram como feudos, como se se tratasse de um jogo de soma zero, no qual os lucros das empresas deviam necessariamente ser alcançados à custa do ambiente ou os progressos sociais representassem riscos para os negócios. A evidência demonstra-nos que isso não é verdade. Quando os setores realmente se conseguem coordenar, criam-se e multiplicam-se espaços de ganhar-ganhar.

A visão fragmentada do passado fracassava por não integrar conceitos como a sustentabilidade, ecossistemas e sinergias. Um erro que não é meramente académico: estes ecossistemas existiam e existiram sempre, só que às vezes não os víamos porque não os sabíamos

medir. Os êxitos da sociedade só perduram quando beneficiam todos os setores, quando todos em conjunto trabalham para os alcançar; quando incorporam o setor público, a empresa privada e a cidadania numa grande aliança. Vivemos num mundo cada vez mais interconectado. E quanto mais interconectados estamos mais dependemos uns dos outros e mais sinergias possíveis existem. Cumprir a Agenda 2030 só será possível se conseguirmos ser catalisadores dessas oportunidades e dessas alianças.

A estrutura multinível e multiagente de que a Agenda 2030 necessita é uma estrutura na qual a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Sistema Ibero-Americano já progrediram muito. Pensar em coletivo não é novo para nós. Reunimos Chefes de Estado e de Governo, como faremos na próxima XXVI Cúpula Ibero-Americana dos dias 15 e 16 de novembro em La Antigua, sim. Mas no quadro da Cúpula reuniremos e reunimos já também empresários, governos locais, ministros de todos os setores, líderes indígenas, universidades, representantes regionais e outros. Sabemos como os espaços para o encontro e a formação de acordos estratégicos contribuem para o debate, a análise e a busca de propostas que beneficiam de ter surgido do consenso, pelo que podem ser extremamente eficientes. É uma realidade: perante os grandes desafios que envolvem os ODS, a Ibero-América tem a particular vantagem de contar com esta estrutura institucional,

uma estrutura que oferece a opção de alargar os espaços de interação, coordenação e cooperação de todos os agentes relevantes.

Objetivos transversais

A ambição da Agenda 2030, como dizia, obriga-nos a pensar estrategicamente. Cumprir dezassete objetivos simultaneamente é, sem dúvida, um grande desafio. Um desafio que não poderemos superar se tentarmos cumprir cada objetivo, um por um, separadamente. Devemos aproximar-nos dos ODS de forma holística. Aproximar-nos deles como um todo interligado. Observá-los como uma rede com alguns nós focais onde podemos encontrar mais eficiências e sinergias. E assim encontrar as dinâmicas mais *transversais* e trabalhar nelas.

No meu ponto de vista, há três dinâmicas transversais na Agenda 2030 em que nos devemos centrar: a igualdade de género, a transformação económica para modelos de consumo e produção sustentáveis, e a desigualdade e, daí, a desagregação dos objetivos para colmatar as lacunas.

Para além do argumento ético a favor da igualdade de género ou das abundantes evidências empíricas sobre o custo da desigualdade, permitam-me salientar o argumento aritmético a favor do empoderamento das mulheres e das meninas. Se queremos dar o salto nos diferentes objetivos e metas

da Agenda 2030, não há via mais eficiente que a que afeta metade da população mundial. As mulheres são metade da economia verde (procura de produção sustentável no âmbito rural) e da economia azul (cuidar dos nossos mares e rios). São metade das vítimas da subnutrição e da pobreza. Metade dos habitantes dos ambientes poluídos. Metade dos cidadãos que vivem em centros urbanos disfuncionais. E assim sucessivamente. Realidades que se tornam evidentes nos 160.000 milhões de dólares que, segundo o Banco Mundial, custa a desigualdade de género na economia do planeta. As mulheres são, portanto, as principais aliadas para dar um salto exponencial para o desenvolvimento sustentável.

O segundo objetivo transversal, tal como já referi, é a transformação dos nossos modelos de produção e consumo. A aposta num mercado que tenha a sustentabilidade no seu ADN. Uma transformação que, perante a ameaça das alterações climáticas, é urgente e que não será possível se não contarmos com o apoio dos dois lados da equação: cidadãos que exijam produtos sustentáveis e produtores que promovam práticas de sustentabilidade.

Pelas vantagens que representam para a nossa região, gostaria de me centrar agora nas economias verde e azul.

Para terem uma ideia, a América Latina concentra 50% da área florestal do

planeta, o sumidouro de carbono¹ terrestre maior do mundo, 12% da terra arável, quase quatro vezes mais recursos hídricos renováveis per capita que o resto do mundo, e 27% da produção de biocombustíveis². Pouco mais de metade da eletricidade da América Latina provém de energias renováveis, relativamente aos 22% da média mundial³. Valores que deixam muito claro o potencial energético da região e que oferecem à Ibero-América a possibilidade de continuar a ser pioneira em várias áreas da produção sustentável; e que trazem benefícios que vão para além das alterações climáticas, benefícios esses que frequentemente ignoramos.

Espanha, por exemplo, é líder mundial em energia eólica e solar, o que se observa claramente através das transformações ocorridas no campo espanhol. Em menos de uma geração, regiões diferentes, que antes se encontravam esquecidas por falta de emprego, estão hoje repletas de moinhos e painéis solares. Uma clara mostra de que a economia verde é também uma forma fantástica de desconcentrar a despesa da cidade para o campo, de reduzir a desigualdade regional em oferta de

emprego e de dar oportunidades de aprendizagem a uma população rural juvenil que ficará assim mais preparada para a economia do futuro.

A desigualdade de género custa na economia do planeta 160.000 milhões de dólares, segundo o Banco Mundial.

Por sua vez, Portugal está a mostrar ao mundo as vantagens de transformar a economia dos mares, rios e portos no sentido da sustentabilidade. É um dos lugares onde mais centros de investigação e desenvolvimento trabalham na economia azul, oferecendo emprego a uma geração de engenheiros, cientistas e outros, e mostrando uma vez mais que a biodiversidade, quando respeitada, é também uma valiosa ‘matéria-prima’ para o desenvolvimento dos nossos países⁴.

Por último, um dos principais aliciantes da Agenda 2030 é a redução da desigualdade em todas as suas formas. Um ideal que se alimenta do amor à justiça e da liberdade dos indivíduos

1. Um sumidouro de carbono é um depósito de carbono que absorve o carbono da atmosfera e contribui para reduzir a quantidade de CO₂ no ar. Inclui oceanos e florestas.

2. McKinsey Global Institute, Where will Latin America's growth come from? Discussion paper, April 2017, <https://mck.co/2lk10QN>

3. The Economist (10/12/2016), "Latin America is set to become a leader in alternative energy", <https://www.economist.com/the-americas/2016/12/10/latin-america-is-set-to-become-a-leader-in-alternative-energy> Dados também no Databank do Banco Mundial.

4. Conference of European Schools for Advanced Engineering and Research (March, 2018), "Blue Economy in Portugal: An Ecosystems Approach".

para forjarem o seu próprio destino. Mas que, por sua vez, nos permite desagregar os indicadores e apontar para aqueles que mais esforços exigem.

Por vezes as médias, mais do que indicam, ocultam. A nossa região é muito diversa e em partes diferentes enfrentamos desafios diferentes. Por exemplo: há zonas com mais desigualdade económica entre os jovens e os idosos, outras com mais desigualdade entre o âmbito rural e o urbano, e mais ainda com desigualdade educacional entre pessoas de várias etnias e origens. Devemos utilizar a riqueza dos indicadores que esta Agenda nos proporciona para poder, utilizando a desigualdade como eixo constante, pensar estrategicamente e colmatar as diferentes lacunas sociais de que padecemos.

Repensar as nossas instituições

Por último, outra das linhas de ação que considero devemos abordar com urgência é a inovação institucional; sim, devemos unir forças com todos os segmentos da sociedade e aperfeiçoar o nosso objetivo no que promete ser mais eficiente. Mas isto não serve para nada se nós próprios não refletirmos a mudança paradigmática que representa a Agenda 2030.

Precisamos de novas ideias, novos paradigmas e novas metodologias. Isto pressupõe ter vontade de experimentar. Pois para inovar é

necessário assumir riscos. Por isso, devemos orientar orgulhosamente a transição de culturas que castigam a experimentação, para culturas que a recompensam.

Isto envolve um desafio duplo. Por um lado, fazer com que as instituições deixem de ser labirintos fechados para serem oficinas abertas à participação, às ideias e à inovação cidadã. Por outro lado, compreender que a cidadania não é nem deve ser recetora passiva de ações institucionais, mas tornar-se num agente proativo das suas próprias soluções. A cidadania é e sempre foi uma maravilhosa fonte de ideias para a melhoria. Devemos passar de uma sociedade defensiva que rejeita a política para uma sociedade propositiva que procura dar resposta aos seus problemas através de instituições em que de novo confia.

Na Secretaria-Geral Ibero-Americana sabemos que também estamos sujeitos a esse desafio. Um desafio que assumimos com humildade, pois conhecemos perfeitamente a sua exigência. E que quisemos abordar de diferentes maneiras.

Por exemplo, através da Iniciativa de Inovação Cidadã, promovemos uma rede de 18 laboratórios de inovação em diferentes países da região, aos quais demos apoio ao seu desenvolvimento e internacionalização, e através dos quais oferecemos às instituições um valioso espaço de criatividade e à cidadania um importante canal

construtivo e propositivo. Por outro lado, através da rede Civics fizemos o mapeamento do território e conectámos mais de 5.000 iniciativas de participação cidadã em 16 países e 32 cidades ibero-americanas.

Estes são apenas alguns exemplos do que estamos a fazer, reorientando assim a nossa atividade habitual para o cumprimento da Agenda 2030. Aperfeiçoando a estrutura que temos para que se aproxime mais ao dinamismo dos futuros desafios. Para que esteja preparada para que todos a possamos usar.

O carácter interminável do trajeto

Enfrentamo-nos a desafios importantes, mas a nenhum impossível. Com avanços e retrocessos, a nossa região já ultrapassou obstáculos muito mais difíceis, entre eles, abraçar a democracia e banir a guerra. Aprendemos a respeitarmo-nos mais e a conversar melhor. Incluímos mais pessoas no debate e incorporámos novos agentes na tomada de decisões. As sociedades são exigentes e isso não deve ser visto como uma ameaça, mas como um padrão de qualidade.

Oxalá nesta história de transformação e superação encontremos chaves para empreender os desafios que ficam pendentes. As condicionantes sempre

existiram, o que fazemos com elas é o que gera resultados diferentes. Para alterar a realidade, devemos primeiro entender que temos o poder de o fazer, um poder que não é perfeito nem ilimitado, mas suficiente para rescrever o nosso próprio destino.

Por enquanto, o destino imediato é a próxima XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar em La Antigua Guatemala, nos dias 15 e 16 de novembro, subordinada ao tema “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”. Três palavras que resumem a imagem desejada com que iniciámos este texto e que devem congregiar os nossos esforços e atenção nos próximos anos, que vemos como três tarefas que agora, mais do que nunca, sabemos como conseguir realizar. Tarefas que este mês de novembro a Ibero-América se deve comprometer a concretizar através do histórico roteiro que nos oferece a Agenda 2030.

O caminho por percorrer determina o ano 2030 como o ponto de chegada, mas sem qualquer dúvida o mais importante é a nossa atitude ao longo do trajeto. Convido-vos a que imaginemos que outro mundo é possível. Que, olhando o horizonte, recordemos as palavras do poeta Nâzım Hikmet e digamos com otimismo: ***“O mais belo dos mares ainda não foi atravessado”.***

2

Os ODS na Ibero-América



O mundo e a Ibero-América no século XXI



Juan Pablo de Laiglesia*

Ministério das Relações Exteriores, União Europeia
e Cooperação, Espanha

Na Ibero-América, a Agenda 2030 e os ODS representam uma plataforma para operar as mudanças necessárias para as transformações sociais, políticas, tecnológicas e produtivas que acompanharam a chegada do século XXI. E são também um novo quadro narrativo para as sociedades da região neste novo milénio, um novo contrato social.

Costuma atribuir-se a Darwin a máxima que diz que a espécie que sobrevive não é nem a mais forte, nem a mais inteligente; é aquela que melhor se adapta à mudança. Se extrapolarmos essa premissa para o mundo das relações internacionais, estas convidam-nos a realizar uma reflexão profunda, especialmente se tivermos em conta a quantidade e a grandeza das alterações que os diferentes agentes da sociedade internacional, estatais e não estatais, devem agora enfrentar.

Encontramo-nos numa Europa dividida no que respeita ao seu futuro, sendo o

* É Secretário de Estado da Cooperação Internacional e para a Ibero-América e o Caribe. Ingressou na Carreira Diplomática em 1973. Foi Diretor de Relações Económicas com a América, Subdiretor Geral do México, América Central e Países do Caribe e Diretor Geral de Política Exterior para a Ibero-América no Ministério das Relações Exteriores, onde também foi Embaixador na missão especial para operações de manutenção da paz, coordenação das relações com os países europeus limítrofes, e assuntos humanitários e sociais. Foi Embaixador na Guatemala, México e Polónia, bem como Embaixador Representante Permanente de Espanha nas Nações Unidas em Nova Iorque. Em 2004 foi nomeado Secretário-Geral da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e, após a reforma de 2007, passou a ocupar o cargo de Diretor da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Foi Secretário de Estado para a Ibero-América e Secretário de Estado de Assuntos Exteriores e Ibero-Americanos.

Brexit talvez o seu máximo expoente, ao mesmo tempo que uma Rússia cada vez mais ativa volta a tocar à porta dos vizinhos orientais; no Médio Oriente, continuam as crises na Líbia, Síria e Iémen; a África Subsaariana continua a acumular um grande potencial de futuro, mas a sua efetiva materialização parece que se adia *ad calendas grecas*; e, na Ásia Oriental, motor do crescimento económico durante os últimos anos, muitos países observam com crescente preocupação o aumento da influencia da China, tanto do seu peso económico, quando das suas cada vez mais assertivas reivindicações territoriais, sendo o Mar da China o cenário mais visível desse auge. A isto acrescem os novos capítulos em matéria de proliferação nuclear que a Coreia do Norte protagonizou em 2017, ecos de um conflito que data do início da Guerra Fria. Tudo isto acompanhado pelos Estados Unidos, que durante décadas foram considerados o principal garante do sistema de regras e instituições surgido após a Segunda Guerra Mundial e reafirmado com mais força depois do final da Guerra Fria, hoje cada vez mais reticente a estabelecer-se como garante desse sistema.

Destaca-se, por isso, a relativa estabilidade que caracterizou o espaço ibero-americano durante as últimas décadas. Nele surgiram múltiplas iniciativas a favor de uma maior integração, por vezes só económica, outras, mais ambiciosas, também políticas, entre os diferentes países do

hemisfério ocidental. Não se recorreu ao uso da violência nem ao uso da força armada para solucionar disputas territoriais, apostando-se em vez disso no diálogo ou no recurso a instâncias supranacionais. Nos anos mais recentes, fomos testemunha do final de alguns conflitos que retrotraíam as suas origens aos anos mais tensos da Guerra Fria, como o Acordo de Paz entre o Governo da Colômbia e as FARC, ou a decisão histórica de um Presidente dos Estados Unidos de normalizar as relações com Cuba. E, a partir de 1991, organiza-se com carácter bienal (desde 2016, antes dessa data com carácter anual) um Fórum de Alto Nível, o Sistema de Cúpulas Ibero-Americanas, no qual se reúnem representantes de países de ambos os lados do Oceano para tratar temas de interesse comum e partilhar ideias, projetos e soluções para problemas que afetam de forma particular os países e, sobretudo, os cidadãos da região. Tudo isso não deve, porém, camuflar que ainda subsistem uma série de desafios que estes países devem enfrentar, como uma elevada desigualdade no contexto das suas sociedades, abrandamento do crescimento económico regional, deterioração ambiental, ou o progresso decidido a favor de um real e efetivo empoderamento da mulher.

Como podemos ver, não são poucos os desafios que a sociedade internacional deve superar. É de acrescentar que os desafios de longa data, tais como a luta contra a fome e a pobreza, se

juntam a novos desafios, alguns deles resultantes da vertiginosa velocidade com que nos vemos submetidos a transformações com base no desenvolvimento e evolução das novas tecnologias. Estas resultaram em mudanças fundamentais na estrutura de produção de todos os países, e a nova realidade que surgiu com o auge das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) tornou a Agenda Digital numa das prioridades a nível nacional e internacional.

Comprometemo-nos ao mais alto nível a corrigir os desequilíbrios do passado, assegurando simultaneamente o futuro das gerações vindouras.

À luz de todas estas reflexões, a questão que nos devemos colocar é obrigatória. Como enfrentar todos estes desafios, tanto a nível global quanto regional, na Ibero-América? Tentaremos resistir ao turbilhão de transformações que se lançam sobre nós, ou iremos adaptar-nos a esta nova realidade, e, combinando o uso da experiência adquirida com os

novos recursos e as novas tecnologias, encontraremos soluções inovadoras e originais para velhos e novos problemas? A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aponta para uma aposta nesta segunda opção.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹ (ODS). Com esse ato, os Estados membros comprometeram-se, em primeiro lugar, a acabar com os problemas mais prementes com que se enfrentava (e enfrenta) a humanidade, tais como a pobreza, a fome e a desigualdade; e, em segundo lugar, a adotar as medidas necessárias para garantir que o porvir das gerações futuras não se verá comprometido pelo do desenvolvimento e crescimento das gerações presentes. Por outras palavras, comprometemo-nos ao mais alto nível a corrigir os desequilíbrios do passado, assegurando simultaneamente o futuro das gerações vindouras. A partir do presente decidimos observar e estudar com

1. Fim da pobreza; fome zero; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de género; água potável e saneamento; energia acessível e não poluente; trabalho decente e crescimento económico; indústria, inovação e infraestruturas; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; produção e consumo responsáveis; ação pelo clima; vida submarina; vida dos ecossistemas terrestres; paz, justiça e instituições sólidas; aliança para alcançar objetivos.

atenção as aprendizagens do passado e as promessas do futuro.

A Agenda 2030 e os 17 ODS foram, por outro lado, a continuação de um ambicioso projeto que foi proposto à sociedade internacional nos alvares do novo milénio: os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio². À luz dos resultados alcançados, bem como dos novos desafios que surgiram na primeira década do século XXI, para além da reflexão crítica sobre a experiência dos ODM, com os ODS propôs-se dar início a um novo ato no panorama mundial. Os ODS abordam as causas estruturais da pobreza a partir de uma abordagem universal e simultaneamente multidimensional³, e procuram envolver na sua consecução múltiplos agentes, estatais e não estatais, e a todos os níveis. Os ODS revelam-se, portanto, como uma plataforma de grande potencial para dar voz a intervenientes que de outro modo não teriam sido ouvidos, ao mesmo tempo que favorecem o desenvolvimento e a consolidação de sistemas políticos transparentes e responsáveis perante a sua cidadania. Além disso, ao comprometer na concretização da Agenda 2030

diversas instâncias de governo (local, regional, nacional e internacional), torna-se imprescindível que se gere uma adequada divisão do trabalho e uma comunicação entre os diversos níveis de governo⁴, melhorando os níveis de governação à escala nacional e internacional.

De tudo o que até agora foi dito depreende-se a urgência com que os ODS são necessários na presente conjuntura internacional, mas também regional, na Ibero-América. Representam um compromisso capaz de quebrar as dinâmicas até agora imperantes para abordar a resolução de conflitos, como por exemplo através do ODS 16, Paz, justiça e instituições sólidas. Atendem ainda às necessidades dos setores sociais mais desprotegidos, como acontece com os ODS 1 (Fim da pobreza), ODS 2 (Fome zero), ODS 5 (Igualdade de género), e ODS 10 (Redução das desigualdades). Este último assume um significado particular na Ibero-América, região onde, embora se tenham reduzido significativamente o número de pessoas abaixo do limiar da pobreza extrema⁵, persistem desigualdades na repartição da riqueza. O coeficiente de Gini, calculado pela

2. *Erradicar a pobreza extrema e a fome; conseguir o ensino primária universal; promover a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, paludismo e outras doenças; garantir a sustentabilidade do ambiente; e fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento.*

3. VV.AA. (2018). "Nota Conceptual da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo", Pasta com conteúdo geral sobre a Secretaria Pro-Tempore da Conferência Ibero-Americana da Guatemala 2017-2018, p. 30.

4. SEGIB, *A Ibero-América e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2018. <https://www.segib.org/wp-content/uploads/LosODSelberoam--ricaweb.pdf>. Nota Conceptual, p. 21.

5. Nota Conceptual, p. 21.

CEPAL no seu relatório anual *Panorama Social da América Latina 2017*, alcança na América Latina um valor médio de 0,467%, um nível considerado elevado. O papel que os ODS são chamados a desempenhar na Ibero-América, como veremos, é de importância fundamental.

Os ODS na Ibero-América

Qual é o papel dos ODS na atual conjuntura internacional e regional da Ibero-América? A Agenda 2030 e os ODS na Ibero-América são hoje em dia, em primeiro lugar, uma plataforma para operar as mudanças necessárias exigidas pelas transformações sociais, políticas, tecnológicas e produtivas que acompanharam a chegada do século XXI, mudanças necessárias para que as sociedades ibero-americanas do presente e do futuro se possam desenvolver e prosperar num mundo justo e em paz; e, em segundo lugar, um novo quadro narrativo para as sociedades da região neste novo milénio, um novo contrato social, como afirmou a Alta Comissária do Governo para a Agenda 2030, Cristina Gallach⁷, que coloca as pessoas, o ser humano, no centro da ação.

Os desafios que a Ibero-América deve enfrentar são, tal como nas restantes

regiões do mundo, numerosos, complexos e relacionados entre si. O facto de que seja necessário um esforço global e integrado para a sua resolução, não impede que se possa realizar um estudo a nível regional, tendo em conta a oportunidade de criar sinergias entre agentes que partilham uma série de características em comum. E no espaço ibero-americano, os desafios mais prementes, e que encontram uma solução na efetiva aplicação da Agenda 2030, são a luta contra a desigualdade e contra a pobreza, o empoderamento da mulher, a necessidade de criar uma educação de qualidade, a fratura digital e o fortalecimento dos mecanismos de integração regional.

Embora a partir de 2002 a América Latina e o Caribe tenham conseguido reduzir a pobreza extrema até a situar numa média regional em torno dos 10%⁸, 72 milhões de pessoas (40% da população total) ainda se encontram em situação de pobreza⁹. A isto devemos acrescentar a persistência da desigualdade no contexto destas sociedades, questão que se revelou muito mais difícil de resolver que a luta contra a pobreza e que representa a todo o momento uma ameaça para os resultados alcançados na luta contra esta última. A interação da pobreza

6. CEPAL, *Panorama Social da América Latina*, 2017. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42716/7/S1800002_es.pdf

7. Gallach, C., "Temos contrato social!", *El País*, sexta-feira, 28 de setembro de 2018.

8. CEPAL, *op. cit.*

9. *Nota Conceptual*, pp. 19-20.

com a desigualdade, por sua vez, tem um marcado custo social, que frequentemente se traduz num menor ritmo de crescimento económico, menor confiança nas instituições e aumento e até eclosão de violentas tensões sociais.

Os ODS 1 e ODS 10 respondem diretamente a estes dois desafios, pobreza e desigualdade, mas por si só não são suficientes para garantir o seu eficaz desaparecimento. Este é um dos âmbitos em que o caráter interdependente dos ODS se torna patente. Uma luta contra a pobreza e a desigualdade encaminhada para o sucesso deve ser acompanhada por políticas ativas que fomentem o empoderamento da mulher, bem como pelo desenvolvimento de um sistema educativo de qualidade (ODS 5 e 4). A não inclusão da mulher nos processos de desenvolvimento, quer de tipo político, quer económico ou social, representa o abandono de metade da população dos países ibero-americanos, uma situação claramente injusta, e cujo remédio é a única via para a construção de sociedades verdadeiramente inclusivas e democráticas. As políticas educativas, por seu lado, representam a rede de competências necessárias para fazer face aos desafios e transformações de um mundo no qual se impôs a lógica da globalização e da expansão das

TIC. Contar com uma população bem formada é um requisito imprescindível para garantir o crescimento sustentável, bem como para assegurar a existência de instituições verdadeiramente inclusivas, sólidas e democráticas, objeto do ODS 16.

Os desafios que a Ibero-América deve enfrentar são, tal como nas restantes regiões do mundo, numerosos, complexos e relacionados entre si.

Consolidar instituições democráticas fortes é um dos cinco objetivos considerados mais importantes para fazer avançar o desenvolvimento nos países ibero-americanos¹⁰. Não faltam casos em que a figura de uma pessoa concreta, e as suas qualidades pessoais, pareceram impor-se ao tecido político-institucional, tanto na Ibero-América quanto no resto do mundo. A personalização da vida política em detrimento da qualidade das instituições é outro dos desafios que os ODS podem ajudar a resolver na Ibero-América. Há duas vias principais para encaminhar a ação dos ODS quanto a este tema. Em primeiro lugar, e tal como já referimos, a Agenda 2030 envolve numerosos

10. SEGIB, A Ibero-América e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2018. <https://www.segib.org/wp-content/uploads/LosODSelberoam--ricaweb.pdf>

agentes e instâncias de governação. Isso implica o desenvolvimento de um sistema de interações e equilíbrios não só entre as diferentes entidades territoriais e os poderes legislativo, executivo e judicial, mas também inclui representantes da sociedade civil, entre os quais se destaca a atuação das ONGD. E, em segundo lugar, através dos mecanismos de prestação de contas. Entre os compromissos que a adesão à Agenda 2030 envolve, inclui-se a concretização à escala nacional (e internacional) de mecanismos institucionais para assegurar a correta prestação de contas dos governos no desenvolvimento dos ODS, principalmente através da apresentação aos Paramentos da Estratégia de Implementação da Agenda 2030¹¹. A obrigação de estabelecer acordos a nível internacional implica não só a criação de uma nova instância de supervisão dos responsáveis por implementar a Agenda, mas também o quadro em virtude do qual os Estados ibero-americanos podem aprofundar os mecanismos de integração regional.

Uma condição imprescindível para o efetivo mecanismo de prestação de contas, no qual o poder responda à cidadania, é uma maior transparência e melhores plataformas de ação para a organização da sociedade civil em defesa dos seus interesses.

O desenvolvimento das TIC e a organização da sociedade civil na esfera digital como plataforma de ação e coordenação, obrigam a fazer uma referência à Agenda Digital. As economias e sociedades do novo milénio dependem cada vez em maior medida da incorporação do conhecimento tecnológico nos diferentes processos produtivos e as economias nas quais o setor dos serviços é o protagonista dependerão cada vez mais da qualidade do capital humano no contexto das suas sociedades. Nos países da América Latina ainda há uma intensidade tecnológica relativamente baixa, o que em parte se explica pelo maior peso dos recursos naturais para sustentar a produtividade do trabalho em comparação com o capital humano¹². Uma vez mais, constatamos a interdependência dos 17 ODS, pois uma educação de qualidade (ODS 4) está intimamente relacionada com os progressos em matéria de indústria, inovação e estruturas (ODS 9).

Para que a Ibero-América se possa adaptar com sucesso aos desafios do século XXI, é necessário que adote uma abordagem integrada e universalista ao aplicar as políticas que têm por objetivo a consecução dos ODS. Para além de existir um imenso potencial no contexto das sociedades ibero-americanas, há um mecanismo ao mais

11.. *Ibid*

12. *Nota Conceptual*, p. 29.

elevado nível que tornou a Agenda 2030 na grande protagonista: o Sistema de Cúpulas Ibero-Americanas.

Os ODS e as Cúpulas Ibero-Americanas

As Cúpulas Ibero-Americanas evoluíram de tal forma que se tornaram num dos principais fóruns para fomentar a cooperação e o desenvolvimento no espaço ibero-americano. Cumprem, desta maneira, uma dupla função: permitem, em primeiro lugar, fazer avançar a construção de um “espaço ibero-americano” que possibilita a todos os agentes envolvidos, de ambos os lados do oceano, enfrentar de modo integrado e coordenado os desafios colocados pelas transformações que acompanharam a chegada do século XXI; e, em segundo lugar, tornaram-se num espaço de referência para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para além de se constituírem num quadro privilegiado para fortalecer as alianças para o desenvolvimento que se incluem nos objetivos da Agenda 2030¹³. Ambos os objetivos estão estreitamente ligados e demonstram o compromisso de todos os agentes

envolvidos na sua luta para criar “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”, tema que protagonizará a reunião de novembro de 2018 em La Antigua Guatemala.

O Sistema das Cúpulas Ibero-Americanas, que surgiu nos últimos anos do século passado, revelou ser um dos fóruns mais capacitados para progredir na concretização da Agenda 2030. O sistema concebido resultou suficientemente flexível para dar voz ao conjunto dos países ibero-americanos que aspiram à criação de uma região e de um mundo cada vez mais justo e inclusivo, que atenda às necessidades do presente sem comprometer o bem-estar das gerações futuras e encontrou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a plataforma de ação mais adequada para cumprir essa ambição. Perante o turbilhão de transformações que acompanhou a chegada do novo milénio e a persistência de conflitos de longa data e novo cunho, os ODS representam o ritmo de que a humanidade se dotou para se adaptar à mudança e sobreviver ao novo contexto. O papel dos ODS na Ibero-América é de especial importância se aspirarmos a uma Ibero-América e a um mundo prósperos, inclusivos e sustentáveis.

13.. *Ibid.*, p. 31



A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: um compromisso permanente face a um contexto em mudança



Alicia Bárcena Ibarra*

Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável inspirou uma vontade política tanto na América Latina e no Caribe quanto no resto do mundo, para se realizarem ações concretas no sentido de um desenvolvimento mais sustentável para todos e todas. Uma revisão de algumas das tendências no que respeita a certas metas representativas em cada pilar do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de ilustrar os desafios enfrentados pela comunidade internacional para cumprir esta ambiciosa agenda.

O mundo vive hoje num contexto inquietante de grande incerteza. Ao enfraquecimento do multiculturalismo vem juntar-se a ascensão de movimentos políticos extremistas e o regresso do protecionismo em todas as suas dimensões. Estas transformações restringem os avanços da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e representam um grave desafio para a economia mundial e a sustentabilidade ambiental e social. Face a estas sérias ameaças, hoje, mais do que nunca, é premente visitar o consenso global civilizatório que envolve a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como promover e alargar a cooperação e a integração sobre os fundamentos multilaterais que levaram mais de 70 anos a construir.

* Alicia Bárcena assumiu o cargo de Secretária Executiva da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a 1 de julho de 2008. Foi designada para este cargo pelo Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, tornando-se na primeira mulher a exercê-lo. Nesta função, liderou o trabalho da instituição como centro de excelência e centro de investigação aplicado a políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável, fórum de diálogo regional intergovernamental e multiagente sobre desenvolvimento sustentável e fornecedor de cooperação técnica aos países. A partir da sua nomeação orientou o trabalho da CEPAL colocando a tónica na igualdade no tratamento da problemática do desenvolvimento.

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, os 193 países membros das Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como uma visão coletiva de médio prazo que coloca as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as alianças no centro do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é, na sua essência, civilizatória, dado que propõe promover políticas globais, regionais e locais para eliminar a pobreza e garantir a igualdade e a sustentabilidade ambiental. Além disso, ao colocar as pessoas no centro, impulsionando a universalidade dos direitos e a igualdade, esta agenda humanista dedica-se também a alcançar uma prosperidade partilhada.

Ao contrário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que representaram um compromisso das nações para reduzir a pobreza e a fome —diminuir as doenças e a iniquidade entre os sexos; fazer face à falta de instrução, à falta de acesso a água e a saneamento; e parar a degradação

ambiental nos países em vias de desenvolvimento— a Agenda 2030 é universal, ou seja, aplica-se também a países desenvolvidos, quebra os esquemas tradicionais Norte-Sul para a cooperação para o desenvolvimento, e apela a uma nova aliança universal entre todos os países, procurando “não deixar ninguém para trás”.

A Agenda 2030 é indivisível e está empenhada em realçar a relação intrínseca dos pilares económico, social e ambiental para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Muda a abordagem de ações setoriais isoladas para uma abordagem mais integral que envolve os governos, o setor privado e a sociedade civil.

Até à data, mais de 100 países —19 da América Latina e do Caribe— reportaram o progresso na implementação da Agenda 2030 no Fórum Político de Alto Nível que se reúne anualmente em Nova Iorque. Na segunda reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe para o Desenvolvimento Sustentável¹, constatou-se que, na nossa região, 20 países estabeleceram mecanismos de coordenação para a implementação da agenda e, pelo menos 11 países, selecionaram indicadores preliminares a nível nacional para monitorizar

1. Mecanismo regional para o controlo e avaliação da implementação e acompanhamento da Agenda 2030, dos ODS, das suas metas, dos seus meios de implementação e da Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento para o Desenvolvimento que se realizou em abril de 2018 em Santiago do Chile.

o progresso dos seus 17 ODS, 169 metas e 231 indicadores. Isto demonstra que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável inspirou uma vontade política tanto na América Latina e no Caribe quanto no resto do mundo, para se realizarem ações concretas rumo a um desenvolvimento mais sustentável para todos e todas.

A medição dos progressos para a consecução dos ODS no seu conjunto é extremamente complexa, devido às múltiplas variáveis que a afetam e às interligações existentes entre os próprios objetivos.

Um contexto que mudou a partir de 2015

A partir da aprovação da Agenda 2030, em setembro de 2015, o mundo registou mudanças significativas. Quando se analisam as atuais tendências no contexto económico, político, social e ambiental, surge a incerteza de que essa ambiciosa e inspiradora visão de um futuro sustentável comum possa realmente concretizar-se até 2030.

A medição dos progressos para a consecução dos ODS no seu conjunto

é extremamente complexa, devido às múltiplas variáveis que a afetam e às interligações existentes entre os próprios objetivos. Por isso, a análise que a seguir se apresenta procura expor algumas das tendências atuais no que respeita a certas metas representativas em cada pilar do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de ilustrar os desafios que a comunidade internacional enfrenta para cumprir esta ambiciosa agenda.

No âmbito económico, o crescimento global previsto para 2018 mantém-se numa taxa de aproximadamente 3,3%. No entanto, o aumento da incerteza sobre a dinâmica de crescimento futuro e os riscos das guerras comerciais, protagonizadas principalmente pela China e pelos Estados Unidos, tiveram impacto nas projeções, esperando-se menores taxas de crescimento para 2019 e 2020. A isto acresce o facto de que a escalada protecionista ocorre num contexto em que se prevê que em 2018 o comércio mundial cresça aproximadamente 3,1%, valor inferior ao observado em 2017 (4,6%).

Na América Latina e no Caribe, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2018, registando uma ligeira desaceleração relativamente ao crescimento de 1,9% registado na região no primeiro trimestre do ano. Não obstante, a evolução da atividade económica neste período foi bastante heterogénea entre os países. Assim, enquanto que em economias com as do Chile, Colômbia,

México e Peru o crescimento se recuperou, na Argentina, Brasil e República Bolivariana da Venezuela, sofreu uma deterioração.

Vale a pena mencionar que os países da região estão expostos ao excesso de liquidez internacional. O setor financeiro global está cada vez mais concentrado e interligado, estando simultaneamente desligado da economia real e das necessidades das pessoas.

Apesar desta elevada liquidez internacional, o investimento estrangeiro direto (IED) mundial caiu em 2017 em resultado das tendências no cenário económico global atrás mencionadas, que geraram um clima de incerteza para esses investimentos. Estas tendências incluem, para além dos anúncios de possíveis restrições comerciais, pressões para relocar a produção nos países desenvolvidos, por um lado, e a restrição das saídas de IED da China, por outro, bem como a expansão das empresas digitais que requerem um menor investimento em ativos tangíveis para crescer à escala internacional e que estão fortemente concentradas nos Estados Unidos e na China, o que diminui a necessidade de fusões e aquisições transfronteiriças.

Neste contexto internacional, em 2017 os fluxos de IED na América Latina e no Caribe reduziram-se pelo quarto ano consecutivo, até aos 161.673 milhões de dólares, valor 3,6% inferior ao registado no ano anterior e 20%

abaixo do recebido em 2011. ***Em suma, o contexto económico atual apresenta um cenário incerto para se conseguir uma elevada mobilização dos recursos necessários para financiar a Agenda 2030.***

No âmbito social, o número de pessoas pobres por nível de rendimento na América Latina alcançou os 186 milhões de pessoas em 2016, ou seja, 30,7% da população, ao passo que a pobreza extrema afetou 61 milhões de pessoas que representam 10% da população. Estes números refletem um aumento a partir de 2015 que contrasta com a tendência decrescente que se presenciou na região entre 2002 e 2014.

Em 2015 registou-se um aumento de 1,3 % na pobreza (10 milhões de pessoas em situação de pobreza) e de 0,8% na pobreza extrema (mais 6 milhões de pessoas). Por outro lado, em 2016 a taxa de pobreza aumentou 0,9% (um incremento de 8 milhões de pessoas) enquanto a taxa de pobreza extrema registou um aumento de 1% (um acréscimo de 7 milhões de pessoas). Esta situação regional é heterogénea, e a evolução regional da pobreza e da pobreza extrema é particularmente influenciada pelo futuro económico do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela.

A informação disponível sobre o contexto económico e distributivo sugere que não irão ocorrer mudanças consideráveis nos níveis de pobreza

na região para além do crescimento demográfico, que acrescentará aproximadamente um milhão ao número de pessoas em situação de pobreza e de pobreza extrema. Estas tendências não são encorajadoras face à meta 1.2 do ODS 1 que propõe ***“Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais”***.

Por outro lado, a lenta recuperação do crescimento regional não foi suficiente para criar as condições favoráveis para alcançar a independência económica das mulheres e superar as lacunas de género no mercado de trabalho. Mesmo considerando os progressos na inserção laboral das mulheres nos últimos anos, a taxa de participação das mulheres na América Latina estagnou em torno dos 52%, enquanto que a dos homens é de 76,6%. Isto significa que metade das mulheres da América Latina não tem um vínculo com o mercado de trabalho. As taxas de desemprego continuam a ser significativamente mais elevadas no caso das mulheres (10,7% mulheres e 7,6% homens).

Dada a heterogeneidade estrutural e a sua relação com a segregação ocupacional de género, metade das mulheres com uma ocupação (51,4%) estão empregadas em setores de baixa produtividade, tais como serviços domésticos e trabalho independente não qualificado, com condições laborais

precárias. Apenas 18,6% das mulheres que estão empregadas nestes setores estão inscritas na Segurança Social. É de destacar que, na América Latina, 11% das mulheres estão empregadas em serviços domésticos remunerados, setor com condições de trabalho ainda precárias (baixos salários, longos horários de trabalho e elevados níveis de informalidade).

A lenta recuperação do crescimento regional não foi suficiente para criar as condições favoráveis para alcançar a independência económica das mulheres e superar as lacunas de género no mercado de trabalho.

Apesar dos esforços realizados pelos países nas últimas décadas para reduzir as disparidades salariais, as mulheres recebem salários 16,1% inferiores aos dos homens que se encontram nas mesmas condições. Estas disparidades acentuam-se nas mulheres com mais anos de estudos. Por conseguinte, a capacidade da região para cumprir a meta 5.1 do ODS 5 que insta a ***“Acabar com a todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todo o mundo”***, mantém-se incerta.

Relativamente ao ambiente, os fenómenos climáticos extremos aumentaram, resultado das alterações climáticas e os seus efeitos sentem-se cada vez com mais intensidade na região. Aumentou tanto a sua frequência como os custos económicos da consequente destruição. Isto ocorre devido à combinação de uma maior exposição a esses fenómenos e à degradação dos ecossistemas que ajudam a atenuá-los e facilitam a adaptação.

A realidade dos países do Caribe é especialmente ilustrativa da tensão entre a poluição global e os seus muito diversos efeitos em diferentes países. Entre 1990 e 2017 registaram-se no Caribe 345 catástrofes relacionadas com o clima, 12 por ano. Este tipo de fenómenos danifica de forma considerável as infraestruturas económicas dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, faz diminuir as suas conquistas sociais e aprofunda as desigualdades. O impacto anual destas catástrofes implica um desvio importante da carteira de investimentos e dos recursos orçamentais, que devem ser reorientados para reconstruir as suas economias e reduzir o impacto na população afetada. Exemplo disso é o caso das catástrofes originadas pela temporada de furacões do ano 2017, cujos impactos em alguns dos Estados insulares da nossa região ultrapassaram 50% do PIB. Portanto, a região enfrenta grandes desafios para cumprir a meta 13.1 do ODS 13

que apela ao ***“Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países”***.

Sob o ponto de vista político, nos últimos anos surgiram movimentos conservadores a nível global que, em alguns casos, questionam os valores de inclusão e integração nos quais se baseia a Agenda 2030. O protecionismo antes mencionado também teve um impacto negativo no multilateralismo que, por sua vez, ficou enfraquecido. A nossa região foi testemunho de uma certa fragmentação regional.

Simultaneamente, a América Latina e o Caribe enfrentam o enorme desafio da profunda desigualdade de proveitos monetários e da concentração da riqueza imperantes. Por exemplo, em países como o Brasil, Chile, Colômbia e México os 1% mais ricos da população apropriam-se de mais de 20% dos proveitos totais. Na média regional, o coeficiente de Gini é muito mais elevado que o de outras regiões do mundo, e o país menos desigual da região é mais desigual que qualquer país não latino-americano integrado na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Esta desigualdade gerou ressentimentos e desconfiança por parte da sociedade. Segundo o relatório do Latinobarómetro 2017, 75% dos entrevistados considera que a democracia não defende os seus interesses e que se governa para

alguns grupos poderosos. Isto contraria o estipulado na meta 16.6 do ODS 16 que convida a **“Desenvolver instituições eficazes, transparentes e que prestem contas, a todos os níveis”**.

Manter o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Face a este futuro incerto, há várias ações que os Estados podem empreender a nível nacional para assegurar que a Agenda 2030 se mantenha como o horizonte para o desenvolvimento sustentável. Primeiro, é necessário que o cumprimento da agenda se transforme numa política de Estado para assegurar a continuidade dos avanços e compromissos para a sua consecução para além das mudanças de governo. Para isso, é necessário integrar os ODS nos planos de desenvolvimento nacionais e territoriais, através de instrumentos como os orçamentos públicos, regimes fiscais, políticas de investimento público, políticas públicas multissetoriais, identificação de incentivos à mobilização do investimento privado e integração dos ODS nos modelos de negócio. Também se podem promover medidas para reduzir a pegada de carbono e as

externalidades ambientais do modelo de desenvolvimento e integrar critérios de sustentabilidade nas cadeias de valor.

A cooperação regional na América Latina e no Caribe é mais necessária do que nunca. Por isso, deve procurar-se a convergência entre os mecanismos sub-regionais de integração e promover o diálogo entre eles, como por exemplo entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul. Como região, é também necessário assegurar a implementação de uma estratégia para pôr o “Caribe em Primeiro Lugar” e promover mecanismos de alívio da dívida que reforcem a sustentabilidade do seu desenvolvimento e que ajudem a financiar tanto a adaptação quanto a atenuação dos impactos das alterações climáticas nas suas economias.

Neste contexto, é importante mencionar o Acordo de Escazú, o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe, que foi subscrito por 15 países da região numa cerimónia histórica no quadro da Assembleia-Geral das Nações Unidas realizada no passado mês de setembro em Nova Iorque². O Acordo de Escazú procura assegurar que todas as pessoas tenham acesso a informações oportunas e fiáveis, possam participar de maneira efetiva nas decisões que

2. No dia 10 de outubro de 2018, o Peru, Antígua e Barbuda, Santa Lucía, Costa Rica, México, Panamá, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Argentina, Equador, Brasil, República Dominicana, Guiana e Haiti subscreveram o Acordo de Escazú.

afetam as suas vidas e o seu ambiente e tenham acesso à justiça em questões ambientais, contribuindo dessa forma para o cumprimento da Agenda 2030 e dos seus ODS. Este acordo é um contributo da região para o multiculturalismo global e um exemplo da importância da cooperação entre os países da nossa região para avançarem em matéria de acesso à informação, à participação pública e à justiça em questões ambientais.

É necessário que o cumprimento da agenda se transforme numa política de Estado para assegurar a continuidade dos avanços e compromissos para a sua consecução para além das mudanças de governo.

Por último, é imperativo continuar a colocar a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável e como

princípio ético irredutível, que adquire uma relevância crescente face aos pedidos dos cidadãos e ao debate das atuais políticas. Pôr a igualdade no centro do desenvolvimento vai para além do cumprimento do ODS 10 tendente a ***“Reduzir as desigualdades nos países e entre eles”***, apelando a dotar as políticas dos Estados de um fundamento último centrado numa abordagem de direitos e na vocação humanista da Agenda 2030. Além disso, tal como refere o documento *A ineficiência da desigualdade* —apresentado no trigésimo sétimo período de sessões da CEPAL, realizado em Havana, Cuba, em maio de 2018—, a igualdade é também uma condição propícia a avançar para um modelo de desenvolvimento centrado na diminuição das lacunas estruturais, na sustentabilidade económica e ambiental na perspetiva das futuras gerações e no fortalecimento da democracia e da cidadania plena. Resumidamente, é preciso pôr a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável para garantir que até 2030 “não deixamos ninguém para trás”.



Das ideologias que nos confrontam aos ideais que nos aproximam: A agenda 2030 e os desafios das políticas públicas na América Latina e no Caribe

Luis F. López Calva*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



Para além de ser uma aspiração coletiva global, o êxito da Agenda do Desenvolvimento Sustentável e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), irá depender da sua apropriação a nível nacional e subnacional e da sua influência nos processos de planeamento e implementação das políticas públicas.

Nas últimas décadas o mundo tem aspirado a uma transição de um equilíbrio baseado em ideologias para um equilíbrio baseado em ideais. Depois das enormes tensões devidas à oposição dos sistemas ideológicos que caracterizaram o discurso político durante uma grande parte do século XX, o novo século iniciou-se com um acordo global sobre a base aspiracional que qualquer país deve ambicionar nas suas estratégias de desenvolvimento, independentemente das suas formas de fazer e de pensar. A Agenda do Desenvolvimento Sustentável, e as suas antecessoras, a Agenda do Milénio e a Cúpula do Rio, significaram um movimento no sentido de uma aspiração comum,

* É diretor regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Possui uma vasta experiência de trabalho na academia, consultoria e governos da região, tendo assumido cargos de liderança em organizações multilaterais. Anteriormente, foi diretor do Programa Mundial de Pobreza e Equidade (Europa e Ásia Central) do Banco Mundial. Entre 2007 e 2010, desempenhou o cargo de economista-chefe do gabinete regional do PNUD para a América Latina e o Caribe em Nova Iorque. Os seus interesses de investigação centram-se nos mercados laborais, pobreza, desigualdade, instituições e microeconomia do desenvolvimento. Tem um mestrado em economia pela Universidade de Boston e um mestrado e um doutoramento na mesma área pela Universidade de Cornell.

global, baseada numa visão do futuro mais justa, sustentável, e próspera para todos. A Agenda do Desenvolvimento Sustentável é o resultado de oito rondas de negociações intergovernamentais e foi subscrita por 193 países. Inclui dezassete objetivos. A agenda apela a que não se deixe ninguém para trás e que se tenha uma visão integral, quebrando as barreiras; e assenta em três pilares de desenvolvimento: económico, social e ambiental. Esta agenda funciona como um horizonte comum e global das políticas públicas para o desenvolvimento.

Para além de ser uma aspiração coletiva global, o êxito da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), irá depender da sua apropriação a nível nacional e subnacional e da sua influência nos processos de planeamento e implementação das políticas públicas. No caso concreto da América Latina e do Caribe, contextualizar a Agenda 2030 exige a interpretação dos maiores desafios e obstáculos ao desenvolvimento com que se enfrenta uma região com rendimentos médios, que, embora tenha conseguido um

crescimento importante e uma redução significativa da pobreza, não se conseguiu consolidar como uma sociedade de classe média, limitando a sua capacidade de dar o último passo rumo ao desenvolvimento.

Se considerarmos a definição de classe média como uma classe com segurança económica —ou seja, com baixa probabilidade de cair na pobreza—, sabemos que na América Latina e no Caribe ainda não se atingiu essa meta¹. A partir de 2003, graças à adoção de políticas sociais inovadoras e a um crescimento económico inclusivo, mais de 72 milhões de pessoas conseguiram sair da pobreza através dos rendimentos. Contudo, a maior parte delas continua a estar numa situação de vulnerabilidade. A maior parte da população da região está sujeita a cair numa situação de pobreza devido a choques macroeconómicos, idiossincráticos —como de saúde— ou resultantes de fenómenos climáticos extremos. De acordo com os últimos dados, quase uma quarta parte do êxito na redução da pobreza ocorrido entre 2010 e 2015 perdeu-se, devido ao processo de desaceleração económica². Isto mostra os elevados níveis de vulnerabilidade.

1. Ferreira, F. H. G., Messina, J., Rigolini, J., López-Calva, L.F., Lugo, M.A., e Vakis, R., *Panorama Geral: A mobilidade económica e o crescimento da classe média na América Latina*. Banco Mundial, Washington, DC, 2013. Licença: Creative Commons de Reconhecimento CC BY 3.0; López-Calva, L. F., Cruces, G., Lach, S. e Ortiz-Juárez, E., "Clases Médias e Vulnerabilidade à Pobreza: reflexões da América Latina", *O Trimestre Económico*, vol. LXXXI (2), n.º. 322, abril-junho de 2014, pp. 281-307; López-Calva, L.F. e Ortiz-Juarez, E., "A vulnerability approach to the definition of the middle class," *The Journal of Economic Inequality*, Springer; Society for the Study of Economic Inequality, vol. 12(1), 2014, pages 23-47, March.
2 CEPAL, 2017. *Panorama Económico para a América Latina e o Caribe*.

Porque é importante que a sociedade se consolide numa classe média com segurança económica? Uma classe média consolidada é um motor do crescimento económico dos países. Através do investimento em capital humano, ao mudar os padrões de consumo para bens de maior valor acrescentado, ao aumentar-se potencialmente a poupança e a intermediação financeira, ao serem criadas maiores possibilidades de empreendedorismo e assunção de riscos pelos mercados, a classe média pode produzir importantes benefícios económicos —se houver políticas adequadas que acompanhem esse processo— e fomentar o desenvolvimento. A classe média também pode dar origem a um tecido social que conduza a sociedades mais estáveis e mais coesas. No contexto atual, de mudanças tecnológicas rápidas e níveis crescentes de automatização, a presença de uma classe média sólida, formada e coesa pode marcar a diferença entre um país que beneficie dessa classe média, e um país que não beneficie dela.

Construir uma maior segurança económica e sociedades de classe média fortes e coesas, ou avançar para elas, é um percurso com três vias: produtividade, inclusão e resiliência. Estas três vias, que estão interligadas e não podem avançar umas sem

as outras, são os três mecanismos mediante os quais a região poderá, por sua vez, avançar no sentido da conquista da Agenda 2030.

O crescimento económico medíocre e lento é um dos resultados da baixa produtividade que a região apresenta. Após um período de crescimento sólido, o crescimento da região foi desacelerando e a convergência com os níveis de vida de países de rendimentos altos perdeu velocidade. A região no seu conjunto registou um crescimento de 1,2% em 2014, que se contraiu 0,2% e 1,1% em 2015 e 2016, e registou uma expansão modesta de 1,2% em 2017, muito abaixo das taxas de crescimento de aproximadamente 5% observadas antes da crise de 2008³.

A região encontra-se naquilo que muitos classificaram como “a armadilha do rendimento médio”. Isto refere-se à situação dos países que entram em ciclos de crescimento baixo ou nulo e enfrentam restrições para avançar para um patamar de rendimentos altos. Uma explicação para a estagnação do crescimento na América Latina e no Caribe refere-se à falta de adaptabilidade das instituições e dos mercados que permita uma transição para economias mais produtivas. Tradicionalmente, uma economia cresce através da acumulação e da reafetação setorial de fatores (mais

3. CEPALSTAT. *A América Latina e o Caribe: Perfil Económico Regional*.

capital, mais trabalho, aumentos da cobertura educativa, etc.). Contudo, há um limite para o crescimento através de uma estratégia de acumulação e reafetação de fatores; para além de um certo limiar, a contribuição para o crescimento de uma unidade adicional de cada fator diminui. Por exemplo, um país com baixos rendimentos pode registar ganhos económicos ao reafetar o trabalho agrícola à manufatura; no entanto, estes ganhos começam a desaparecer à medida que o país avança para a industrialização.

Construir uma maior segurança económica e sociedades de classe média fortes e coesas, ou avançar para elas, é um percurso com três vias: produtividade, inclusão e resiliência.

Em países onde as instituições e os mercados não conseguem adaptar-se para superar a estagnação económica, verifica-se uma má afetação de recursos. O capital e o trabalho não se destinam à sua utilização mais produtiva. Ao nível dos agregados familiares, isso reflete-se em emprego precário, baixos salários, falta de acesso ao financiamento, e na incapacidade para gerar maiores níveis de rendimentos. Ao nível das empresas, reflete-se em obstáculos ao crescimento das pequenas empresas

produtivas, em distorções na dimensão das empresas, na diminuição do regresso ao ensino, e no reforço dos padrões de exclusão e desigualdade. Tudo isto junto impede o crescimento económico. Por conseguinte, a vulnerabilidade e a incapacidade de aceder à classe média, ou seja, a uma maior segurança económica, são resultado da armadilha da baixa produtividade.

Eventualmente, um maior crescimento requer estratégias que favoreçam a produtividade e a inovação. Essa transição exige uma adaptação institucional e de mercado para superar fatores limitadores como sejam, por exemplo, a baixa intermediação e inclusão financeira; deficiências em infraestruturas e conectividade; baixa qualidade na prestação de serviços básicos; mecanismos contratuais e de resolução de conflitos ineficientes, ineficazes, e corruptos; sistemas tributários ineficazes e com efeitos de distorção; e mecanismos de proteção social ineficientes que reforçam os incentivos para a incorreta atribuição e a informalidade. Sem dúvida, o êxito dos ODS não será possível sem uma política clara para eliminar a armadilha da baixa produtividade na nossa região.

A segunda via do nosso percurso refere-se à inclusão. A desigualdade, nas suas diferentes dimensões, é uma manifestação dos padrões de exclusão relacionados com desigualdades de género, de etnia, de raça, e territoriais que vão muito para além

da desigualdade dos rendimentos. A inclusão é o processo através do qual todos os indivíduos de uma sociedade, independentemente das suas circunstâncias ao nascer, são capazes de participar na sociedade. Uma sociedade inclusiva é assim uma sociedade onde os resultados (tais como o rendimento, o ensino, ou a saúde) e as oportunidades para que um indivíduo possa viver a vida que escolher, não estão predeterminados pelas suas características ao nascer.

A região da América Latina e do Caribe, embora tenha alcançado reduções significativas na desigualdade de rendimentos —o coeficiente de Gini médio da região foi reduzido de 0,533 em 2005 para 0,491 em 2014⁴—, e tenha progredido em inclusão nalguns aspetos, é uma sociedade onde se evidenciam exclusões consideráveis. Por exemplo, embora a presença de mulheres em todos os níveis de ensino e na representação política tenha aumentado, continua a haver grandes lacunas na sua participação no mercado de trabalho, onde encontram empregos com menos garantias e com menor remuneração que os empregos conseguidos pelos homens. Os meninos e as meninas que falam línguas indígenas têm níveis de ensino significativamente mais baixos que os seus colegas. Setores inteiros da população foram excluídos de empregos formais, obrigados a ter

empregos precários e informais, sem acesso a prestações sociais como a cobertura de seguros. As populações das zonas rurais dos países da região são sistematicamente mais pobres, com menor nível de ensino, e menos saudáveis que os habitantes das cidades.

Há muitos processos, complexos e dinâmicos, que conduzem à exclusão de grupos populacionais em diversos âmbitos. Certos grupos vivem em zonas onde não chegam alguns serviços. Discriminações baseadas em processos históricos e normas sociais excluem as mulheres de certos empregos. Populações situadas em zonas de risco enfrentam continuamente fenómenos climáticos que as empurram repetidas vezes para situações abaixo do limiar da pobreza. Infraestruturas inadequadas impedem que as crianças com deficiência acessem ao ensino. Estruturas sociais perpetuam a privação de direitos de muitos grupos. Para além disso, as exclusões tendem a sobrepor-se e a entrincheirar-se. A exclusão num âmbito, por exemplo, como a falta de documentos de identidade conduz à exclusão em muitos outros âmbitos, como o acesso a proteção social, ao emprego, e à participação democrática. Deste modo, temos a chamada “descontinuidade” do estado no território, como a designou Guillermo O'Donnell, com manifestações de exclusão muito concretas⁵.

4. CEPALSTAT, 2018.

5. Ceriani, L. e López-Calva, LF., *A Note on State Discontinuity*, 2017; Banco Mundial, *A Governação e as Leis: Relatório sobre Desenvolvimento Mundial*, 2017.

Combater a exclusão e encaminhamo-nos para sociedades inclusivas, não é só importante por razões intrínsecas e de direitos humanos. A exclusão manifesta-se na vida das pessoas, tendo como resultado a pobreza, o emprego informal, e a baixa acumulação do capital humano. Além disso, a exclusão contribui para a rutura do tecido social, acentua a sensação de dissociação e insatisfação relativamente à sociedade, e finalmente contribui para a violência, agitação política, ou tendências populistas, como tem vindo a evidenciar-se na região. A exclusão limita a capacidade de grupos inteiros da população participarem de forma significativa na economia e na sociedade, e, por conseguinte, diminui o bem-estar.

O caminho para a inclusão social tem que ser consolidado através de políticas que melhorem o acesso a serviços básicos de qualidade e que criem instituições e processos inclusivos. O investimento em serviços deve ter como prioridade o acesso e a adequação destes para os grupos populacionais marginalizados, permitindo dessa forma a acumulação de capital humano. Por outro lado, é importante investir em reformas institucionais que permitam que os grupos marginalizados participem de forma significativa nos processos de tomada de decisões das políticas públicas.

Finalmente, para que a América Latina se consolide como uma sociedade de

rendimentos médios, é imprescindível reforçar a resiliência sistémica e a nível dos agregados familiares. A resiliência deve ser entendida como a capacidade de retomar o caminho de evolução ou crescimento no mais curto período de tempo possível depois de se sofrer um choque adverso. Sabe-se que a trajetória para uma vida com bem-estar não é linear. Choques de diferentes tipos interrompem essa trajetória, e a vulnerabilidade a estes desacelera, atrasa, ou reverte o progresso para o desenvolvimento humano. Nos últimos anos a região viveu inúmeros choques de diversos tipos e magnitudes: tempestades tropicais, terremotos, chuvas fortes e secas devido ao fenómeno climático El Niño, crises políticas, quebras das bolsas, entre muitos outros. A estes choques somam-se os choques individuais, tais como, por exemplo: doenças, perda de emprego e choques que acompanham certas etapas do ciclo de vida (infância, juventude, idade adulta e terceira idade).

Os choques têm repercussões a longo prazo na trajetória de crescimento dos países. Um estudo recente que analisa o impacto de ciclones no crescimento da economia verifica que os rendimentos de países que foram afetados por ciclones, sobretudo os países que foram atingidos por estes com carácter frequente, não retomaram a sua trajetória anterior, inclusivamente 20 anos depois⁶. A nível do agregado familiar, os choques, dependendo da sua dimensão e natureza, têm efeitos concretos nos rendimentos e nos ativos

dos agregados familiares. Os agregados familiares são mais resilientes a uma maior acumulação de ativos e a uma maior segurança no trabalho, ou seja, menos vulneráveis a que os choques tenham impactos a longo prazo no seu bem-estar.

A capacidade dos países da região para o fortalecimento da resiliência dos agregados familiares irá depender dos processos que lhes permitam tomar decisões que os ajudem a construir os seus mecanismos de adaptação. Sistemas de proteção social eficientes, eficazes, e flexíveis para incorporar as pessoas afetadas; sistemas de alerta rápido de catástrofes; investimento na atenuação de riscos ambientais; e serviços sociais resilientes a choques, são algumas das maneiras através das quais os governos da região podem construir e fortalecer a resiliência.

Finalmente, é importante sublinhar que, para progredir na consolidação das três vias para a Agenda 2030, é necessária uma governação eficaz e um compromisso para a sustentabilidade ambiental. É preciso que os governos da região sejam capazes de apresentar resultados aos seus cidadãos e proteger o planeta para as gerações futuras. Isso implica perceber os processos e

as funções das instituições, e adequar espaços para que sejam aplicadas políticas com maior impacto no desenvolvimento. Numa região como a América Latina e o Caribe, onde, como já foi mencionado anteriormente, existem grandes desigualdades e exclusões, os grupos mais poderosos da população muitas vezes têm o poder suficiente para favorecer políticas que os beneficiam ou que perpetuam o *status quo*. Nesse contexto, é difícil realizar políticas públicas para promover a produtividade, a inclusão, e a resiliência. Como evidencia o relatório sobre desenvolvimento do Banco Mundial, *A Governação e as Leis*, a mudança é possível caso se consigam modificar os incentivos, preferências, expectativas, e a contestação que existe em torno dos processos políticos⁷. Também é necessário que todos os processos de desenvolvimento sejam enquadrados no contexto dos limites naturais estabelecidos pela capacidade do planeta, respeitando a sustentabilidade ambiental. Este processo de construção da governação efetiva e da sustentabilidade requer inovação no espaço das políticas públicas, compromisso, e uma discussão para aprender com os outros, não somente num processo norte-sul, mas também em processos regionais.

6. Hsiang, S. M. and Jina, A.S., "The Causal Effect of Environmental Catastrophe on Long-Run Economic Growth: Evidence From 6,700 Cyclones", NBER Working Paper No. 20352. July 2014.

7. Banco Mundial, *A Governação e as Leis: Relatório sobre Desenvolvimento Mundial*, 2017..

3

A visão dos agentes não estatais



Cidades sustentáveis: a Agenda Urbana como acelerador dos objetivos de desenvolvimento sustentável



Carmen Sánchez-Miranda Gallego*
ONU-Habitat

Já ninguém põe em causa que a urbanização é uma das tendências mundiais mais importantes do século XXI. Embora ainda muitas cidades se caracterizem pelas suas desigualdades, o seu potencial de crescimento e desenvolvimento pode torná-las impulsionadoras de uma mudança positiva.

A urbanização é um dos processos sociais, políticos e económicos mais antigos da humanidade, e um dos poucos que não precisa de incentivos. Ocorre porque os ambientes urbanos funcionam como uma promessa de melhoria das condições de vida de quem neles habita. As cidades “mais que a soma das partes”, são uma estrutura geradora de valor como consequência da agregação da atividade humana que nelas tem lugar, proporcionando dessa forma oportunidades que não é possível encontrar em nenhum outro lugar.

Ocupam apenas 2% da superfície total do planeta e, contudo, geram 80% do PIB mundial e 90% dos empregos de elevado valor acrescentado, o que explica, em grande medida, que acolham 54% da população mundial, e

* Diretora do Escritório da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos) em Espanha.

que, em 2050, este número aumente previsivelmente até 66% ou, o que é o mesmo, mais 3.000 milhões de pessoas a viver em áreas urbanas.

Além disso, são responsáveis anualmente por 70% do consumo total da energia, geram 70% do total das emissões de gases com efeito de estufa e produzem uma percentagem semelhante da quantidade total de resíduos sólidos.

Como é que os governos e as cidades se preparam para atender a este crescimento populacional? Como conseguir que este processo seja positivo e capaz de gerar prosperidade para todos?

Urbanismo e desenvolvimento: duas faces de uma mesma moeda

Conceber a urbanização como uma condição prévia e inegável para o desenvolvimento sustentável poderia considerar-se, por si só, como um grande feito, visto que a relação causal entre ambas não foi estudada até há pouco tempo.

O reconhecimento gradual da urbanização como uma megatendência e do seu potencial transformador como fonte de desenvolvimento, significou uma mudança de paradigma histórico que teve vários marcos no panorama internacional: Rio+20, a

inclusão de um objetivo específico dedicado às cidades na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e, obviamente, a aprovação da Nova Agenda Urbana (NUA) foram, sem dúvida, pontos de viragem neste processo.

Neste sentido, a NUA recomenda precisamente que a urbanização adquira um lugar primordial nas estratégias de desenvolvimento dos países, visto ter demonstrado que, quando é bem planificada e gerida, tem um enorme potencial capaz de gerar prosperidade. Mas para isso, a urbanização deve ser entendida como um investimento e deixar de ser considerada um gasto; o custo da nova urbanização bem planificada é mínimo em comparação com o valor que pode gerar, e quando é mal gerida transforma-se num travão irremediável face a qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável.

Não obstante, apesar do consenso generalizado sobre as grandes vantagens de uma boa execução da urbanização, nos últimos vinte anos, esta não maximizou os benefícios que poderia oferecer. O Observatório Global do Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos, —ONU-Habitat— destacou um conjunto de tendências alarmantes. A aceleração da urbanização verificou-se sem qualquer tipo de incentivo público. A expansão física das cidades cresceu várias vezes mais que a sua população, ao passo que o planeamento

foi drasticamente reduzido, e com isso foram sacrificados os princípios básicos da essência da boa urbanização como o espaço público e a área destinada aos arruamentos, que vão sendo paulatinamente reduzidos. A isto juntou-se uma diminuição das densidades populacionais resultante do crescimento descontrolado, provocando um aumento dos custos dos serviços básicos *per capita*, uma diminuição das economias de aglomeração, uma maior procura de mobilidade e, por conseguinte, de consumo de energia; mais poluição e mais emissões de gases com efeito de estufa.

É mais que necessário estimular um processo orientado para a ação que melhore substancialmente a urbanização nas suas três vertentes: económica, social e ambiental.

Entre as dificuldades resultantes desta urbanização expansiva e acelerada das últimas décadas estão, além disso, a fragmentação dos ambientes naturais, a escassez de habitação adequada, o acesso insuficiente a serviços básicos e a deterioração das infraestruturas urbanas, com a consequente deterioração da qualidade de vida dos cidadãos e dos ecossistemas circundantes.

A diminuição da utilização do planeamento e do design ocorreu nos locais onde as cidades cresceram mais, dando lugar à proliferação de bairros marginais e uma urbanização espontânea e descontrolada que não fez mais que aumentar o fosso da desigualdade mundial.

Esta urbanização mal conduzida, com sobrelotação, desemprego e desigualdade crescentes tornou-se, além disso, num risco estratégico. O descontentamento generalizado da juventude urbana desempregada esteve no epicentro, por exemplo, da Primavera Árabe. Como se vê, a urbanização é um processo estratégico não apenas para o desenvolvimento, mas também para a paz e a prosperidade.

A Nova Agenda Urbana como acelerador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Face a este panorama, é mais que necessário estimular um processo orientado para a ação que melhore substancialmente a urbanização nas suas três vertentes: económica, social e ambiental. As componentes urbanas da Agenda 2030 e a NUA foram concebidas precisamente como uma oportunidade única para responder aos desafios que observámos.

O ODS11 — ***“promover cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”*** — está intimamente ligado aos restantes ODS. A densidade e as economias de aglomeração das cidades atuam como cadeias invisíveis que ligam todos os objetivos, interligando a economia, energia, ambiente, ciência, tecnologia e resultados sociais e económicos a nível urbano. Dois terços dos 231 indicadores incluídos no quadro de monitorização dos ODS podem ser medidos a nível local, o que implica uma ligação direta de todos eles com as políticas urbanas locais.

A urbanização é um processo estratégico não apenas para o desenvolvimento, mas também para a paz e a prosperidade.

De forma complementar, a NUA foi concebida como um roteiro para o desenvolvimento urbano dos próximos 20 anos, como um quadro de conhecimento multisetorial, inovador e orientado para a ação que tem como objetivo situar as pessoas no centro das intervenções urbanas, para “não deixar ninguém para trás”.

Com muita frequência são propostas soluções parciais para dar resposta aos grandes desafios da urbanização, mas estas só conseguiram fazer face a aspetos disfuncionais isolados. A urbanização é um processo muito mais

complexo. É um processo coletivo que exige uma proposta integrada. Embora não inclua receitas mágicas, a NUA traça um conjunto de estratégias que podem contribuir de forma extraordinária para a melhoria da vida urbana, e estão estruturadas em torno de três pilares fundamentais: o regulamentar, o do planeamento e conceção urbanística e o das finanças municipais.

É imprescindível um quadro regulamentar coerente, transparente e aplicado sem exceções, caso se pretenda atrair investimento financeiro de forma contínua. Em segundo lugar, é necessário um planeamento urbanístico básico para conduzir o processo de crescimento de forma ordenada, através da dotação de espaço público correspondente, entre outros aspetos, que, em resumo, alimenta a prosperidade económica, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental. E em terceiro lugar, e para que uma boa urbanização alcance os seus resultados ótimos, é necessário um modelo económico-financeiro que garanta a sustentabilidade dos investimentos mínimos e a manutenção das infraestruturas básicas.

E tudo isto em dois âmbitos de atuação, o nacional — também é necessário que os governos nacionais disponham de políticas nacionais urbanas — e o local, através de extensões urbanas planificadas ou de intervenções de regeneração ou redensificação, conforme o caso.

Desta forma, a NUA complementa a dimensão urbana da Agenda 2030. Contribui para a sua implementação e “localização” ao alargar a visão exposta nos ODS, especialmente no ODS11, proporcionando um quadro estratégico espacial com o qual orientar as ações nos contextos urbanos e apresentar detalhadamente as medidas para a sua localização efetiva.

A NUA complementa a dimensão urbana da Agenda 2030.

A NUA enriquece a Agenda 2030 ao abordar temas que não são incluídos explicitamente nos ODS. Por exemplo, os ODS e as suas metas de natureza urbana, não abordam os processos, como sejam a coordenação multinível ou a utilização eficiente dos recursos e, nesse sentido, a NUA ajuda a colmatar essas lacunas. Além disso, contribui para este processo através da criação de quadros estratégicos espaciais e de governação. A perspetiva territorial e integrada proposta pela NUA, e que concebe as cidades como vínculos onde coincidem muitas questões tradicionalmente contrapostas sob perspetivas setoriais, contribui para a rutura de “silos” institucionais ao promover a cooperação entre diversos agentes e departamentos.

A participação dos governos subnacionais e locais no sistema de governação global e o seu papel na implementação destas

agendas também são elementos centrais da NUA. A Agenda 2030 já reconheceu o importante papel que os governos locais desempenham no desenvolvimento, mas este assunto foi objeto de especial atenção por parte da NUA, que defende claramente o fortalecimento das capacidades das autoridades locais e promove a descentralização fiscal, política e administrativa, segundo o princípio de subsidiariedade, para conseguir mudanças transformadoras e permanentes nas áreas mais diretamente relacionadas com a vida das pessoas.

A NUA aborda um leque mais vasto de problemas urbanos, tais como as políticas urbanas nacionais, os enquadramentos de legislação urbana e as finanças municipais, que, embora exijam o seu próprio processo de acompanhamento e avaliação, devem evitar a duplicação de esforços e assegurar a coerência entre todos os sistemas de monitorização.

Houve progressos desde a aprovação da Agenda 2030 e da NUA?

Nos dois anos decorridos desde a aprovação da NUA, ficaram patentes muitos desafios e oportunidades. Para se avançar para a sua medição, foi publicado no passado mês de maio o Relatório quadrienal do secretário-geral das Nações Unidas sobre os progressos realizados na

implementação da Nova Agenda Urbana.

Embora comece por mencionar que muitas cidades continuam a oferecer oportunidades de inovação, mudanças sociais e prosperidade, lamentavelmente, também identifica inúmeros desafios que a partir de 2016 se foram intensificando.

A desigualdade crescente, a exclusão social e a segregação espacial continuam a afetar a vida daqueles que habitam na maior parte das cidades do mundo, o que continua a ter como resultado a concentração de muitas desvantagens em locais concretos e para determinados grupos de pessoas; as zonas urbanas são epicentros de crises, insegurança e violência com cada vez mais frequência, intensificando as deslocações e as migrações forçadas; os preços com a habitação continuam a ser, em grande medida, inacessíveis tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. À escala mundial, 1.600 milhões de pessoas residem ainda em habitações inadequadas, das quais quase 1.000 milhões o fazem em povoadamentos informais sem serviços básicos.

Persistem, lamentavelmente, modelos de urbanização insustentáveis, com crescimento informal e não planejado, que consomem quantidades excessivas de terra e energia e provocam graves prejuízos ambientais, para além de agravarem as condições de segregação

e exclusão dos seus habitantes. Além disso, todos esses tipos de exclusão afetam de forma desproporcionada as mulheres, jovens, idosos, migrantes e outros grupos marginalizados.

Poucos meses depois, no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (HLPF), que se realizou em julho de 2018, teve lugar a avaliação do ODS11. Para essa avaliação, a ONU-Habitat coordenou a elaboração do “Relatório de síntese do ODS11 sobre cidades e comunidades sustentáveis”, que obviamente se baseava nas informações do relatório atrás mencionado.

A desigualdade crescente, a exclusão social e a segregação espacial continuam a afetar a vida daqueles que habitam na maior parte das cidades do mundo.

Os desafios globais e as oportunidades para o desenvolvimento sustentável estão intimamente interligados nas zonas urbanas e este relatório dá especial ênfase às numerosas oportunidades transversais para contribuir para os restantes ODS a partir dos ambientes urbanos, identificando as ligações entre eles, por um lado, bem como as principais agendas globais como o Acordo de

Paris sobre alterações climáticas e/ou o Quadro de Sendai para a Redução dos Riscos de Catástrofe.

A expansão das grandes áreas urbanas deixou claramente uma situação de governação complexa.

Mas além disso, apresentou novos dados que nos ajudam a compreender melhor as transições urbanas nestes primeiros anos a partir da aprovação da Agenda 2030. Por exemplo, mostra que mais de 55% dos agregados familiares da África subsariana gastam mais de 30% dos seus rendimentos em habitação, no meio do crescente número de pessoas que vivem em bairros marginais. Também menciona o escasso nível de participação da sociedade civil em assuntos urbanos, apesar do seu reconhecido valor para sustentar e fortalecer a boa governação, diversidade, coesão social, diálogo intercultural e inter-religioso, igualdade de género, inovação, inclusão, segurança, etc.

Mostra com evidência convincente que as cidades continuam a expandir-se espacialmente a um ritmo mais rápido que o crescimento da sua população, suscitando preocupações com os impactos das catástrofes relacionadas com as alterações climáticas, ou dúvidas relativamente ao planeamento e às políticas urbanas. Além disso, menciona, entre outros assuntos, que

a parte destinada a espaços públicos está a ser reduzida, e alerta para a crescente preocupação com o crime e a segurança nesses espaços, o que afeta seriamente a qualidade de vida nalgumas áreas urbanas.

Por último, apresentou os progressos realizados na frente metodológica e reconhece os desafios relacionados com a sua medição, por exemplo, os que estão relacionados com a necessidade de adotar uma definição global de cidades e áreas urbanas, ferramentas de análise qualitativa, quantitativa e espacial e novas abordagens para monitorizar a cidade e os seus bairros, por forma a estabelecer novas alianças multinível e garantir que ninguém fique para trás.

América Latina: desafios e oportunidades regionais

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe —CEPAL— e a ONU-Habitat para ser apresentado no Habitat III, a região da América Latina e do Caribe é identificada atualmente por uma dupla transição: a urbana (diminuição do ritmo de migração rural-urbana) e a demográfica (diminuição das taxas de crescimento populacional e envelhecimento da população). Caracteriza-se, além disso, por uma urbanização consolidada, — com 81% da sua população—, pelo que o seu principal desafio não é resolver os problemas decorrentes de uma rápida

transição rural-urbana, como outras regiões, mas melhorar a qualidade de vida, diminuir o fosso da desigualdade e alcançar a sustentabilidade das suas cidades.

Contudo, a expansão das grandes áreas urbanas deixou claramente uma situação de governação complexa, onde o tecido urbano e a gestão dos serviços públicos nem sempre coincidem com os limites administrativos, e, com frequência, se sobrepõem entre vários níveis de governo, gerando desafios de coordenação, problemas de distribuição de responsabilidades e evidenciando assimetrias na capacidade de gestão.

América Latina e o Caribe é identificada atualmente por uma dupla transição: a urbana (diminuição do ritmo de migração rural-urbana) e a demográfica (diminuição das taxas de crescimento populacional e envelhecimento).

Num contexto onde a geração do PIB é tradicionalmente dominada pelas atividades ligadas à extração e exportação de matérias-primas, o contributo das cidades para o PIB

regional caracteriza-se por uma maior contribuição do setor dos serviços, que atingiu uma média de 35% do pleno emprego e uma maior concentração em cidades e áreas metropolitanas. Surgem, assim, novos padrões de produção, distribuição e consumo, mas os antigos desafios estruturais (baixa produtividade, informalidade, falta de investimento em infraestruturas e conhecimento) dificultam a inclusão económica e o acesso universal aos benefícios do desenvolvimento urbano, com lacunas particularmente importantes nos empregos de qualidade para os jovens e as mulheres da região.

O crescimento das cidades na América Latina também gerou tensões ambientais nas zonas ecológicas e vulnerabilidades distribuídas desigualmente nos territórios urbanos.

A percentagem de população em bairros precários baixou de 25,5% para 21,1% entre 2005 e 2014, embora a melhoria no acesso à habitação não tenha sido igualmente acompanhada por um fornecimento de equipamentos e serviços urbanos. A segregação residencial socioeconómica e o acesso desigual à habitação e ao solo urbano permanecem como expressões espaciais da desigualdade nesta região. Isto, como se viu no início, tem repercussões nos níveis de descontentamento e de segurança urbana: a taxa de homicídios urbanos cresceu 11% na América Latina entre 2000 e 2010.

Por último, o reforço dos sistemas municipais de financiamento urbano como elemento-chave para possibilitar o desenvolvimento urbano sustentável é mencionado no relatório como fundamental para que a região enfrente o desafio estrutural de uma baixa receita fiscal e de um escasso investimento em infraestruturas.

Perante este panorama, a CEPAL, a ONU-Habitat e a Assembleia-Geral de Ministros e Autoridades Máximas da Habitação e Desenvolvimento Urbano da América Latina e do Caribe (MINURVI), em colaboração com especialistas e representantes de diversos grupos de agentes relacionados, elaboraram o Plano de Ação Regional para a Implementação da Nova Agenda Urbana na América Latina e no Caribe (PAR) 2016-2036, que promove a elaboração de políticas baseadas na evidência das dinâmicas da urbanização nesta região, e estabelece recomendações e intervenções potenciais, bem como orientação política relevante e prioritária para todos os países. O PAR, que procura ser um quadro estratégico de referência, desenvolve uma aproximação regional do quadro global para a implementação da NAU. Na articulação das suas prioridades, reconhece a necessidade de mudanças importantes em muitas áreas do planeamento e gestão urbana e noutros setores relevantes que tenham impacto no território.

Entretanto, a Declaração de Kuala Lumpur sobre as Cidades 2030, aprovada em fevereiro deste ano, recordou-nos a todos a aspiração genuína de não deixar ninguém em nenhum lugar para trás.

É urgente conter a expansão urbana descontrolada, reverter o crescimento das populações de bairros marginais e de bairros de lata, instituir sistemas de transporte urbano inteligentes, seguros e eficientes, melhorar os ambientes urbanos com a criação de espaços públicos seguros, controlar a poluição atmosférica e os resíduos sólidos municipais, bem como promover edifícios sustentáveis, corredores ecológicos de ecossistemas e padrões de consumo e produção.

Como vimos, já ninguém põe em causa que a urbanização é uma das tendências mundiais mais importantes do século XXI. Embora ainda muitas cidades se caracterizem pelas suas desigualdades, o seu potencial de crescimento e desenvolvimento pode torná-las impulsionadoras de uma mudança positiva. A população mundial que nelas vive constitui, sem dúvida, uma massa crítica com um enorme potencial transformador.

A cidade é muito mais que lotes edificáveis e ruas, é, sobretudo, cooperação humana. Devemos investir numa boa urbanização como garantia de prosperidade para todos.



Os ODS e a sociedade civil: das velhas metas ao novo paradigma



Gabriel Baracatt*
Fundación Avina

A sociedade civil encontra-se perante o desafio de conceber, executar e avaliar as suas ações, entendendo os ODS não como uma estratégia para melhorar os indicadores de bem-estar e sustentabilidade globais, mas como um novo paradigma a partir do qual incidir, impactar e medir a nova cosmovisão que organiza as sociedades.

As metas cumprem diversas funções: marcam rumos, articulam esforços, integram ações, orientam processos, inspiram lideranças, dão sentido às transformações, e matizam de realidade as utopias. Quando se alcançam metas de interesse coletivo, a qualidade de vida da comunidade melhora. Em contrapartida, quando as metas não se cumprem, a frustração generaliza-se. Então, surge a seguinte questão: Como colabora cada agente social para o cumprimento das metas comuns? O Estado contribui com capacidades a grande escala e com o carácter institucional necessário para que as metas perdurem no

* Diretor Executivo da Fundação Avina a partir do ano 2013. Antes disso, desempenhou as funções de Diretor de Operações e Representante Nacional na Bolívia. A Fundação Avina (Avina) é uma fundação latino-americana centrada em produzir transformações em grande escala para o desenvolvimento sustentável na região, através da criação de processos colaborativos entre agentes de diferentes setores. Os processos colaborativos são o núcleo da estratégia de implementação e a visão que orienta a Avina. Por reconhecer que é necessária uma coligação diferente de agentes para impulsionar uma mudança sistémica que promova a sustentabilidade, a Avina fomenta alianças entre os seus parceiros a fim de criar um impacto em grande escala que nenhum setor, governo ou organização poderiam conseguir por si sós. Desta forma, a Avina promove agendas partilhadas e uma cooperação efetiva entre empresários, empresas, organizações da sociedade civil, instituições académicas e instituições governamentais para que, juntos, possam alargar e coordenar os seus esforços para enfrentar alguns dos mais difíceis desafios que a América Latina e o mundo enfrentam.

tempo. As empresas acrescentam a inovação e a excelência às iniciativas e a possibilidade de aceleração dos processos através de inovação tecnológica. E, a sociedade civil, disponibiliza a especificidade das agendas e a sua validação para a criação de contextos favoráveis para que a transformação aconteça.

Apresentar uma prestação de contas multissetorial relativamente à Agenda 2030 será uma grande inovação política por parte da América Latina.

Se fizéssemos um *zoom* às organizações da sociedade civil e outro a uma das agendas globais que hoje orientam o futuro do planeta, como a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovida pelas Nações Unidas, identificaríamos três ações que as OSC podem e estão já a realizar no que respeita aos ODS:

1) incidir nas políticas públicas determinantes para alcançar os dezassete objetivos;

2) impactar com ações concretas as metas da sustentabilidade; e,

3) monitorizar e avaliar o progresso dos indicadores.

Para que a contribuição das organizações sociais e das empresas se possa materializar adequadamente, é imprescindível que os governos incorporem todo o poder do impacto das políticas públicas nas contribuições da sociedade civil e do setor privado que tenham sido devidamente medidos e verificados no seu conjunto. Apresentar uma prestação de contas multissetorial relativamente à Agenda 2030 será uma grande inovação política por parte da América Latina.

Incidência global e estrutural

O desafio da incidência sobre os governos para que as políticas públicas se concentrem nos ODS, depende, em grande medida, da capacidade da sociedade civil em articular os seus esforços, recursos e estratégias para criar dois factos concretos:

1) capacidade de construir poder difuso;

2) incidência na criação de contextos favoráveis para a articulação de recursos e implementação de políticas públicas integradas.

Nenhuma organização, por muito poderosa que seja, transforma uma sociedade a partir do seu poder real (recursos humanos, materiais, intangíveis e simbólicos) pois qualquer poder real é limitado, tudo o que é limitado pode medir-se, e tudo o que se pode medir pode ser neutralizado.

O desafio de qualquer organização —e ainda mais de uma organização social— é concretizar a transformação a partir da construção de poder difuso. O poder difuso é a capacidade de organizar e gerir recursos da sociedade na defesa de um objetivo coletivo, e dado não se tratar de recursos próprios, não podem ser medidos, tornando-se, por conseguinte, impossível neutralizá-los. Uma OSC constrói poder difuso juntando ao staff contratado —poder real— voluntariado; à sua instituição —poder real— adesão a espaços coletivos, tais como redes ou coligações; ao seu limitado poder de comunicação —poder real— parcerias com meios da imprensa e jornalistas, ou seja, todos os recursos e espaços que não são próprios ou não respondem organicamente à entidade mas que se alinham na direção de metas partilhadas de interesse público. A incidência das organizações sociais nas agendas estatais, regionais e globais depende em grande medida da capacidade de participar em espaços de tomada de decisões (um exemplo é a articulação sustentada no tempo das OSC em torno da agenda para as alterações climáticas nos diversos âmbitos governamentais como a COP e o G20) e da capacidade de criar campanhas de comunicação em parceria com os meios de comunicação (por exemplo a agenda de género a partir da abordagem mediática de múltiplos temas como a violência, feminicídio, linguagem inclusiva, direitos do trabalho da mulher e despenalização do aborto).

No que respeita à criação de contextos favoráveis para a articulação de recursos —materiais e humanos— e para a implementação de políticas públicas integradas, por exemplo, a iniquidade, exige integrar diversas agendas (nutrição, saúde, habitação, infraestruturas e educação) no tempo e no espaço para alterar as condições estruturais de qualidade de vida dos segmentos vulneráveis. As OSC devem mudar as suas estratégias em torno dos ODS.

O desafio de qualquer organização —e ainda mais de uma organização social— é concretizar a transformação a partir da construção de poder difuso.

Por um lado, os recursos financeiros devem ser investidos de uma forma muito mais convergente, ou seja, devem responder a objetivos comuns, embora com diferentes estratégias. Os fundos devem convergir num impacto que assegure a escala, para além das diferentes organizações executarem uma série de estratégias para alcançarem esse impacto. Os recursos financeiros da cooperação internacional devem articular-se com o investimento social privado local e com os fundos públicos que sustentam as políticas. A falta de articulação do financiamento dispersa os esforços,

fragmenta as organizações e anula o impacto à escala.

Por outro lado, a incapacidade de articular recursos humanos e de implementar políticas públicas integradas, para além da fragmentação criada pela dispersão das fontes de financiamento, responde a dois elementos com o mesmo poder de divisão: a corrupção e a mesquinhez. É tão prejudicial para a construção de espaços coletivos e para o desenvolvimento de ações integradas de impacto em diferentes agendas um agente corrupto —aquele que se apropria de bens públicos em benefício próprio— como um agente mesquinho —agentes sociais que se apropriam das agendas coletivas e das causas comuns— pois impedem a criação de confiança e atentam contra as condições de cooperação e articulação.

O impacto a partir da sociedade civil também exige que se acrescente a inovação como um elemento fulcral.

Para isso, a sociedade civil deve criar capacidades para transformar contextos hostis em favoráveis, incidindo nos elementos que os compõem. Um contexto é constituído por um conjunto de recursos, bens, serviços, espaços, massa crítica, modelos, incentivos, ideias,

conhecimentos, interpretações, valores, relações, transações, decisões e inovações, que impedem ou favorecem a realização individual ou coletiva. Sobre estes elementos devemos efetuar um diagnóstico que sirva de insumo para podermos definir uma estratégia de intervenção que tenha por objetivo tornar as condições que impedem o desenvolvimento de uma iniciativa em componentes favoráveis para a sua realização.

Impacto com múltipla projeção

As OSC costumam ser imprescindíveis e as grandes protagonistas das transformações sociais, mas em geral, carecem de poder para projetar os seus impactos até conseguir transformações sistémicas. Portanto, essas transformações sociais conseguem melhorar situações pontuais, em espaços geográficos determinados, durante um certo período de tempo e articulando uma limitada diversidade de agentes. Mas essas transformações não se podem escalar até se tornarem em transformações estruturais, que consigam modificações sistémicas com projeção territorial (do local ao nacional, regional e global), integral (que combinem várias agendas e políticas públicas de elevado impacto, tais como ambientais, sociais, culturais e políticas), articuladora (que o capital social envolvido e impactado responda à diversidade social e à complexidade de interesses que atualmente forçam e interpelam o status quo) e temporal

(que se alicercem num carácter institucional que mantenha as soluções para os problemas e dilemas sociais durante um longo período de tempo).

O impacto a partir da sociedade civil também exige que se acrescente a inovação como um elemento fulcral. Há quadros teóricos que podem apoiar a iniciativa inovadora de uma organização, como o conceito de *inovação de significado* perspetivado por Roberto Verganti, professor de liderança e inovação na Escola de Gestão do Politécnico de Milão. No seu livro *Inovação de significado. Como prosperar num mundo cheio de ideias* (Editorial Temas, 2018), Verganti afirma que a inovação que transforma o mundo já não passa pela inovação de soluções, mas por transformar, a partir da inovação com significado, o sentido de um objeto, de uma tecnologia ou de um uso. Empresas como Airbnb, ParkWhiz ou SolarCity não se criaram inovando soluções, mas desenvolvendo um novo paradigma, atribuindo a um bem ou a um serviço um novo sentido.

Mas, para além de quadros conceptuais, há espaços concretos que não só promovem inovações, mas também as articulam. Por exemplo, a Plataforma de Inovação com Sentido, um espaço criado pela Fundação Avina, CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, World-Transforming Technologies – WTT, Social Progress Imperative e Fundação Alfredo Zolezzi, articula inovação social, tecnológica e de negócios. É um espaço aberto

para que os Estados, empresas e organizações sociais contribuam para os ODS com iniciativas onde convirja a inovação social com desenvolvimentos de inovação tecnológica que permitam acelerar os processos de transformação e levar tecnologia aos setores vulneráveis quando ainda são de ponta e não de descarte, e com formatos inovadores de negócios como cooperativas que prestam serviços públicos, empresas B, banca ética e empresas sociais, para que a transformação social não só dependa da vontade filantrópica mas que também possa ser apoiada por arquiteturas económicas que assegurem negócios sustentáveis de triplo impacto.

Os 17 ODS e as suas 169 metas têm de servir para estabelecer as bases irreversíveis de um futuro sustentável.

Outra característica dos impactos que surgem das organizações sociais e que se devem garantir é a que se relaciona com a irreversibilidade dos processos transformadores. Muitas são as transformações promovidas e conseguidas por organizações sociais que, ao não encontrarem o carácter institucional que lhes permita perdurar, dependem da volatilidade do contexto, do poder momentâneo detido por um cargo público, um ocasional

funcionário ou líder, ou pela conjunção de interesses passageiros de algum grupo com poder de decisão. Os 17 ODS e as suas 169 metas têm de servir para estabelecer as bases irreversíveis de um futuro sustentável e, para isso, os padrões que se alcancem devem ter flexibilidade para se adaptarem a mudanças permanentes, mas também solidez suficiente para que esses progressos não retrocedam depois de serem alcançados.

A medição como instrumento de gestão

A medição não é um elemento para sancionar, mas para a gerir. A Fundação Avina é gestora para a América do Sul do Índice de Progresso Social (IPS), uma iniciativa global de medição do desenvolvimento, entendido não a partir de receitas económicas ou de crescimentos económicos que não contemplam os passivos gerados, mas de um modelo de ponderação do progresso social que alarga os seus alcances a três eixos que medem o crescimento inclusivo das comunidades para além do desenvolvimento apresentado pelos países: Necessidades Básicas, Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades.

Este índice dá resposta a questões, tais como: Será que as necessidades mais essenciais da sociedade estão cobertas? Existem elementos fundamentais para que as pessoas e as comunidades possam aumentar e manter o seu bem-estar? Existem oportunidades para que

todas as pessoas possam atingir o seu pleno potencial?

Quanto às necessidades humanas básicas, o IPS centra-se na nutrição e assistência médica básica; água e saneamento; habitação e segurança pessoal. Na área do bem-estar, põe o foco no acesso a conhecimentos básicos; acesso à informação e comunicações; e à saúde, bem-estar e sustentabilidade do ecossistema. Em matéria de oportunidades, aborda o respeito pelos direitos humanos; liberdade pessoal e livre escolha; tolerância e inclusão; e acesso ao ensino superior. Estas 12 componentes reúnem 50 indicadores e aplicam-se em 128 países.

A medição não é um elemento para sancionar, mas para a gerir.

Este índice torna a análise dos resultados numa linguagem comum, pois, para além do ranking que obviamente resulta das medições do progresso social nos diferentes países, trata-se de uma ferramenta de gestão para os governos nacionais, estaduais e locais que permite alinhar mensagens, coordenar intervenções, avaliar riscos e otimizar a aplicação de recursos, tanto públicos quanto privados: pode priorizar-se o que está em piores condições, conforme as medições.

A aplicação estratégica do Índice, que possibilita identificar as áreas onde

há desafios a melhorar, permite criar alianças e inovação através das quais o crescimento económico se transforma de maneira eficiente em progresso social e em bem-estar coletivo de toda a sociedade, tal como manifesta o espírito subjacentes aos ODS.

Das numerosas aplicações do Índice, destaquemos que a nível regional se criou uma experiência na região amazónica, onde se mediu o progresso social de 702 municípios e o IPS se tornou no indicador de referência para as políticas públicas do Estado do Pará, Brasil, onde há 141 municípios habitados por 8 milhões de pessoas. O IPS orientou 15 programas que promoveram 3.600 ações. O governo do Paraguai depressa o adotou como política de Estado.

No âmbito privado, já há empresas que o utilizam para medir o impacto dos seus investimentos sociais nas comunidades. Por exemplo, a empresa Masisa articula a sua colaboração com o governo e as organizações sociais da localidade de Cabrero, Chile, a partir do IPS, pois dessa forma pode identificar e definir prioridades, chegar a consensos, realizar investimentos sociais mais eficazes e construir de forma conjunta o plano de desenvolvimento da comunidade. Outro exemplo é o da empresa Cargill, que utiliza o IPS para medir as necessidades sociais e ambientais das populações que produzem insumos para a companhia, melhorando assim os seus investimentos sociais.

Outro exemplo de medição de indicadores relacionados com os ODS é o desenvolvido pela Rede Argentina para a Cooperação Internacional (RACI), que, com o apoio da ONU, construiu a Plataforma ODS.org <https://plataforma-ods.org/> que dá visibilidade aos projetos de todas as organizações sociais da Argentina e à sua contribuição para o cumprimento dos 17 objetivos. São muitas as organizações do mundo que alinham as suas metas de triplo impacto com os ODS e por isso é importante poder implementar sistemas de medição e informação que mostrem o contributo da sociedade civil e das empresas no cumprimento das metas.

Tanto esta plataforma quanto o IPS são exemplos de como apoiar os ODS a partir da sociedade civil, em articulação com a academia ou com organismos internacionais, concebendo mecanismos que permitam não só medir com rigor eixos fundamentais, como o progresso social e dessa forma avaliar os progressos alcançados, mas também que esses índices se transformem em ferramentas que apoiem a gestão dos governos, uma maior eficiência dos resultados das políticas públicas e uma ótima aplicação dos recursos e sobretudo dos orçamentos públicos.

Este último tema torna-se importante dado que, segundo Guillermo Correa, membro do Conselho de Administração da Civicus, ***“não se alcança com a tradicional combinação***

de fontes que foi utilizada para financiar a anterior agenda: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Essas fontes eram os recursos públicos, a cooperação internacional e os programas de alívio da dívida. A diferença entre os recursos existentes e disponíveis a nível global e os que na realidade são necessários para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável no ano 2030 é de cem mil milhões de dólares”.

Como conseguir orientar recursos de semelhante envergadura é uma resposta que deve ser assumida pelos Estados e pelos mercados, pois estes são os dois grandes sistemas geradores de fundos, e, portanto, é neles onde se deve pensar a nova arquitetura que permita financiar as metas dos ODS.

Os ODS, mais que uma estratégia, um novo paradigma

Para poder levar adiante os três referidos pontos, a sociedade civil encontra-se perante o desafio de conceber, executar e avaliar as suas ações, entendendo os ODS não como uma estratégia para melhorar os indicadores de bem-estar e sustentabilidade globais, mas como um novo paradigma a partir do qual incidir, impactar e medir a nova cosmovisão que organiza as sociedades.

Definir como horizonte alcançar as metas dos ODS, fala-nos de uma sociedade civil que aspira corrigir o

presente, mas sem conceber a base de um novo futuro. As metas do desenvolvimento sustentável não devem ser alcançadas para cumprir um objetivo, mas para construir um novo paradigma.

A sustentabilidade do planeta e a viabilidade dos países que o integram não dependem de que os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável sirvam para orientar as políticas públicas, o desenvolvimento dos negócios e as ações das organizações sociais. Dependem de que os ODS se tornem nos novos bens públicos que determinam o acesso de toda a população a padrões de dignidade humana de qualidade e a serviços ecossistémicos sustentáveis.

O grande desafio passa por construir com os 17 ODS não uma estratégia que nos permita distribuir 100 mil milhões de dólares, mas um novo paradigma que os permita gerar. Sair do paradigma do êxito que se centra na concentração de poder e de riqueza para começar a construir o paradigma do Cuidado, focado em garantir a dignidade humana a partir do cuidado do planeta, da própria pessoa, do próximo e do desconhecido. Os 17 ODS não têm de validar a distribuição dos recursos, mas têm de legitimar a criação de riqueza. Riqueza entendida como o conjunto de bens, serviços, valores, ambientes, relações e transações que nos permitem viver dignamente, cuidar dos serviços ecossistémicos e ser felizes.



Laboratórios de Inovação Cidadã: novo caráter institucional para um futuro sustentável



Pablo Pascale*

Secretaria-Geral Ibero-Americana

Era necessário um tipo de instituição que fosse capaz de restabelecer a ligação à cidadania, que gerasse a confiança que se estava a perder e que não só desse voz aos cidadãos, mas que também fosse capaz de lhes oferecer tudo para que eles próprios fizessem a instituição. Esse é o papel dos Laboratórios de Inovação Cidadã.

A épicia comum

E assim começa a que pode vir a ser a mais épica das histórias da humanidade até hoje contada. A história em que todas e todos nos podemos unir porque descobrimos que temos algo em comum; ou melhor, que temos muito em comum. A história na que queremos comer (bem), na que queremos água clara para beber, e na que queremos acesso a energias limpas e a cidades mais humanas e habitáveis. É a história na que podemos de imediato tomar consciência de que temos um planeta em comum e que partilhamos bens comuns, que são de todas e de todos.

* Pablo Pascale é doutor em Psicologia Social e responsável pelo Projeto de Inovação Cidadã da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Especialista em empreendedorismo social e políticas públicas de inovação na Ibero-América, tem mais de dez anos de experiência no setor. Pablo criou e dirigiu vários Laboratórios de Inovação na região, estimulando tecnologias abertas e soluções desenvolvidas pela cidadania para abordar alguns dos desafios mais prementes do nosso tempo. Antes de se juntar à SEGIB, Pablo trabalhou como consultor para organizações internacionais e como investigador em criatividade e inovação.

E o momento que estamos a viver é aquele em que as utopias se podem tornar realidade e ganhar forma nas instituições, nos Estados, nas políticas públicas, nas mentes dos líderes, nas ONG, nas empresas e nos respetivos CEO e, potencialmente, em cada pessoa que habita o planeta. O momento em que nos podemos propor um objetivo comum; ou melhor, 17 objetivos comuns.

Assim surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a agenda global mais ambiciosa alguma vez proposta e que conta com o apoio de 193 países. Chamamos-lhe Agenda 2030, porque esta é a data limite para alcançar o cumprimento dos 17 objetivos.

Impusemo-nos apenas 15 anos para alcançar esta agenda que se iniciou em 2015 e que tem por objetivos: acabar com a pobreza em toda a parte; pôr fim à fome; melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; proporcionar educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; concretizar a igualdade de género, capacitando mulheres e meninas; assegurar a disponibilidade e o uso sustentável da água e o saneamento para todos; e garantir a energia sustentável. Simultaneamente, assegurar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente; infraestruturas e industrialização sustentáveis; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; tornar as cidades e os povoadamentos humanos inclusivos,

seguros e sustentáveis; e promover padrões de consumo e produção responsáveis. E ainda conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos; proteger e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, deter a desertificação, a degradação da terra e a perda de biodiversidade; alcançar sociedades pacíficas e inclusivas; garantir o acesso à justiça para todos; e contar com instituições eficazes.

Na América Latina esta agenda assume uma especial relevância pelos desafios que enfrentamos num processo de urbanização extremamente rápido. A América Latina é a região mais urbanizada do mundo, em que 80% da sua população vive em cidades, quando a média mundial é de 54%. Para além disto, também apresenta elevadíssimas taxas de densidade urbana, duas vezes superiores às da Europa e quatro vezes às da América do Norte, com mais de 60 cidades que ultrapassam o milhão de habitantes.

Na América Latina sabe-se que é nas cidades que se disputam os desafios mais importantes para o desenvolvimento sustentável. A título de exemplo, entre 20% e 30% da sua população vive em povoadamentos informais, o dobro da média mundial. E a elevada densidade populacional acrescenta desafios, tais como: erradicar a fome e a pobreza; reduzir as alterações climáticas e proteger o ambiente; conseguir a igualdade entre os géneros; reduzir as desigualdades

económicas e sociais; promover um crescimento económico sustentável; e evoluir para sociedades mais justas, seguras e pacíficas. Na América Latina, a Agenda 2030 decide-se especialmente (mas não unicamente) nas cidades.

A agenda é de difícil cumprimento, principalmente porque ataca valores e práticas muito enquistadas nas nossas sociedades, que nos conduziram aonde estamos hoje.

Em 2018, registamos progressos no que respeita aos ODS, e muitos países da América Latina estão a desenvolver alguns dos esforços mais significativos quando comparados com países de outras regiões.

Mas antes de passar aos problemas há que partilhar outro dado importante. É que para alcançar os ODS assumiu-se que só o trabalho dos governos não basta, é necessário contar com a sinergia e participação de instituições dos setores público e privado, academia, sociedade civil organizada, e cidadania. E tenhamos em mente o papel da cidadania...

Uma história não é épica sem as suas vicissitudes, desafios e desventuras. Sejam realistas. A agenda é de

difícil cumprimento, principalmente porque ataca valores e práticas muito enquistadas nas nossas sociedades, que nos conduziram aonde estamos hoje.

Como afirma Kamran Mofid, a liberalização económica, mercantilização, privatização, comércio livre, crescimento económico interminável, maximização dos lucros, minimização dos custos, concorrência feroz, enormes bonificações para os lucros a curto prazo, e outros, oferecem-nos grandes incentivos para ignorar a justiça distributiva e a sustentabilidade ecológica, que são objetivos dos ODS.

Daí que o mais urgente é pôr em prática globalmente uma mudança de valores que torne possíveis os ODS. Porque os ODS são novos valores. Valores que nos façam compreender os objetivos que perseguimos como bens comuns. Bens comuns que, como sugere Silvia Federici, constituem o mecanismo primordial para a criação de interesses coletivos e laços de apoio mútuo.

Para executar essa mudança de valores, essa renovação necessária, encontramos vários obstáculos, e aqui nos debruçaremos sobre um deles, procurando simultaneamente sugerir uma possível solução.

O problema é a solução

O desafio está assumido, os objetivos estão propostos, os indicadores sistematizados e afinados, e as

instituições... que acontece com as instituições? As instituições estão em crise.

Boa parte das dificuldades que encontramos hoje para um desenvolvimento mais sustentável, humano e inclusivo encontram-se nas instituições. Sim, as instituições que herdamos são parte do problema. São lentas, carregam o peso do século XX numa altura em que as coisas se movimentam rapidamente, muito rapidamente. As instituições perderam, em boa medida, a ligação à cidadania e, o que é mais difícil de reconstruir, estão a perder a confiança dos cidadãos. Um recente relatório indica que 3 em cada 4 cidadãos latino-americanos não confiam nas suas instituições. E a confiança é um processo psicossocial muito complexo, mas fundamentalmente de lenta construção e rápida destruição. E se algo não nos sobra, é tempo.

Quando dizemos que as instituições são o problema não nos estamos a referir às diferenças entre as instituições que, para o bem ou para o mal, foram recentemente mencionadas por Acemoglu e Robinson como causadoras do sucesso ou do fracasso dos países. Estamos, sim, a falar do fim de uma era das instituições, tal como as conhecemos.

A mudança a que nos referimos é a seguinte: quando o mundo entrou no século XXI, a cidadania e as instituições atravessaram a meta do milénio a diferentes velocidades.

A cidadania seguiu o caminho da hiperconexão, resultado da democratização da Internet. Com um paulatino e silencioso aperfeiçoamento das ferramentas de criação de conteúdos, transferência de conhecimentos em tempo real e melhoria das capacidades de autogestão, foi possível para as cidadãs e cidadãos começarem a exercer um controlo sobre as instituições, desafiar a opinião dos meios tradicionais e criar novas narrativas em poucos minutos, que podiam percorrer o mundo e modificar a perceção de milhões de pessoas em menos de um dia.

Por sua vez, as instituições (principalmente as públicas), na sua maioria criadas no século XIX e amadurecidas no século XX, chegaram lentamente ao século XXI sem recursos suficientes para se ligarem de novo a essa cidadania que cada dia se afastava mais. Ancoradas nos valores do século XX, habituaram-se na era anterior à Internet a controlar a informação, a opinião e a produção de subjetividade. E assim, o século XXI tinha-lhes reservada uma crise incontornável. Uma crise com rosto de cidadania, novos valores e muitas ferramentas.

A crise das instituições é uma crise de legitimidade, de confiança e de adaptação rápida às mudanças ocorridas nos últimos 15 anos. E será difícil fazer avançar a Agenda 2030 ao ritmo proposto (já consumimos 20% do tempo) se as instituições não acompanharem as velocidades

impostas pelo século XXI, não adaptarem os seus valores aos da cidadania e não restauram a confiança. Alcançar um desenvolvimento sustentável, inclusivo e que reverta as desigualdades, exige instituições sólidas e ligadas à realidade das pessoas, instituições eficientes e inclusivas. Instituições que hoje pensem e atuem a favor do que nos é comum.

Um novo caráter institucional

O ODS número 17 apela a uma cidadania global e a uma responsabilidade partilhada para alcançar um futuro sustentável. Ou, o que é o mesmo, para alcançar o desenvolvimento, a legitimidade das instituições assentará na sua capacidade de trabalhar em comum com cidadãos e cidadãos.

A principal reivindicação que as instituições enfrentam é de mais transparência e mais participação. Muito esquematicamente, vejamos qual a reação das instituições à crise, para a seguir podermos propor uma possível via de verdadeira renovação.

Assistimos a três tipos de reações. A primeira é a aversão à mudança, a resistência, que é a das instituições que decidem não realizar transformações, mantendo-se atadas a mecanismos e valores mais próprios do século XX.

Um segundo grupo de instituições inicia um caminho de transformações graduais. São, por exemplo, organismos estatais que começam a abrir os seus portais de transparência, a emitir relatórios de prestação de contas, a realizar programas de equidade de género, a abrir os dados ao público, etc. De uma forma geral, estas transformações seguem um modelo de fora-para-dentro (*out-in*), dado que começam a incorporar na organização novos processos provenientes do exterior.

A principal reivindicação que as instituições enfrentam é de mais transparência e mais participação.

E um terceiro grupo de instituições abrange as que realizam transformações mais qualitativas, e dão um salto direto para o novo paradigma. Diremos que são instituições que nascem no século XXI com um novo ADN que já inclui a participação cidadã como mecanismo essencial do seu funcionamento.

Este terceiro grupo é o que mais nos interessa, porque nesse novo modelo institucional vemos a possibilidade de uma verdadeira renovação da proximidade com a sensibilidade da atual cidadania. Estamos, por exemplo, a falar dos laboratórios cidadãos.

O que são os laboratórios cidadãos?

São instituições que surgiram recentemente e que, ao contrário de outras, não têm uma referência institucional anterior que os defina. Não há manuais. São instituições que, no seu processo de formação devem experimentar diferentes possibilidades. A sua inspiração reside nos laboratórios de ciências experimentais, mas não têm com estes qualquer outra relação para além do nome. Possuem diferentes nomes: laboratórios cidadãos, laboratórios de governo, laboratórios vivos (*living labs*).

Aqui, de todas as modalidades de laboratórios que surgiram recentemente, interessa-nos a dos laboratórios cidadãos, porque são, muito possivelmente, o modelo que melhor representa o novo paradigma de instituições, o mais arriscado e o de maior participação cidadã até à data.

Ao contrário das instituições públicas que herdámos, os laboratórios cidadãos centram-se em oferecer plataformas que facilitam a participação dos utilizadores nos processos de experimentação e desenvolvimento de projetos. Por outras palavras, os laboratórios cidadãos são espaços onde a cidadania se envolve em processos de inovação aberta.

As características destes laboratórios distinguem-nos notoriamente de outras instituições, porque neles:

- 1. Experimenta-se;**
- 2. Produz-se;**
- 3. Colabora-se e não se concorre;**
- 4. O conhecimento partilha-se (com licenças livres e repositórios abertos);**
- 5. Provoca-se um encontro de diferentes saberes no plano da horizontalidade;**
- 6. A abertura é tal que qualquer pessoa para além da sua formação académica, experiência ou proveniência não só pode participar, mas também construir a instituição.**

Ou seja, pôr em prática tecnologias capazes de proteger e fortalecer os bens comuns numa perspetiva de baixo para cima.

A verdade é que os laboratórios cidadãos não surgiram na América Latina: Mas foi na América Latina onde recentemente alcançaram um nível de experimentação maior e, possivelmente, onde se estão a desenvolver os modelos mais avançados para colocar essas novas instituições ao serviço de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e mais humano.

Como bem refere Rodrigo Savazoni, na América Latina os laboratórios cidadãos devem centrar-se, sobretudo, na proteção, promoção e criação de bens comuns, e contribuir para que os saberes, tecnologias e práticas consolidadas dos diferentes povos que os constituem (dando uma

especial atenção aos negros e indígenas), possam ser validadas e assim estabelecer um contraponto com outros regimes verdadeiramente forjados.

Os LABIC são laboratórios itinerantes que organizamos durante 15 dias em diferentes cidades da América Latina em conjunto com governos e outras instituições, e nos quais participam mais de 100 colaboradoras/es de muitos países.

Ou seja, um caráter institucional que trabalha com novos valores a favor da utilidade pública e que também observamos como uma nova janela de oportunidade para os ODS.

O caso dos laboratórios de inovação cidadã (LABIC)

Quando os laboratórios cidadãos começaram a ser criados na América Latina, o contexto era muito diferente do da Europa ou da América do Norte. E, como estas instituições têm esse caráter de porosidade para com o contexto e são criadas para dar resposta às necessidades da sua própria cidadania, devem adaptar-se às realidades locais, que na América Latina

são muito diversas, inclusivamente dentro de um mesmo país.

Sendo que os desafios da América Latina são outros, os laboratórios terão de ser outros.

Foi isto que soubemos entender com o modelo de Laboratórios de Inovação Cidadã (LABIC) que desenvolvemos a partir do Projeto de Inovação Cidadã a nível da Ibero-América. Os LABIC são laboratórios itinerantes que organizamos durante 15 dias em diferentes cidades da América Latina em conjunto com governos e outras instituições, e nos quais participam mais de 100 colaboradoras/es de muitos países. Estes colaboradores trabalham intensamente na prototipagem de 10 projetos que tenham beneficiários concretos e que sejam escaláveis.

Em primeiro lugar realiza-se um concurso internacional e aberto a projetos, dos quais se selecionam apenas 10 entre várias centenas. A seguir, abre-se um segundo concurso internacional a colaboradores/as que desejem trabalhar nesses projetos durante os 15 dias do laboratório. Estas 100 pessoas deslocam-se para a cidade sede do laboratório e realizam um trabalho intensivo, criativo, profundo e desinteressado para alcançar um produto que beneficie comunidades concretas.

O primeiro foi realizado em Veracruz (México), inicialmente inspirado no

formato “Interativo” do MedialabPrado de 2014. O quinto LABIC terá lugar no final de 2018 em Rosário, Argentina, depois de termos passado pelo Rio de Janeiro, Cartagena das Índias e Nariño, na Colômbia. Como formato experimental que é, foram-se introduzindo muitas modificações ao modelo original, por forma a ir adaptando as realidades locais e particulares de cada país e cidade. Quando olhamos para trás, verificamos que de 2014 a 2018 a transformação do modelo foi profunda.

A título de exemplo, uma característica que tem marcado a realidade dos LABIC é o aumento do trabalho fora do espaço físico do laboratório, no território, com as comunidades e os coletivos em causa. O laboratório que sai do laboratório e constrói a sua metodologia no terreno em colaboração com as comunidades envolvidas, numa nova situação de verdadeiro encontro de saberes que potencia e enriquece os projetos; mas não com a perspetiva do perito que leva os conhecimentos à comunidade.

Os projetos que se desenvolvem num laboratório alcançam um grau de realismo maior quando são elaborados em conjunto com as pessoas afetadas. E assim regressamos ao início deste texto. Os desafios das cidades da América Latina são, em boa medida, diferentes dos de outras regiões. Daí que os laboratórios cidadãos devam estar absolutamente conectados com estes desafios, se o que se propõem é

contribuir para a melhoria da vida dos cidadãos e das cidadãs nas suas cidades.

Os projetos que se desenvolvem num laboratório alcançam um grau de realismo maior quando são elaborados em conjunto com as pessoas afetadas.

Nos LABIC foram desenvolvidos, entre muitos outros, projetos como: Aetrapp, um sistema comunitário para a identificação de ovos do mosquito *Aedes* para erradicar a propagação do zika e do dengue em zonas urbanas e rurais do Brasil; Develando Humanidad, um projeto de reumanização através da arte com reclusas da prisão de San Diego, em Cartagena, quando estão a ponto de recuperar a liberdade; Ciudad Mia, que visa transformar a experiência da cidade para pessoas invisíveis através do desenvolvimento e da instalação de dispositivos adaptados que lhes permitam viver uma cidade mais amigável; e GekkoLab, para criar próteses impressas em 3D (com um custo 2000% inferior ao do mercado) destinadas a vítimas do conflito armado no sul da Colômbia por minas antipessoais.

Todos estes projetos, idealizados por cidadãs e cidadãos, partiram da identificação de desafios muito

concretos sentidos pelas pessoas e que, trabalhados em conjunto com colaboradores de todo o mundo e com as próprias comunidades afetadas, foram capazes de angariar contribuições de baixo para cima, mais ajustadas à realidade. E, o que também é importante, todos eles são projetos com licenças livres, que pretendem que a circulação do conhecimento possa ser reproduzida livremente para beneficiar mais pessoas e fortalecer os bens comuns.

Também há, e isto é extremamente importante, muitas instituições que se envolvem nos LABIC, conhecendo assim um novo modelo de caráter institucional que podem aplicar no seio das suas próprias organizações. Até agora, participaram nos LABIC mais de 100 instituições. A título de exemplo, no recente LABICxlaPAZ realizado em Nariño, Colômbia, com uma contribuição cidadã para a estratégia do pós-conflito, envolveram-se 32 instituições, especialmente o Alto Secretariado para o Pós-Conflito da Presidência, abrindo pela primeira vez na história uma estratégia de pós-conflito à participação e inovação cidadãs.

Os LABIC, e podemos dizer que os laboratórios cidadãos em geral, demonstraram que podem estar ao serviço das questões mais importantes e urgentes das agendas locais e globais.

E neste ponto regressamos ao início do artigo. Parte da dificuldade da

aplicação da agenda dos ODS reside na dificuldade de articular muito agentes, e especialmente em poder apresentar as contribuições que diariamente se fazem a partir da cidadania para alcançar um desenvolvimento sustentável

Os LABIC demonstraram que podem estar ao serviço das questões mais importantes e urgentes das agendas locais e globais.

Assim, consideramos o modelo de laboratórios de inovação cidadã uma contribuição para os ODS. E estaremos em Rosário, na Argentina, em conjunto com 120 cidadãs e cidadãos de 19 países a trabalhar em 10 projetos que têm por objetivo criar melhorias em matéria de inclusão, género, comunidades originárias, novos modelos de autossustentabilidade económica, acesso a pessoas com deficiência, melhorias ambientais e muito mais. E tudo isto desenvolvido em conjunto com as comunidades afetadas, numa situação de encontro de saberes e coprodução de alternativas e soluções.

Eram necessárias instituições deste tipo, que fossem capazes de restabelecer a ligação à cidadania, que gerassem a confiança que se estava a perder e que não só dessem voz aos

cidadãos, mas também fossem capazes de lhes oferecer tudo para que eles próprios construíssem a instituição.

Mas estas novas instituições abrem outra oportunidade estratégica, que é a de poderem dar uma contribuição decisiva para coordenar uma Agenda 2030 (ODS) numa perspectiva de baixo para cima. Aqui, os laboratórios podem sem dúvida contribuir para sistematizar as participações de milhares de projetos cidadãos que estão a trabalhar para melhorar as suas cidades e, portanto, a contribuir para os ODS.

As instituições são o problema, mas também a solução. Nas instituições está o caminho a percorrer para alcançar um desenvolvimento mais humano, equitativo e sustentável. Mas hoje podemos dizer que tal só será possível se as instituições trabalharem em colaboração com a cidadania e restabelecerem a confiança, se realizarem uma renovação de valores e se preocuparem com a proteção e o acesso aos bens comuns. Instituições que decidam juntar-se à épica comum de transformar o nosso mundo para sempre. Os laboratórios cidadãos estão aqui, para fazer com que tal seja possível, e quanto antes!



Experiências institucionais do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino) sobre o papel dos ODS na Ibero-América na presente conjuntura internacional e regional

Elías A. Castillo G.*
Presidente do Parlatino



Os Parlamentos sub-regionais e regionais constituem por si próprios importantes fóruns de discussão e análise dos principais problemas que preocupam a sociedade e das correspondentes medidas de ação. A eles cabe favorecer espaços de diálogo intra e inter-regional, não só com outros organismos semelhantes, mas também com todos os agentes relevantes para o processo. Esse é um dos principais objetivos do Parlatino no que respeita à Agenda 2030.

A conjuntura internacional e os ODS

A partir da sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), que mais do que um organismo é o conjunto dos seus cerca de 200 Estados membros, tem vindo a lutar para alcançar a verdadeira paz no mundo, através do pleno desenvolvimento dos países e da vigência dos valores fundamentais do ser humano. Ou seja, como consta no preâmbulo da Carta da Organização, na procura de **“reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, bem como das nações, grandes e pequenas; estabelecer as condições necessárias para a manutenção da justiça e do**

* Presidente do Parlatino. Copresidente da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat)

respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; promover o progresso social e melhores condições de vida num conceito mais amplo de liberdade”¹.

Infelizmente, ao longo destes 73 anos de existência da ONU, a humanidade nem sequer se aproximou da consecução destes ambiciosos objetivos. Até hoje, ainda não foi possível dar uma resposta efetiva aos problemas da pobreza; fome; subnutrição; insegurança alimentar; iniquidade e distribuição injusta dos recursos e da sua propriedade e usufruto; agressões ao ambiente; intolerância e discriminação por todo o tipo de motivos, tais como raça, género, religião, crenças, origem, orientação sexual, deficiência, condição social e outras; corrupção e impunidade; atentados contra as liberdades individuais e sociais; ataques à democracia e à governação; e, em síntese, à permanente violação dos princípios éticos universais.

Velhos problemas surgem hoje renovados e intensificados; trata-se, por exemplo, das migrações forçadas e, mais recentemente, do abominável caso da separação deliberada de famílias, filhos, pais, irmãos, cônjuges e casais, com consequências terríveis, especialmente para as crianças. É de

acrescentar a tudo isto o aumento da xenofobia, a criminalização dos migrantes indocumentados, as medidas restritivas em países de trânsito e destino e o insuficiente apoio internacional para os deslocados por razões políticas.

Assim, a história recente da humanidade, considerada a partir do final da Segunda Guerra Mundial e da criação da ONU, é uma história de conflitos, violência, intolerância e injustiça social, potenciada pelo uso intensivo da ciência e da tecnologia com fins bélicos, ou seja, exatamente o contrário do que devia motivar os esforços, tanto financeiros quanto de inteligência e criatividade, que constituem os objetivos mencionados na Carta das Nações Unidas.

Por outro lado, não há dúvida de que a ONU e as suas agências, bem como muitos outros organismos internacionais, têm vindo a realizar grandes esforços para tentar assegurar o desenvolvimento e a paz no mundo. Neste século, as iniciativas mais ambiciosas foram, primeiro, os Objetivos do Milénio (ODM), 8 no total, formulados no ano 2000 com prazo até 2015, e depois, a sua continuação, enriquecida pela experiência adquirida, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

1. Novas perspectivas sobre educação em valores no ensino superior. *I Congresso Internacional de Educação Universitária e Práticas Educativas Inovadoras. Faculdade de Estudos Superiores de Aragão (FES Aragão) da Universidade Autónoma do México (UNAM). Documento do Painel 1: "Formação Integral, Competências e Cidadania". México, D. F., 21 a 23 de setembro de 2011.*

com os seus 17 objetivos (ODS), 169 metas e 231 indicadores.

É importante destacar, como uma característica dos ODS, a ênfase colocada no seu caráter transversal, estando a concretização de qualquer deles condicionada, ou estimulada, pela concretização dos restantes.

Não cabe aqui fazer uma análise dos ODS; é muito vasta a literatura existente sobre eles; basta procurar na Internet “objetivos de desenvolvimento sustentável”, entre aspas para evitar dispersões; no dia 4 de setembro de 2018 apareceram no Google 6.630.000 (seis milhões seiscentos e trinta mil) resultados. Isto sem ter em conta outros termos de pesquisa, ou uma busca similar noutras línguas. É importante destacar, como uma característica dos ODS, a ênfase colocada no seu caráter transversal, estando a concretização de qualquer deles condicionada, ou estimulada, pela concretização dos restantes.

Em síntese, a grave situação que a humanidade vive, descrita muito resumidamente alguns parágrafos atrás, tem como resposta a formulação,

em primeiro lugar dos ODM e agora dos ODS.

O Parlatino e os ODS

O Parlatino é um organismo internacional autónomo, de âmbito regional e de caráter permanente que agrupa os Parlametos de 23 países da região: todos os da América Latina e vários do Caribe. A sua assembleia constitutiva teve lugar na cidade de Lima, Peru, em dezembro de 1964, tendo-se institucionalizado por meio de um tratado internacional subscrito em novembro de 1987, também na cidade de Lima. À data de setembro de 2018 são, pois, 54 anos de trabalho ininterrupto a favor dos objetivos institucionais e com base nos princípios do organismo. Os referidos objetivos são, entre outros: fomentar o desenvolvimento económico e social integral da comunidade latino-americana e lutar para que alcance, o mais rapidamente possível, a plena integração económica, política e cultural dos seus povos; defender a plena vigência da liberdade, justiça social, paz, segurança, independência económica e exercício da democracia representativa com base no estrito cumprimento dos princípios de não intervenção e de livre autodeterminação dos povos; assegurar o rigoroso respeito pelos direitos humanos fundamentais, e que estes não sejam afetados em nenhum Estado latino-americano por qualquer motivo que prejudique a dignidade humana; lutar a favor

da cooperação internacional, como meio para assegurar e fomentar o desenvolvimento harmonioso da comunidade latino-americana; e preconizar o fortalecimento dos Parlamentos da América Latina, no sentido de garantir a vida constitucional e democrática dos Estados.

Durante várias décadas subscrevemos mais de 100 acordos de cooperação interinstitucional com as mais diversas entidades.

Como já se referiu, o Parlatino trabalha para a alcançar estes objetivos tendo como quadro filosófico e conceptual fundamental os seus princípios institucionais, que são: a defesa da democracia; integração latino-americana; não intervenção e autodeterminação dos povos para conseguirem obter, no seu regime interno, o sistema político, económico e social que livremente escolham; pluralidade política e ideológica como base de uma comunidade latino-americana democraticamente organizada; igualdade jurídica dos Estados; condenação da ameaça e do uso da força contra a independência política e a integridade territorial dos Estados; resolução pacífica, justa e negociada dos conflitos internacionais; e primado dos princípios do direito

internacional no que respeita às relações de amizade e cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta da Organização das Nações Unidas.

A ação institucional concretiza-se através das 13 comissões interparlamentares permanentes, que são órgãos especializados com funções de análise, estudo e investigação sobre temas políticos, sociais, económicos, culturais, jurídicos, laborais, direitos fundamentais, de saúde, ambientais, agropecuários, serviços públicos, corrupção e assuntos relacionados com as mulheres, crianças, juventude, idosos, etnias e todos aqueles pelos quais, globalmente, a América Latina se interessa. As comissões contam com o apoio da cooperação técnica dos organismos internacionais especificamente orientados para os temas em causa. Esta modalidade de trabalho interinstitucional deu origem a uma complementaridade estratégica entre o Parlatino e os organismos de cooperação.

É assim que, devido ao enquadramento jurídico e às modalidades operacionais, ao longo da sua história o Parlatino tem estado sempre em sintonia com os desenvolvimentos internacionais e com a sua dinâmica e vinculado a outros organismos procurando sinergias nas ações que se identifiquem e executem para responder às necessidades sociais, com uma visão a longo prazo. Consequentemente, durante várias décadas subscrevemos

mais de 100 acordos de cooperação interinstitucional com as mais diversas entidades.

Um âmbito no qual o Parlatino também se mantém bastante ativo é o da cooperação birregional com a Europa. O Parlatino e o Parlamento Europeu mantiveram de 1972 a 2005 “um diálogo ininterrupto” que se refletiu em 17 conferências bianuais. As referidas ações, associadas aos acordos subscritos entre a Europa e os blocos sub-regionais da América Latina, são os antecedentes e a base para a criação, nos dias 8 e 9 de novembro de 2006 na sede do Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, Bélgica, da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat), atualmente em plena atividade.

Um âmbito no qual o Parlatino também se mantém bastante ativo é o da cooperação birregional com a Europa.

Dentro deste esquema e para referirmos unicamente a história institucional do século XXI, o Parlatino articulou a sua ação, primeiro com os Objetivos do Milénio (ODM), e agora com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para o que elaborámos uma *matriz de inter-relação entre as comissões permanentes e os eixos temáticos da ação institucional*, com os

objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Os eixos temáticos da ação institucional que, a exemplo dos ODS, estão concebidos de modo a serem transversais entre si, são:

I. Fortalecimento e desenvolvimento institucional.

II. Articulação com organismos multilaterais, regionais e órgãos parlamentares nacionais.

III. Participação na agenda global.

IV. Rede Latino-Americana de Meios de Comunicação.

V. Comunidade parlamentar do conhecimento.

VI. Transparência, prestação de contas e fortalecimento da administração da justiça, essenciais para prevenir e combater a corrupção. E,

VII. Segurança hídrica e alterações climáticas: ação concertada contra o aquecimento global e os seus respetivos impactos, e prevenção e diminuição de desastres.

Como resultado desse trabalho, o Parlatino realizou cerca de 90 propostas legislativas, das quais pouco mais de 70 são propostas de leis-modelo; planos, programas e projetos; e investigações e documentos orientadores. Acresce a produção de inúmeras resoluções e declarações, muitas das quais deram origem a ações institucionais, principalmente no meio parlamentar, para dar resposta aos temas de que tratam as referidas propostas.

Outra atividade relacionada com os ODS consiste na organização de importantes eventos internacionais sobre as matérias destes objetivos. Se nos referirmos apenas às reuniões realizadas no último lustro pelo Parlatino ou sob os seus auspícios, podemos mencionar, entre outras, as seguintes: encontro inter-religioso ibero-americano; armas ligeiras e de pequeno calibre; jovens parlamentares; mulheres, política, democracia e desenvolvimento sustentável no século XX; avaliação para o desenvolvimento na América Latina; comércio internacional; alterações climáticas; segurança alimentar e nutricional; situação económica e social na América Latina e no Caribe; migração na América Latina e no Caribe; transparência e luta contra a corrupção; regulação, controlo e fiscalização do uso e aplicação de produtos de preenchimento para tratamentos com fins estéticos; emprego juvenil; pesca e aquacultura; e redução do risco de desastres. Além disso, realizámos várias reuniões internacionais parlamentares e internacionais partidárias da região, do EuroLat e das comissões permanentes do Parlatino, tratando-se estas últimas de 26 reuniões anuais.

Por outro lado, e a fim de proporcionar elementos de apreciação para a tomada de decisões nos Parlamentos nacionais, foram programadas nas assembleias do Parlatino conferências magistrais e mesas redondas ao mais alto nível sobre temas como: reforma do sistema

económico no quadro da crise global; desigualdade e como enfrentá-la; implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na região; migrações; e transparência e luta contra a corrupção.

Teve lugar em conjunto com a União Interparlamentar (UIP), o Primeiro Seminário Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os Parlamentos da América Latina e do Caribe.

Especificamente no que se refere ao tema da Agenda 2030, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2016, no quadro da XXXII Assembleia do Parlatino, teve lugar em conjunto com a União Interparlamentar (UIP), o Primeiro Seminário Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os Parlamentos da América Latina e do Caribe: ***“Alcançar os ODS e reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles: o papel dos Parlamentos”***. E nos dias 28 e 29 de setembro de 2018, decorreu, também conjuntamente com a UIP, o Segundo Seminário Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os Parlamentos da América Latina e do Caribe, desta vez com destaque

para o ODS 4 e subordinado ao tema: ***“Garantir uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e universal, para o desenvolvimento e a integração da América Latina e do Caribe: o papel dos Parlamentos”***. Como se sabe, o Objetivo 4 dos ODS propõe ***“assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”***.

Para além do atrás mencionado, o Parlatino promoveu a criação de vários espaços interinstitucionais sobre temas relevantes e sensíveis da realidade regional e mundial; é o caso do Grupo Regional de Parlamentares contra a Corrupção (Parlamentares Latino-Americanos contra a Corrupção, PLACC), criado em reuniões realizadas em São Paulo, Brasil, então sede do Parlatino, nos anos 2002 e 2003; e a constituição da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina, em 2009, conjuntamente com o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e a Secretaria Técnica da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, da FAO; esta iniciativa teve tal êxito que, até à data, foram já criadas 3 frentes regionais e 19 frentes nacionais.

Algumas considerações finais

Da experiência do Parlamento Latino-Americano e Caribenho e dos seus membros, brevemente esboçada na

secção anterior, é possível deduzir algumas recomendações relacionadas com ***“a visão dos agentes não estatais sobre o papel dos ODS na Ibero-América na presente conjuntura internacional e regional”***.

Em primeiro lugar e no âmbito de cada organismo, é indispensável adequar ou adaptar os objetivos, metas, políticas e estratégias institucionais à Agenda 2030, de tal modo que os planos, programas, projetos e atividades resultantes da referida conceção correspondam aos ODS e às respetivas projeções pós-2030. A estrutura e o conteúdo dos 17 ODS e das suas 169 metas permitem perfeitamente realizar o exercício mencionado, inclusivamente, como já se referiu, com projeções pós-2030.

Um elemento essencial, não só para o cumprimento dos ODS mas também para qualquer ação humana planificada, é a vontade política *real*.

É também indispensável desenvolver uma intensa atividade para coordenar os trabalhos, evitando assim duplicações, vazios, conflitos e desperdícios de recursos em todas as frentes. Esta coordenação deve ser vertical e articular as dependências hierárquicas de cada entidade; e horizontal, tanto no contexto de

cada entidade quanto no âmbito interinstitucional.

Um elemento essencial, não só para o cumprimento dos ODS mas também para qualquer ação humana planificada, é a vontade política *real*, isto é, a que se manifesta em ações concretas, porque a vontade política *declarada* —em discursos, planos de governo e outros— sobre a realização de ações que conduzam a um desenvolvimento integral e autossustentável, existe de forma clara e explícita em todos os países latino-americanos, em alguns até com a categoria de mandato constitucional.

Muito embora estas recomendações estejam a ser inscritas na esfera dos agentes não estatais, é indiscutível que muitos deles ocupam lugares de diferente dimensão e importância nos espaços do poder e da tomada de decisões.

No âmbito legislativo, o Parlatino sempre sustentou que cabe às Assembleias Legislativas a tripla e fundamental função de legislar, fiscalizar e debater os grandes problemas sociais.

Para os Parlamentos e associações parlamentares de nível internacional, sub-regional, ou regional, o trabalho legislativo será principalmente constituído pelas seguintes atividades:

- a) fomentar e apoiar a melhoria e o enriquecimento das disposições legislativas existentes;**
- b) promover a harmonização legislativa e o aparecimento de leis, decretos e outras disposições legais de caráter referencial que sirvam de enquadramento à ação legislativa dos países; e,**
- c) impulsionar em cada Parlamento nacional a adoção das recomendações e resoluções que surjam nas deliberações conjuntas.**

No que se refere à ação fiscalizadora, os Parlamentos nacionais e as associações parlamentares devem criar instâncias de acompanhamento e monitorização do cumprimento dos compromissos, recomendações e resoluções adotadas.

Para além dos Parlamentos sub-regionais e regionais serem por si mesmos importantes fóruns de discussão e análise dos principais problemas que afetam a sociedade e das correspondentes medidas de ação, cabe-lhes proporcionar espaços de diálogo intra e inter-regional, não só com outros organismos similares, mas também, de forma geral, com todos os agentes relevantes do processo.

Finalmente, e a título de recomendação, não só para os agentes não estatais mas também para todos os intervenientes envolvidos no desenvolvimento das nações, não podemos deixar de mencionar, como elemento indispensável, a educação.

“É certo que no campo individual primeiro está a satisfação das necessidades humanas básicas, primárias ou vitais (alimentação, saúde, etc.), mas, do ponto de vista da sociedade como um todo, deve dar-se prioridade, desde logo não excludente —como não pode suceder com nenhum setor— à educação. A razão desta afirmação assenta no facto de a origem da pobreza, da miséria e da injustiça social, a nível local, nacional e internacional, não se encontrar unicamente em fatores relacionados com a escassez de recursos naturais, nas deficientes tecnologias de produção ou no excessivo crescimento populacional, mas também e fundamentalmente, na existência generalizada de uma estrutura deficiente de valores, na qual muitos

seres humanos (indivíduos, grupos, classes, países e até culturas), carentes de princípios de solidariedade e de uma visão integral do desenvolvimento do planeta, não se sentem comovidos, responsáveis, ou coparticipantes pela existência do fosso riqueza-miséria. Tanto a tomada de consciência a este respeito quanto as necessárias atitudes e aptidões mentais e espirituais para alcançar um compromisso coletivo face a este desafio, são tarefas que cabem fundamentalmente à educação, entendida num sentido lato: escolarizada e não escolarizada, formal e não formal, e abrangendo a educação que o indivíduo recebe na sua casa, no seu bairro, no seu grupo, no seu local de trabalho, etc., e não apenas nas instituições educativas”².

2. Educação: Protagonista do Desenvolvimento. Revista Visão Internacional, Vol. 79 N° 4, 16 a 31 de agosto de 1992. México, D.F. México.

4

A visão da empresa



Gere inovação para alcançar os ODS



Ignacio Sánchez Galán*
Iberdrola

É essencial que as empresas se antecipem às transformações e que não se desliguem das exigências sociais e das suas novas e emergentes necessidades. Devem aperceber-se de que os países em crescimento irão exigir um enorme incremento de abastecimento energético, e que este terá de ser diferente, devido aos problemas do clima e da qualidade do ar que já se manifestam em todo o planeta, não sendo esta mais do que uma grande oportunidade empresarial. Consciente de tudo isto, a Iberdrola baseou a sua política de sustentabilidade em cinco pilares que contribuem para alcançar os ODS.

Entre as muitas e variadas definições de “empresa” que se encontram habitualmente na literatura sobre esse conceito, gostaria de me concentrar na de um dos fundadores da economia social de mercado alemã, Wilhelm Röpke, para quem o principal objetivo de uma empresa deve ser produzir valor, tendo em conta o sentido moral do termo e não só o relativo à produtividade económica. Face a uma conceção utilitária da vida, Röpke propõe um desenvolvimento empresarial intimamente ligado ao desenvolvimento humano, e pede aos Estados enquadramentos legais que promovam este último.

Da urgente necessidade de que estas ideias não sejam apenas um

* Ignacio S. Galán é presidente da Iberdrola e das sociedades subholding do Grupo Iberdrola no Reino Unido (ScottishPower), Estados Unidos (Avangrid, sociedade cotada na Bolsa de Nova Iorque) e Brasil (Neoenergia). É presidente do Conselho Social da Universidade de Salamanca, professor convidado da Universidade de Strathclyde e membro do Conselho Assessor Presidencial do Massachusetts Institute of Technology. Também faz parte do grupo de primeiros executivos de companhias elétricas do Fórum Económico Mundial (Davos) e é membro do Conselho e Comité Executivo da European Round Table of Industrialists.

desejo, surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um quadro comum para abordar os mais importantes desafios da humanidade neste século XXI. A partir da Cúpula da Terra de 1992, que deu lugar ao plano de ação global para promover o desenvolvimento sustentável —conhecido por Agenda 21—, passando pela criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e pelos revolucionários oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio —precursores dos ODS—, a finalidade última foi sempre a de garantir a sustentabilidade dos nossos sistemas económicos e sociais.

Com estas iniciativas em curso e muitas mais, chegamos à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Como afirma Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Económica para América Latina e o Caribe, a Agenda 2030 ***“estabelece uma visão transformadora para a sustentabilidade económica, social e ambiental dos 193 Estados membros que a subscreveram”***¹. Os 17 ODS, a par das 169 metas, constituem uma ***“oportunidade histórica para a América Latina e o Caribe, pois incluem temas altamente prioritários para a região, tais como, entre outros, a erradicação da pobreza extrema,***

redução da desigualdade em todas as suas dimensões, crescimento económico inclusivo com trabalho decente para todos, cidades sustentáveis e alterações climáticas”.

É extremamente importante referir que na elaboração da Agenda 2030 participaram todos os setores da sociedade, desde o mundo académico até aos jovens, governos, empresas públicas, empresas privadas, ONG e diferentes âmbitos da cultura. De facto, Alicia Bárcena destaca que a Agenda 2030 dá prioridade à dignidade e à igualdade das pessoas e exige que todas as instâncias e setores sociais se envolvam nela. E, em consequência, ***“convida os representantes dos Governos, sociedade civil, âmbito académico e setor privado a que se apropriem desta ambiciosa agenda e a debatam e utilizem como um instrumento para a criação de sociedades inclusivas e justas, ao serviço das pessoas de hoje e das futuras gerações”***.

Por isso, a partir do denominado pós-2015, depois da Conferência Rio+20 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o setor empresarial envolveu-se, entre outras, em iniciativas como a constituição do Grupo de Alto Nível de pessoas eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, da Rede

1. Bárcena, Alicia. 2018. “Prólogo”. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Uma oportunidade para a América Latina e o Caribe. *Publicação das Nações Unidas*. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/10/S1700334_es.pdf

de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Mundial das Nações Unidas. Tudo isto, para dar resposta aos complexos problemas colocados pela Agenda 2030. E é nesse sentido que as grandes empresas suportam uma maior responsabilidade, dado que têm capacidade para criar soluções a nível global em conjunto com outros agentes.

Tal como a Iberdrola, as grandes empresas devem comprometer-se a introduzir modelos mais sustentáveis a fim de conseguirem alcançar os ODS. Para isso, a Iberdrola apostou decididamente em criar inovação, não só nos laboratórios, mas também aproveitando o conhecimento de outras organizações periféricas, tanto do chamado “contexto próximo” quanto do “contexto remoto”. A mudança do contexto remoto é uma condição indispensável criada pelos ODS, já que estes apelam a todo o tipo de organizações do planeta. Como referiu a ONU, todos os desafios globais são locais. O setor empresarial demonstrou que é capaz de oferecer respostas conjuntas e soluções concretas às alterações estruturais que estão a ocorrer no mundo.

Sem dúvida, a contribuição da empresa é fundamental para realizar este esforço comum, pois a sua capacidade para promover o crescimento e a criação de emprego constitui a base do desenvolvimento económico e social. Cada empresa influencia de forma direta diferentes objetivos conforme

o setor a que pertence, embora todas elas possam contribuir para o conjunto dos ODS de maneira indireta.

Por sua vez, as empresas e, por conseguinte, todos os seus grupos de interesse, beneficiam do cumprimento dos ODS. Por um lado, porque com a sua aplicação se criam mercados mais estáveis, regulados e competitivos, sistemas financeiros mais transparentes, matérias primas e energia acessíveis, consumidores com maior poder aquisitivo e empregados mais qualificados —definitivamente, o cenário ideal para que o setor privado possa desenvolver a sua atividade—. E, por outro lado, a implantação destes modelos de intervenção sustentáveis otimiza a sua competitividade e rendimento a longo prazo. É que as empresas serão responsáveis e sustentáveis ou não o vingarão.

Assim, os ODS representam uma grande oportunidade para as empresas, sempre que estas sejam capazes de se adequar ao novo contexto e procurar, através da renovação dos seus objetivos, a consecução dos referidos ODS por meio de parcerias com outros agentes.

Tudo isto sem esquecer o evidente efeito interno de motivação das estratégias sustentáveis nos empregados, que em muitos casos veem cumpridas as suas necessidades de contribuição social pessoal no âmbito da própria empresa onde trabalham. Além disso, este elemento resulta numa otimização dos processos

de atração e retenção do talento, que é um elemento importante, fator de melhoria de custos e de competitividade.

As estratégias sustentáveis têm um evidente efeito interno de motivação nos empregados, que em muitos casos veem cumpridas as suas necessidades de contribuição social pessoal no âmbito da própria empresa onde trabalham.

É essencial que nos antecipemos às transformações e que não nos desliguemos das exigências sociais e das suas novas e emergentes necessidades. Damo-nos conta de que os países em crescimento irão exigir um enorme incremento do abastecimento energético, e que este terá de ser diferente, devido aos problemas do clima e da qualidade do ar que já se manifestam em todo o planeta, não sendo esta mais do que uma grande oportunidade empresarial. Além disso, os ODS criam novos negócios através de trajetórias de inovação e sustentabilidade, não só nos países mais desenvolvidos, mas também noutros de rendimentos mais baixos, onde muitas vezes é possível evitar os erros cometidos nos primeiros.

Conscientes de tudo isto, em 2013 a Iberdrola configurou uma política de sustentabilidade em torno de cinco pilares relacionados com a sustentabilidade energética e a sustentabilidade empresarial e definiu três níveis de contribuição: um direto, colocando a ênfase no ODS 7, porque o nosso principal objetivo é fornecer energia sustentável e de qualidade e por isso aumentámos a percentagem de energia renovável (ODS 7.2); fazemos tudo o que está ao nosso alcance para melhorar a eficiência energética (ODS 7.3); e queremos garantir o acesso universal à energia (ODS 7.1). Nesse sentido, estamos muito orgulhosos de poder afirmar que a partir de 2014 a Iberdrola, através do seu programa “Eletricidade para todos”, levou energia elétrica a cerca de 4 milhões de pessoas em países desfavorecidos da América Latina e África. O objetivo agora é alcançar 16 milhões de beneficiários no ano de 2030, um objetivo que anunciámos na I Conferência Ibero-Americana sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Salamanca, em junho de 2018. Este programa da companhia é a nossa resposta ao apelo da comunidade internacional para que a energia, como modelo ambientalmente sustentável, economicamente assumível e socialmente inclusivo, seja de acesso universal, relacionando-se assim com o ODS 7.1. Para o cumprir, a Iberdrola financia projetos, implementa investimentos nos países onde tem

presença ativa e colabora com agências de voluntariado e ONG.

A Agenda 2030 permite que as áreas rurais agora se transformem em aceleradores de inovação tecnológica e organizativa, de acordo com os processos de inovação reversa.

Outro dos seus principais objetivos está ligado ao ODS 13 (ação pelo clima). A Iberdrola é uma referência mundial na luta contra as alterações climáticas, tal como já pude referir nos mais importantes eventos internacionais sobre a matéria, como na Assembleia Geral das Nações Unidas e nas Cúpulas do Clima (COP). A estratégia de investimento (e desinvestimento em ativos emissores como o petróleo e o carvão) permitiu-nos reduzir a intensidade de emissões de CO₂ em 75% desde o ano 2000 na Europa, até a situar 38% abaixo da média dos nossos concorrentes europeus e 70% da média do setor em Espanha. O nosso objetivo é reduzir em 50% as emissões até 2030, sendo neutros em carbono em 2050.

Simultaneamente, contribuímos com a nossa atividade empresarial para o cumprimento das restantes metas, como a educação de qualidade (ODS

4), através do Programa Internacional de Bolsas e da formação da nossa equipa humana; criação de emprego e crescimento económico (ODS 8), criação de postos de trabalho para mais de 400.000 pessoas em todo o mundo; inovação (ODS 9), sendo uma das quatro companhias elétricas do mundo que mais recursos dedicam a esse âmbito; e igualdade de género (ODS 5), através de cuja aposta somos uma das quatro únicas empresas espanholas incluídas no índice “Bloomberg Gender-Equality”.

Como empresa socialmente responsável, também desenvolvemos numerosas atividades internas e externas encaminhadas para o fomento de outros muitos objetivos, especialmente em matéria de proteção da biodiversidade, saúde e bem-estar, assim como para a de redução das desigualdades.

Todo este compromisso para com os ODS ajuda-nos a enquadrar a nossa relação concreta com a Ibero-América —onde temos grande presença no México e Brasil— de forma diferente, desta vez baseada na horizontalidade e aprendizagens partilhadas, com iniciativas provenientes das duas margens. A Agenda 2030, cujos objetivos são já por si ambiciosos, é para a nossa companhia uma prioridade, se possível ainda maior na América Latina, tendo a resposta de muitos países sido verdadeiramente exemplar: de 2016 a 2018, 22 países da América Latina e do Caribe

apresentaram-se ao exame nacional voluntário do Conselho Económico e Social das Nações Unidas e deles, três (Colômbia, México e Uruguai) apresentaram por duas vezes os seus avanços, algo realmente significativo se tivermos em conta que só 8 países a nível mundial o fizeram.

Talvez o mais interessante da nova Agenda 2030 seja que nesta ocasião os objetivos se enquadram à escala planetária para todos os países por igual e, conseqüentemente, a transferência de conhecimentos e recursos pode passar de uma nação para outra de forma multidirecional, independentemente da sua posição económica.

Por outro lado, a Agenda 2030 permite que as áreas rurais agora se transformem em aceleradores de inovação tecnológica e organizativa, de acordo com os processos de inovação reversa. Em suma, o desafio é conseguir que tanto os países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento alcancem um desenvolvimento sustentável (porque será cada vez más verde), inclusivo (porque chegará a todos) e inteligente (ao colocar a ciência e a inovação ao serviço dos desafios das sociedades contemporâneas). O Acordo de Paris exige o cumprimento do 9º Programa Quadro de Investigação e Inovação através de uma nova estrutura com três pilares fundamentais: ciência aberta, competitividade industrial e inovação aberta.

A Iberdrola demonstra com ações e com factos que soube chegar a milhões de pessoas, que contribuiu para melhorar a sua qualidade de vida e que lhes abriu novas oportunidades de desenvolvimento. A colaboração do setor privado espanhol e das políticas que já estão a ser implementadas na América Latina para que a Agenda 2030 seja um êxito, serão visíveis na XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar em La Antigua Guatemala nos dias 15 e 16 de novembro de 2018. Nesse contexto, o empenhamento da nossa companhia é absolutamente firme e vai mais longe, pois propusemos-nos ser embaixadores dos ODS junto dos nossos acionistas, empregados, clientes e sociedade em geral, já que estamos totalmente convencidos da urgência de que todos nos sintamos chamados à ação.

Escrevi algumas vezes que a melhor forma de prever o futuro é criá-lo. Estamos convencidos de que o cuidado do planeta não é uma questão de filantropia, mas um dever moral. Porque, tal como afirmou Gandhi, acreditamos na necessidade de protagonizar as transformações que queremos ver no mundo: a força não vem de uma capacidade física, mas de uma vontade indomável. A Iberdrola deu já muitas mostras disso ao longo da sua dilatada e frutífera trajetória no complexo, mas apaixonante, mundo empresarial.



A empresa face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Núria Vilanova*

Conselho Empresarial Aliança pela Ibero-América (CEAPI), ATREVIA

Para enfrentar com sucesso os desafios económicos, tecnológicos e sociais com que as empresas da Ibero-América se confrontam, é imprescindível que haja um clima de segurança estabelecido em toda a região. Segurança e confiança são dois aspetos essenciais para o desenvolvimento de um ambiente profissional e pessoal comprometido com a prosperidade da empresa, da comunidade onde opera e do continente em que se situa.

O setor privado, a par dos governos e da sociedade civil, é uma parte essencial do empenhamento global assumido pelos líderes mundiais em 2015, de cumprirem em 15 anos um conjunto de 17 grandes objetivos internacionais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade de todos. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que fazem parte do compromisso de uma nova agenda de desenvolvimento e que, no que respeita à Ibero-América, serão analisados na próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, que terá lugar na Guatemala.

Embora haja ainda muito trabalho a fazer nesta matéria, nos últimos anos a Ibero-América deu grandes passos em muitos destes objetivos, tais como

* É presidente do Conselho Empresarial Aliança pela Ibero-América (CEAPI) e presidente e fundadora da consultora ATREVIA.

na redução do nível de pobreza e das desigualdades; melhoria da saúde e formação; energia mais acessível e menos poluente; ações contra a mudança do clima, com progressos em cidades e comunidades sustentáveis e produção e consumo responsáveis; e passos de gigante em infraestruturas, inovação e digitalização. E, nesse caminho, o setor privado teve e continuará a ter um papel fundamental, quer isoladamente quer como aliado das Administrações, uma vez que o futuro passa pelas alianças público-privadas.

Falo de um setor privado comprometido com a nova visão que as transformações sociais, económicas e tecnológicas geraram à escala mundial. Um setor privado que, tanto em Espanha quanto na Ibero-América, tem por base fundamentalmente as empresas familiares. No livro que recentemente apresentei sobre *A Essência e os valores da empresa familiar*, os grandes empresários ibero-americanos não têm dúvidas, o sentido das empresas familiares e o seu futuro baseiam-se em três grandes pilares: o legado, manter a família unida e impactar na sociedade, e também transformar e melhorar a realidade. Apenas se dedicarmos esforço ao que é importante e não só ao que é urgente poderemos alcançar resultados, o que nem sempre fazemos. Hoje o compromisso social é urgente. Precisamos que as nossas empresas sejam amadas, sendo esse o nosso melhor investimento no futuro.

As empresas não podem defender a ideia de que a única responsabilidade social e a chave para medir a gestão é aumentar o valor para os seus donos e acionistas (*stockholders e shareholders*). Uma nova visão, mais inovadora e ajustada à ideia que preside aos ODS, foi estabelecida pelo economista Edward Freeman na sua teoria dos *stakeholders*, que a condensava assim: ***“A ideia básica de criar valor para os stakeholders é simples. O negócio pode entender-se como um conjunto de relações entre grupos que têm um interesse nas atividades que executam. Fazer negócios relaciona-se com o modo como os clientes, fornecedores, empregados, financiadores (acionistas, titulares de dívida, bancos, etc...), comunidades e gestores interagem e criam valor. Entender um negócio é saber como funcionam estas relações. E o trabalho do diretor ou do empresário é administrar e dar forma a essas relações”.***

Atualmente, a única maneira das empresas estarem em condições de crescer de forma sustentável é a de atenderem equilibradamente a todos os seus grupos de interesses, incluindo a comunidade onde operam, empregados e clientes.

Como afirma a Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan, depois do que foi definido como “tsunami ético da Odebrecht” é a hora de redefinir as relações entre as empresas e a sociedade e entre

as empresas e o governo. O desafio da desigualdade, de uma sociedade hiperconectada e da incógnita sobre se o futuro irá ser melhor para os filhos das classes médias e desfavorecidas face aos progressos da robótica e da inteligência artificial, situam-nos perante a uma sociedade mais irritada, mais irascível, o que pode levar ao populismo ou a movimentos imprevisíveis. Precisamos de conectar as empresas com a sociedade. Que as associações empresariais não sejam só um lobby para a defesa dos seus interesses, mas também um *think tank* e um promotor do compromisso das empresas para com a melhoria da sociedade. Como afirma Paola Luksic, do grande grupo empresarial chileno, “hoje não basta ser a melhor empresa do mundo, há que ser a melhor empresa para o mundo”.

4ª Revolução Industrial: megatendências e desafios do setor privado

Para estar em condições de cumprir as expectativas do novo contexto e de todos os grupos de interesse do seu ecossistema, as empresas devem conhecer, compreender e ajustar-se às grandes megatendências que são o presente de um mundo que se soma à 4ª Revolução Industrial. Um mundo no qual uma empresa não possa ter sucesso se o não tiver também a comunidade onde está radicada.

O setor privado ibero-americano tem vindo a contribuir para o progresso

do cumprimento dos ODS, integrando esses aspetos à sua estratégia de negócios. Agora há que dar um passo mais: o de responder rapidamente às grandes megatendências mundiais.

Precisamos de conectar as empresas com a sociedade.

Os especialistas analisaram essas tendências e concordam com a existência de, pelo menos, uma dezena delas. Relatórios recentes da PWC, EY e KPMG destacam entre as principais: a evolução demográfica e o maior poder do indivíduo; o deslocamento do centro de poder e económico; o progresso das megalópoles e *smart cities* face ao meio rural; as alterações climáticas e a escassez de recursos; o acelerado avanço tecnológico, os *big data* e a eclosão da inteligência artificial. Também as interconexões, redefinição da indústria, coexistência de gerações humanas muito diferentes em gostos, valores e objetivos; inquietação pela sustentabilidade do planeta, redefinição do mundo da saúde...

Hoje já podemos ver como as empresas aceleram as suas aquisições de empresas de outras indústrias (o que EY denomina indústria “redefinida”) para entrar em novos mercados, desenvolver outros modelos comerciais a aumentar a sua capacidade. E abrem-se infinitas vias de negócio em todos os setores, por

exemplo, no redesenho do urbanismo ou na *comida à medida*, pois calcula-se que para alimentar a população no ano 2050, a indústria agrícola deverá produzir 70% mais alimentos, utilizando apenas 5% mais de terra.

Roteiro na Ibero-América

Na Ibero-América há desafios claramente identificados no sentido de adaptar as megatendências e de ultrapassar as lacunas para alcançar um mundo mais próspero e sustentável. Uma das aprendizagens do escândalo Odebrecht é que a região precisa de mais ética e menos corrupção. O caso Odebrecht envolveu presidentes, ministros e vice-ministros. No Peru, Pedro Pablo Kuczynski renunciou ao cargo antes de ser sujeito a um voto de destituição do Congresso, e outros presidentes e ex-presidentes viram-se salpicados por esse caso, que o Departamento de Estado dos EUA qualificou como “o maior caso de subornos estrangeiros da história”.

Outro dos desafios para a Ibero-América é progredir quanto a força institucional e fomentar a liberdade de imprensa, com meios de comunicação que sejam uma referência de independência e de rigor. Há uma relação muito estreita entre a eficiência institucional e o cumprimento dos ODS, especialmente no que se refere ao ODS 17, sobre alianças público-privadas. Segundo um estudo do BID, recentemente publicado por *El País*, **“o dinheiro público desperdiçado na**

América Latina seria suficiente para acabar com a pobreza extrema”.

O setor privado ibero-americano tem vindo a contribuir para o progresso do cumprimento dos ODS. Agora há que dar um passo mais: o de responder rapidamente às grandes megatendências mundiais.

Neste capítulo sobre a força institucional, gostaria de recordar a contribuição realizada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, quem em março de 2011 iniciou uma digressão pela Ibero-América convidando a região a unir-se em torno de objetivos comuns. Entre eles, o desenvolvimento institucional, participação cidadã e prosperidade económica. E como, graças ao seu Memorando sobre Transparência e Governo Aberto, se reforçou a Aliança para o Governo Aberto, da qual fazem parte 18 Estados ibero-americanos e cujo objetivo é tornar o Executivo um órgão mais acessível e responsável.

Os desafios para a Ibero-América não acabam aqui, também é imprescindível reduzir as suas principais lacunas: a que opõe a situação nas cidades às abandonadas áreas rurais; a digital

(que separa os que acedem à Internet dos *desconectados*); a de capacitação (que distancia os que têm educação de qualidade dos que quase não conseguem formação); a económica, ainda enorme entre os estratos mais extremos da população; e a de género, que cria uma injusta desigualdade social em função do sexo, bem como uma desigualdade salarial.

O roteiro para o continente inclui abordar o desafio das megacidades e da revolução digital (robotização e inteligência artificial) chamado a modificar totalmente aspetos vitais, profissionais e de consumo. Toda a região participa e se vê afetada pelas transformações demográficas, encontrando-se no limiar de uma reinvenção sem precedentes do emprego e da legislação, pois, à medida que a realidade virtual, a realidade aumentada e a robótica vão ocupando mais postos de trabalho, ir-se-á redefinindo a própria natureza do trabalho. Os drones e veículos sem condutor já estão a transformar as cadeias de fornecimento e a logística. E as novas expectativas dos consumidores (particularmente *millennials*) estão a alterar as decisões de compra em setores vertebradores da economia.

Como hão de responder as empresas?

A Ibero-América não pode ficar alheia a uma realidade incontestável: o centro financeiro do mundo deslocou-se para

o Leste e as cidades emergentes da Ásia, como Hong Kong (3^a), Singapura (4^a), Xangai (5^a), Tóquio (6^a) e Pequim (8^a) são as preferidas dos investidores. Assim o constata o *Global Financial Centres Index September 2018*, um ranking das 100 primeiras praças financeiras que se publica há mais de uma década. Nesta classificação, os países da Ibero-América e do Caribe alcançam resultados muito modestos, e praças tão importantes da zona como São Paulo (55^a), Cidade do México (62^a) ou Rio de Janeiro (65^a) quase não se conseguem manter a meio da tabela, enquanto que Panamá (90^a) e Buenos Aires (93^a) aparecem nos últimos lugares.

Que pode o setor privado fazer para reverter esta tendência?

As empresas de ponta devem transformar-se no motor que garante as políticas público-privadas de reforço da segurança jurídica, um aspeto vital para atrair investimentos duradouros e de qualidade. Têm de participar em iniciativas conjuntas de fomento da inovação, empreendedorismo e transformação produtiva, com o objetivo de incluir também as pequenas e médias empresas (PME) na 4^a Revolução Industrial. Sem o apoio e o progresso das firmas de menor tamanho, não será possível uma Ibero-América próspera e inclusiva, pois as PME representam 90% das unidades produtivas, criam 60% do emprego e contribuem com 25% para o PIB da região.

As empresas de ponta devem transformar-se no motor que garante as políticas público-privadas de reforço da segurança jurídica.

Todos os países têm o grande desafio de se dotarem de instituições mais flexíveis, inovadoras e proativas. Estão obrigados a *“repensar as suas instituições para recuperar a confiança da cidadania e responder às exigências de uma sociedade com novas expectativas”*, como destaca o relatório *Perspetivas económicas da América Latina 2018*, da OCDE. Estados, empresas e sociedade civil precisam do enraizamento da cultura da integridade e da prestação de contas.

Precisamente, as tecnologias oferecem uma excelente oportunidade para conectar com as necessidades da cidadania, pois facilitam o acesso, transmissão de informação e transparência. Bons exemplos disso são as plataformas de participação local Meu Quito, Meu Medellín, Bogotá Aberta, Agora Rio ou o Laboratório Social do Uruguai.

A implementação de práticas de boa governação corporativa é outra das chaves que abrem a porta do progresso empresarial. Não apenas as empresas cotadas na Bolsa, mas todas as empresas, devem acelerar o seu compromisso para com as ações

de boa governação. Estão a fazê-lo empresas com presença internacional, que adotam regulamentações internas estritas, marcam a separação das funções dos CEO e presidentes, levam em conta o que está estabelecido para as relações entre o quadro diretivo, conselho, acionistas e outras partes interessadas, e prestam contas com transparência.

Três casos de sucesso com ‘medalha’ internacional

Bancolombia acaba de se tornar, pela primeira vez, no banco mais sustentável do mundo, segundo o *Índice de Sustentabilidade Dow Jones* (DJSI nas suas siglas em inglês), graças ao modelo de negócios sustentáveis e em matéria de financiamento *verde* para empresas e PME. As suas práticas de sustentabilidade incluem a Linha Verde Bancolombia, que financiou 195 projetos; a linha de financiamento Agroverde, para promover a sustentabilidade agropecuária; e as linhas de financiamento de habitação e construção sustentável.

Latam Airlines foi reconhecida, pelo quinto ano consecutivo, como a linha aérea líder na América pelas suas práticas de sustentabilidade, segundo o citado índice Dow Jones. É a única companhia aérea da região incluída nesse índice, graças, entre outras ações, a ter reduzido a sua pegada de carbono em 2,46%, e a que a partir de 2013 diminuiu em 36% as emissões por operações em terra. E

tudo isto, ao mesmo tempo que em 2017 transportou o equivalente a nove aviões de carga em materiais de ajuda humanitária e mais de 2.000 pessoas para apoiar os incêndios no Chile, as inundações no Brasil e no Peru e o terremoto do México.

O **Grupo Argos** (e a sua filial cimenteira Argos) foi ratificado pelo sexto ano consecutivo como membro do índice Dow Jones. Nesta ocasião, a matriz e a sua filial foram líderes mundiais em cidadania corporativa, estratégia de alterações climáticas, acompanhamento ambiental, atração e retenção do talento, gestão da água e direitos humanos.

Impacto dos *big data* e da robotização

Vivemos numa era de “humanidade aumentada” pela tecnologia (termo adotado por EY no seu dossier sobre disrupção e megatendências de 2018), onde a robotização e a inteligência artificial provocam um enorme impacto na educação e emprego. Perante isso, as empresas são as primeiras a reagir. Há profissões para o exercício das quais ainda não se estuda (gestão de drones, jornalismo de dados, direção de conhecimento, broker de redes sociais), e que só são abordadas pelas empresas através de programas de formação, sendo também as empresas as que ensaiam novos modelos económicos orientados para melhorar os mercados.

O futuro do trabalho mudará muito pelos *big data*, inteligência artificial

e robótica, o que exigirá novas leis e colocará incógnitas sobre a autonomia, identidade e privacidade dos trabalhos automatizados. As empresas da economia colaborativa são uma realidade, em plataformas como a Airbnb, Deliveroo e Uber, onde empregados *freelance* realizam trabalhos temporários. Qual será o próximo estágio? Os peritos apontam para uma realidade empresarial dominada pela robótica, que não só retirará os humanos das cadeias de montagem, processamento ou atendimento aos clientes, mas também os substituirá nas salas de operações, transportes, design e jornalismo.

Vivemos numa era de “humanidade aumentada” pela tecnologia, onde a robotização e a inteligência artificial provocam um enorme impacto na educação e emprego.

Os novos consumidores supertecnológicos também representam desafios inéditos para as empresas, muitas das quais estão a aplicar inovadoras estratégias de design e marketing baseadas na psicologia.

A economia digital afeta todos os âmbitos empresariais. A agricultura é

talvez um dos setores de que menos se fala, e, no entanto, está envolvida numa impressionante evolução tecnológica. Hoje os produtores podem aplicar análises de *big data* às colheitas e usar dados do solo e do clima para saberem exatamente que sementes usar, onde semear e como cultivar para conseguir uma melhor produção.

A hora das PME e da economia local?

Os desafios económicos e políticos na Ibero-América acontecem num contexto macroeconómico em que o PIB da região apenas cresceu 1,3% no ano passado, prevendo-se que em 2018 cresça 2%-2,5%. Taxas modestas que chegam depois de cinco anos de desaceleração económica numa altura em que aumentam os temores a que a globalização afete negativamente o comércio e o investimento estrangeiro.

As PME da região (90% das unidades produtivas que geram 60% do emprego) enfrentam o enorme desafio de sobreviver e crescer a par da inovação e sustentabilidade, partindo de um panorama muito complicado. Na América Latina e Caribe estas empresas costumam ser mais pequenas em número de empregados que noutras áreas com níveis de desenvolvimento semelhantes, sendo o seu ciclo de vida menor. De facto, apenas 45% das PME da região sobrevive mais de dois anos, face a 80% das europeias, segundo informações publicadas pela CEOE.

No espaço ibero-americano, as PME são fundamentais porque empregam uma elevada percentagem de trabalhadores dos setores mais vulneráveis, tais como mulheres, jovens e pessoas desarraigadas. Em muitas zonas rurais, os negócios familiares são a única fonte de emprego e criação de receitas.

As PME da região enfrentam o enorme desafio de sobreviver e crescer a par da inovação e sustentabilidade, partindo de um panorama muito complicado.

Há uns meses, o programa AL-Invest 5.0 reuniu na Guatemala representantes da Comissão Europeia e dirigentes ibero-americanos para tratar o futuro das MPME (micro e pequenas e médias empresas). Através deste fundo de apoio à iniciativa privada, dotado com 34 milhões de euros, serão impulsionadas 26.000 microempresas em 18 países da região.

O setor privado em geral e as PME em particular, enfrentam um paradoxo provocado pelas alterações tecnológicas e demográficas: dado que uma grande parte do mundo vive em megacidades, os governos locais frequentemente carecem de meios

humanos e materiais para cumprirem as suas responsabilidades. Neste terreno do âmbito local surgem nichos de negócio perfeitamente aproveitáveis pelas PME, sempre que satisfaçam a crescente necessidade de serviços integrados em setores como a assistência profissional, construção e adequação de habitação social, saúde, cuidados de idosos, bem-estar infantil e produção e fornecimento alimentar.

Vemos como os modelos de negócio virtuais vs físicos já se vão implantando nas cidades pequenas e nas aldeias, graças à interconexão 24/7 e ao teletrabalho, o que representa um terreno fértil para empresas locais de design urbano, arquitetura ou formação. Além disso, a disrupção está a contribuir para fazer reviver

as cidades de tamanho médio, com menores custos profissionais, menos pressão fiscal e mais qualidade de vida; cidades que se podem tornar, a par das empresas, em centros nevrálgicos de inovação.

Para enfrentar com sucesso todos estes desafios económicos, tecnológicos e sociais com que as empresas da Ibero-América se confrontam, é imprescindível que haja um clima de segurança estabelecido em toda a região. Segurança e confiança são dois aspetos essenciais para o desenvolvimento de um ambiente profissional e pessoal comprometido com a prosperidade da empresa, da comunidade onde opera e do continente em que se situa.



*Caminhar na direção correta,
o mais depressa possível*



Gustavo Grobocopatel*
Grupo Los Grobo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão alcançados quando se coordenarem e alinharem as visões e ações de toda a sociedade, especialmente das empresas e do Estado, que são as organizações onde a energia do homem tem mais consequências sobre a vida quotidiana.

Grande parte dos desafios dos ODS são abordados a partir de ecossistemas onde os agronegócios e o âmbito rural têm uma ação predominante. Dar à humanidade segurança alimentar, desenvolver atividades em harmonia com a natureza e enfrentar a luta contra a pobreza, podem resolver-se se formos capazes de alinhar o trabalho do setor privado e do público, pois a sua complexidade e profundidade exigem uma abordagem sistémica, que também integre a sociedade no seu conjunto.

Pensamos que estamos no lugar adequado —as Américas— e no setor e momento adequados, já que nas próximas décadas a procura dos nossos produtos irá crescer em quantidade e qualidade. Temos um compromisso para com os habitantes deste mundo de os fornecer atempadamente e em devida forma.

* Engenheiro agrónomo, presidente do grupo Los Grobo; músico.

Não há outra região no planeta com as condições das Américas para proporcionar os alimentos que virão a ser necessários e as matérias primas para a construção, vestuário, medicamentos e outras múltiplas utilizações.

Precisamos de instituições deste século e de um Estado deste tempo: um Estado facilitador, construtor de bens públicos, um Estado que aprenda e se transforme permanentemente.

A região é uma vasta plataforma fotossintética que transforma o sol e a água em múltiplos produtos que saem dos nossos vales, planícies, florestas, montanhas, rios e mares. Temos água em abundância e barata, muito mais do que no resto do planeta. Mas, sobretudo, temos a cultura de cultivar, que provém da América ancestral e remota e que foi adquirida e melhorada por migrações recentes.

Sobre estes fundamentos encontramos-nos cavalcando às costas de uma convergência tecnológica sem antecedentes nem limites conhecidos. A biotecnologia permite conceber instalações transformando-as em “fábricas” que absorvem CO₂ e

utilizam energia solar. São a base de uma nova revolução industrial verde que ocorrerá nas zonas rurais do nosso continente. Serão acompanhadas por uma nova química, a microbiologia, que domestica micro-organismos, e pelas tecnologias para semear sem remover a terra. Pela primeira vez na história “agricultor” não é sinónimo de “lavrador” e vamos poder entregar aos nossos filhos solos melhores do que aqueles que recebemos. A robótica, agricultura de precisão, nanotecnologia, gestão baseada na inteligência artificial, internet das coisas, aprendizagem das máquinas, uberização da logística e serviços, irão alterar as formas de organização, a divisão do trabalho e o uso dos ativos.

Os povos das Américas devem receber estas transformações com esperança e autotransformarem-se para as interiorizar. Os empresários estão perante o desafio de criar ecossistemas de negócios sustentáveis e inclusivos, integrando atividades complexas e diversas. Por exemplo, a integração dos agronegócios com a gastronomia, turismo e serviços especializados baseados em IT que convergem para tornar estes produtos mais competitivos e sustentáveis. Os desenvolvimentos económicos devem integrar a linguagem da vida e devemos comunicar com a natureza criando uma relação sinérgica com mais vida e diversidade. Também devem convergir os mundos, as culturas da ciência e da empresa, devendo o Estado facilitar esses fluxos.

Mas não há garantias de sucesso e temos de nos preparar. Os empresários, Estados e organizações da sociedade devem trabalhar em conjunto para realizar este processo com esperança, incluindo as maiorias e criando progresso para muitos e inclusão para todos.

Também precisamos de instituições deste século e de um Estado deste tempo: um Estado facilitador, construtor de bens públicos, um Estado que aprenda e se transforme permanentemente. Um Estado que lidere as transformações e as torne numa façanha coletiva.

Estes processos de transformação devem ser conduzidos e orientados no quadro de um objetivo claro. Qual é o

sentido deste processo? **Não devemos perder de vista que se não criarmos bem-estar com dignidade, os nossos esforços e ações perdem a razão de ser.** O resultado deste trabalho não deve ser medido em função do que damos, mas do que as pessoas recebem ao incrementarem as suas capacidades. Segundo Amartya Sen, prémio Nobel da Economia, estas são: ser mais livre, mais autónomo, mais empregável, mais empreendedor, mais solidário e mais saudável. Se as conseguirmos criar através das nossas ações estaremos no caminho correto e se não o conseguirmos, deveremos corrigi-las.

O que não podemos é estar distraídos; **não só temos de caminhar na direção correta, temos também de o fazer o mais rapidamente possível.**

5

A visão do mundo académico



O poder transformador da universidade para o desenvolvimento sustentável do continente ibero-americano



Vahan Agopyan*

Universidade de São Paulo, Gabinete do Reitor

Na última década, as universidades ibero-americanas implementaram as melhores práticas acadêmicas, aumentaram o intercâmbio de experiências entre elas e aproximaram-se mais da sociedade, pelo que se tornaram num importante parceiro para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas para o ano 2030.

Introdução

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são mais modismos ou estudos para futuros problemas, como se podia imaginar há algumas décadas. A rápida evolução tecnológica e a sua imediata implantação nas atividades diárias trouxeram um alerta para os riscos que o nosso planeta e os seres vivos que o habitam estão correndo. Na década de 70, os pesquisadores trabalhavam para garantir que as futuras gerações tivessem a oportunidade de usufruir do nosso planeta como nós tivemos. Mas, no ensejo de multiplicar em pouco tempo os recursos oferecidos, criou-se uma dinâmica que tem levado os inquilinos do planeta a sofrer as consequências de um desenvolvimento não adequadamente controlado. Uma faceta das mais perversas desse

* Vahan Agopyan é reitor da Universidade de São Paulo; Luiz Roberto Serrano é superintendente de Comunicação Social da USP

descontrole é que a desigualdade social não está se mitigando, pior ainda, em várias partes do mundo está piorando.

As universidades sempre tiveram um papel importante no desenvolvimento social e econômico das nações, mesmo que a população nem sempre compreenda essa atuação e entenda o seu impacto, principalmente regional. A própria universidade não sabe demonstrar o seu poder transformador.

Os desafios que o nosso planeta está enfrentando nos aspectos econômicos e ambientais, mas também na área da saúde, mobilidade, segurança (no sentido amplo, incluindo segurança alimentar), entre outros, devem ser enfrentados pelas universidades, através dos seus pilares de atuação: ensino, pesquisa e extensão universitária, que inclui o empreendedorismo.

O desenvolvimento da sociedade na atualidade não se dá apenas de forma contínua e progressiva, muitas vezes a evolução econômica, social, política e tecnológica é brusca, até por vezes violenta. Neste ambiente, as universidades têm um papel importante, pois elas são por natureza disruptivas, pois continuamente mudamos e nos reinventamos, por isso sobrevivemos há mais de um milênio. As universidades têm condições de atuar, junto com os demais setores da sociedade, para enfrentar os grandes desafios da atualidade como mudanças climáticas, inclusão social, pobreza

e combate à fome, saúde global, degradação ambiental e a redução da disponibilidade de recursos naturais, inclusive da água potável. Esses desafios são oportunidades para novas teorias, aumento do conhecimento e para a inovação.

Neste texto, será apresentado, de maneira resumida, o panorama atual do continente, o papel da universidade para atingirmos as metas da ONU no ano 2030, e as ações que estão e devem ser tomadas pelas universidades ibero-americanas, para atender a essa demanda.

O desafio

A frase que surge em inúmeros documentos preparatórios desta XXVI Cúpula Ibero-Americana de 2018 não poderia ser mais inspiradora. Traduz à perfeição qual deve ser o objetivo do processo de desenvolvimento econômico e social de países e regiões: *“Não deixar ninguém para trás”*.

A Cúpula Ibero-Americana almeja debater os caminhos para a construção de uma “Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”, alinhada com os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da ONU para 2030. Objetivos que projetam metas econômicas, sociais e ambientais das mais variadas naturezas e complexidades cujo alcance visa ao progresso, bem-estar e à felicidade do ser humano como cidadão, em qualquer quadrante do globo.

Deste globo faz parte o espaço ibero-americano com seus mais de 600 milhões de habitantes, espalhados por 22 países com história e histórias comuns. De um lado do Atlântico, na Península Ibérica, os portugueses e espanhóis que se lançaram ao mar em busca de novos horizontes e, de outro, no vasto continente latino-americano, os herdeiros dessa aventura, as inúmeras nacionalidades separadas por fronteiras legais, mas unidas na busca por um destino comum, digno e próspero para todos os seus cidadãos.

Somos cerca de 430 milhões de habitantes de origem hispânica e 210 milhões de matriz portuguesa. Vivemos, no caso da América Latina, em países de renda média com economias lastreadas basicamente em produção agrícola e mineral, industrialização tecnologicamente defasada, infraestrutura e serviços atrofiados, distribuição de renda que deixa muito a desejar e carentes de bons sistemas de saúde e educação. Do outro lado do Atlântico, Portugal e Espanha acompanham os altos e baixos da economia europeia, recuperando-se, até o momento, da crise de 2008, ainda centrados no combate ao desemprego que afeta principalmente os jovens.

Embora estejam em desvantagem no momento, os países da América Latina têm um enorme potencial para superar suas limitações e conquistar um lugar melhor no dinâmico comboio liderado pelos países desenvolvidos, no qual o avanço das tecnologias digitais impõe

continuamente novos padrões de desenvolvimento econômico e social.

É justamente sobre a capacidade de desenvolver esse potencial, superar as limitações, que a XXVI Cúpula Ibero-Americana de 2018 se propõe a debater. O objetivo é buscar atender aos ambiciosos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030. Ambiciosos, mas inescapáveis, pois definem o horizonte civilizatório para onde a sociedade global precisa caminhar para garantir uma vida digna à população mundial, revertendo a desestabilizadora tendência de concentração de renda atual e outras também preocupantes. Inescapáveis, portanto para os 22 países ibero-americanos, cuja identidade cultural lhes dá a oportunidade de criar políticas solidárias de desenvolvimento econômico e social e elevar o patamar de suas sociedades.

A colaboração entre as universidades públicas ibero-americanas para melhor apoiar a sociedade

Entre as diversas instituições que podem contribuir para enfrentar o desafio apresentado, uma delas, sem dúvida é a universidade, espaço privilegiado de ensino, pesquisa, cultura e extensão, atividades naturalmente geradoras de conhecimento científico e tecnológico e políticas públicas de caráter social

e cultural, insumos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Em sua declaração final, o IX Fórum Ibero-Americano de Responsáveis do Ensino Superior realizado em La Antigua, Guatemala, de 17 a 18 de maio último, como preparação para a Cúpula dos Chefes de Estado de 2018, reconheceu a importância dessa contribuição: ***“O papel das universidades na Agenda 2030, através da formação, investigação, extensão e vinculação, é essencial para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta que o ensino e o conhecimento são os eixos do desenvolvimento inclusivo e da transformação produtiva com equidade”***, diz a declaração.

Já está claro para as autoridades universitárias ibero-americanas que a colaboração entre as suas instituições, no nível docente, discente e de pesquisas, é o melhor caminho para fortalecer a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social da região. Várias redes de colaboração entre universidades de nossos países têm sido construídas, possibilitando intercâmbios acadêmicos que geram valiosíssimos resultados nas áreas de pesquisa e ensino. Várias redes gerais já estão constituídas, algumas há décadas, como a UDUAL —União de Universidades da América Latina, a AUALCPI— Associação de Universidades da América Latina e do Caribe para a Integração e a AUIP

—Associação de Universidades Ibero-Americanas de Pós-graduação, além da contínua colaboração da IESALC— Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. Existe um número grande de redes de universidades para áreas específicas de conhecimento, realizando uma importante integração das pesquisas desenvolvidas na região. A Universidade de São Paulo (USP) é membro atuante em várias dessas redes.

Mais recentemente, redes menores com objetivos mais particulares começaram a surgir, buscando resultados mais rápidos e eficientes para problemas específicos. Um bom exemplo é a “Red Macro”, criada em 2002, formada por 37 universidades públicas da América Latina e Caribe. A “Red” tem como objetivo ***“promover a interlocução com os Estados Nacionais e com as organizações nacionais e internacionais, estabelecendo um mecanismo de diálogo e intercâmbio, assim como de cooperação e ação conjunta sobre temas e experiências de interesse comum para as universidades”***. Algumas das suas ações contam até com recursos externos às universidades participantes.

Outro exemplo importante é a AUGM —Associação de Universidades Grupo de Montevideu— composta de 31 Universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A entidade opera através

de comitês acadêmicos de áreas de conhecimento específicas.

Em 2014, foi criada a Aliança Acadêmica Latino-Americana reunindo a Universidade de São Paulo, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade Nacional Autônoma do México. Posteriormente, a Aliança evoluiu para a União Ibero-Americana de Universidades (UIU), agregando a Universidade de Barcelona e a Universidade Complutense de Madri. Após sua criação a UIU conseguiu apoios financeiros de outras entidades e doações para desenvolver e apoiar os trabalhos de grupos de investigação interinstitucionais.

Por mais recursos econômicos, científicos, tecnológicos e culturais que uma sociedade detenha não será simples implementar as ações necessárias.

Há que se destacar, ainda, as atividades do Maria Sibylla Merian International Centre in the Humanities and Social Sciences “Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America”, que reúne a Freie Universität Berlin, a Universität zu Köln, o Ibero-Amerikanisches Institut, todos da Alemanha, a USP e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, El Colegio de México e a Universidad Nacional de La Plata.

Em âmbito bilateral, a USP mantém acordos com universidades de quase todos os países do continente, destacando-se o intenso trabalho conjunto, além dos acima mencionados com a Argentina e o México, os desenvolvidos com as instituições chilenas, colombianas, uruguaias e paraguaias. Mantém, também em seu campus de São Paulo, a Cátedra José Bonifácio, que estuda os desafios da região ibero-americana. Essa cátedra teve o privilégio de contar com a colaboração do Enrique Iglesias como catedrático e atualmente a titular é a ex-presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla.

O atual processo de colaboração e integração de projetos certamente atrairá cada vez mais Universidades e dará ao Espaço Ibero-Americano do Conhecimento uma sólida base de contribuição para uma caminhada segura em direção aos 17 ODS.

Um modelo inspirador à disposição é o Espaço Europeu do Conhecimento, explicitado na Declaração de Bolonha, como resposta dos países do Velho Continente para a integração regional do ensino superior e da pesquisa, num ambiente cada vez mais globalizado. As Universidades espanholas e portuguesas podem compartilhar suas experiências no Espaço Europeu do Conhecimento com as suas congêneres no Espaço Ibero-Americano e vice-versa, quando for o caso.

Parcerias de toda a sociedade para combater a pobreza da região

Os 17 ODS reúnem metas como o desafio de acabar com a pobreza em todas as suas formas, passando pelo de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, até o de fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

São metas amplas, complexas, inter-relacionadas e propõem quase uma revolução socioeconômica em um sistema mundial cujas distorções foram construídas ao longo de muitos séculos. Na verdade, uma evolução, que se deseja seja rápida o suficiente para oferecer aos seres humanos uma vida, ao menos, com dignidade. Como em várias partes do mundo, será desafiador aplicá-los aos 22 países ibero-americanos, cujos mais de 600 milhões de habitantes são herdeiros de uma história de lutas, sacrifícios e desigualdades que se arrastam sem solução.

Por mais recursos econômicos, científicos, tecnológicos e culturais que uma sociedade detenha não será simples implementar as ações necessárias. A decisão de implementá-las que, certamente, será reiterada pelos Chefes de Estado reunidos em La Antigua, exigirá vontade política, recursos financeiros, mobilização social, engajamento empresarial e uma intensa participação das universidades.

A esse respeito, a declaração final do IX Fórum Ibero-Americano de Responsáveis do Ensino Superior recomenda:

“Promover alianças estratégicas para construir uma nova forma de coordenação e diálogo, com o objetivo de desenvolver e reforçar políticas de forma transversal, inclusiva, integral, participativa, equitativa e democrática, que originem ações concretas através das quais o ensino superior deve contribuir para a implementação dos ODS”.

“Desenvolver um processo que garanta o incremento significativo do investimento em ciência, tecnologia e inovação relativamente ao Produto Interno Bruto de cada país ibero-americano, como meio para implementar os ODS, criando parcerias com a participação ativa dos setores sociais, acadêmicos, empresariais, governamentais e outros”.

A necessidade de parcerias salta aos olhos quando se analisa o montante do investimento em Pesquisa & Desenvolvimento na América Latina. Brasil, Argentina e México, maiores economias da região, investem algo em torno de 1% (para mais ou para menos) de seu respectivo Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Esse investimento é baixo, tomando-se como comparação os países na linha de frente do desenvolvimento global: os Estados Unidos investem mais de 2,5%; até 2020 a União Europeia atingirá 3%; a China já aplica 2,1%; a Coreia do Sul,

mais de 4%. Ressalte-se que em todos esses países e na União Europeia, à exceção da Coreia do Sul, o PIB é bem maior do que o dos países da nossa região. Boa parte desses investimentos, inclusive na China, são oriundos do setor privado que desenvolve parcerias com as universidades e as entidades públicas. Trabalhando em parceria, esses setores alavancam o desenvolvimento de suas economias.

As universidades públicas latino-americanas precisam avançar no estabelecimento de parcerias com o setor privado. O Brasil aprovou e regulamentou, recentemente, um novo marco legal para Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I). Foi recebido pela comunidade acadêmica e empresarial como “um passo importante” para aproximar instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e o setor produtivo, aumentar as chances do conhecimento desenvolvido nas universidades, chegar às empresas e alavancar o desenvolvimento econômico e social. Iniciativas como essa precisam se multiplicar por todo o espaço ibero-americano.

Ações principais

Para darem sua contribuição ao alcance dos 17 ODS, as universidades ibero-americanas precisam, além de se integrarem mais e melhorar o relacionamento com a sociedade, também estar sintonizadas com as melhores práticas acadêmicas dos centros mais avançados do mundo,

como a internacionalização, a interdisciplinaridade e a diversidade.

A internacionalização, já bem encaminhada nas redes formadas entre universidades ibero-americanas, proporciona a troca de experiências de amplo espectro que resulta no compartilhamento regional e universal de conhecimentos e culturas. A interdisciplinaridade possibilita a formação de profissionais com visão enriquecida por áreas diversas de conhecimento. A diversidade abre, no ambiente acadêmico, a convivência de todos os estratos econômicos, sociais, raciais, de gênero, fundamental para a mitigação das desigualdades e formação de líderes.

Formados em ambientes acadêmicos com essas características, aproveitando um amplo leque de aprendizados e vivências, os futuros profissionais egressos de nossas universidades terão um cabedal de conhecimentos mais adequado para lidar com os desafios que a sustentabilidade coloca para as sociedades.

O grande desafio das universidades, em todo o mundo, é incorporar essa visão mais ampla para a formação dos futuros profissionais e líderes no ambiente universitário. Há um consenso da imprescindibilidade da internacionalização, da abordagem interdisciplinar no ensino e pesquisa, e da necessidade da inclusão de alunos de todos os espectros da sociedade nos nossos cursos. No entanto, todos

os dirigentes se deparam com a dificuldade de aplicar essas premissas na prática, por diversas razões que não se podem detalhar num único artigo.

Um outro grande desafio é incentivar a realização de mais estudos e pesquisas em temas de maior interesse para a região e a sociedade, sem enfraquecer a autonomia universitária e a alvedrio do docente para os seus estudos.

Há um certo número de redes de Universidades no Espaço Ibero-Americano voltadas para o estudo das questões ambientais, mas que denotam uma certa concentração em temas relativos apenas ao meio ambiente, não trabalhando o conceito de sustentabilidade *lato sensu*, como indicado nas metas dos 17 ODS.

Mesmo com esses desafios, as instituições da região apresentaram um desenvolvimento marcante na última década, sendo reconhecidas no âmbito internacional a sua boa qualidade. Qualidade essa que ainda não está sendo adequadamente transferida para a sociedade da região.

É inescapável lembrar que, apesar do teor socialmente meritório e justo dos ODS, sua implantação contrariará interesses estabelecidos em todos os países e, conseqüentemente, gerará resistências. Não é fácil modificar ou desmontar práticas econômicas e sociais estabelecidas há décadas, cujos interesses estão enraizados

nos sistemas políticos, jurídicos e governamentais.

Cresce, diante dessa constatação, o papel e a responsabilidade das universidades, não só como centros de inovação e formação de profissionais, mas como difusoras, junto aos núcleos de poder e a sociedade de valores e práticas sintonizados com o conceito de sustentabilidade explicitado nos 17 ODS.

Trata-se de uma típica atividade de cultura e extensão, tão cara às universidades vocacionadas, como não poderiam deixar de ser, a prestar os melhores serviços às sociedades que as abrigam e, muitas vezes, as mantêm.

Nenhuma instituição será melhor do que a universidade para desempenhar esse papel e será um serviço tanto melhor quanto maior for a sua autonomia didático-científica, financeira e administrativa, pois esta lhe dará maior liberdade de pesquisa, ação e influência junto às instituições da sociedade.

Ao longo dos tempos, as universidades se transformaram, convivendo ou reagindo aos condicionamentos históricos que as cercavam. Aos poucos, conquistaram o status de fontes e difusoras de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos. Diante dos desafios holísticos colocados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável as

universidades ibero-americanas estão diante da oportunidade de colocar o precioso conhecimento que geram a serviço de uma transformação econômica e social que enobreça o futuro de sua região —que as transforme em um espaço dinâmico, desenvolvido e socialmente justo—.

Comentários finais

Neste texto curto, pretendeu-se apresentar a universidade como uma parceira importante para o desenvolvimento sustentável da sociedade, contribuindo para atingir Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU para o ano 2030. Na última década, as universidades ibero-americanas implantaram as melhores práticas acadêmicas, aumentaram a troca de experiência entre elas e se aproximaram mais com a sociedade. Portanto estão disponíveis para contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Vale destacar que a integração com a sociedade tem que ser realizada de uma maneira ampla. Há um grande esforço para o aumento da interação institucional da universidade com os setores empresariais (públicas ou privadas), com os governos (nas diversas esferas), com as organizações não governamentais e com a sociedade organizada, de uma forma geral. Além disso, várias instituições estão se esforçando para colocar os seus alunos e professores para utilizar o seu conhecimento onde ele é necessário, de preferência, fora do campus, e, ainda, apresentando a universidade para camadas da população que não tiveram oportunidade de conhecê-la.

Várias instituições ibero-americanas já estão engajadas, com todos os seus meios e recursos, no esforço de perseguir e chegar o mais próximo possível dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Está em nosso DNA servir à sociedade e reforçar alianças com as coirmãs ibero-americanas nesse desafio tão urgente e necessário.



O desenvolvimento sustentável nas instituições do ensino superior



Bernardo Huerta Couttolenc*
Universidade Tecnológica de Puebla

É responsabilidade e dever das instituições do ensino superior e das suas autoridades oferecer programas educativos de qualidade que considerem o desenvolvimento sustentável em cada etapa do processo ensino-aprendizagem para poderem oferecer ao mundo pessoas capazes de reconhecer e satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer os recursos e possibilidades das futuras gerações.

Três anos depois da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, é indispensável fomentar a criação de espaços para a discussão dos objetivos definidos nesse encontro. Neste artigo apresenta-se a visão do mundo acadêmico, especificamente relacionado com as instituições do ensino superior, e a forma como o desenvolvimento sustentável deve ser projetado como parte da vida cotidiana e da formação curricular dos estudantes. Posteriormente, abordam-se algumas das estratégias que permitem garantir que os estudantes tenham uma educação de qualidade e se relacionem com o setor produtivo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) encarregou-se da tarefa

* Reitor da UTP. Realizou um Mestrado em Gestão Pública Aplicada no Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey. É Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade das Américas, Puebla. Anteriormente, exerceu as funções de Secretário de Transportes do Governo do Estado de Puebla, cargo que ocupou a partir de 2011.

de promover as ações necessárias para fomentar o desenvolvimento sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são um apelo universal à adoção de medidas que ponham fim à pobreza, protejam o planeta e garantam que todas as pessoas usufruam de paz e prosperidade¹.

Qualquer estratégia relacionada com a educação exige que o desenvolvimento sustentável seja considerado um elemento fundamental.

Estes 17 objetivos assentam na concretização dos objetivos de desenvolvimento do milénio, também redigidos pela própria ONU, mas com a inclusão de novos aspetos como as alterações climáticas, desigualdade económica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça. Estes objetivos estão estreitamente interligados, estabelecendo uma relação de êxito ou fracasso transversal e de vínculos interdisciplinares muito estreitos entre eles.

No imaginário coletivo, quando nos referimos a ações ligadas à sustentabilidade, de imediato as

relacionamos com o ambiente. No entanto, tal como referem os ODS, a sustentabilidade exige a inter-relação de vários fatores que convergem de forma equilibrada e oportuna.

A saber: equidade, justiça, inovação, luta contra a pobreza e alterações climáticas; estes são conceitos ou estratégias que não se podem entender isoladamente; encontram-se combinados em todas as ações realizadas pelos países interessados na sua implementação.

Em 1992, na Cúpula da Terra realizada no Brasil, surgiu o Projeto 21 para a promoção do desenvolvimento sustentável. Neste projeto referiu-se pela primeira vez a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que assumiu desde então parte importante das propostas e iniciativas que procuram consolidar o cuidado da nossa envolvente com o objetivo de assegurar a sua preservação para as gerações futuras.

No que respeita aos ODS, o quarto objetivo, Educação de Qualidade, estabelece dez metas, das quais destacamos as três seguintes:

Meta 4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso por parte de homens e mulheres a uma formação técnica, profissional e superior

1. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230171e.pdf>

de qualidade, incluindo o ensino universitário.

Meta 4.4 Até 2030, aumentar consideravelmente o número de jovens e adultos que apresentem as competências necessárias, em particular técnicas e profissionais, para aceder a um emprego, a trabalho decente e ao empreendedorismo.

Meta 4.7 Até 2030, assegurar que todos os alunos adquirem os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, entre outros, através da educação para o desenvolvimento sustentável, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania mundial, valorização da diversidade cultural, e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

É por isso que a educação desempenha um papel fundamental nos ODS, sendo em si mesma um dos objetivos de desenvolvimento sustentável e o meio através do qual será possível afirmar essa cultura. Qualquer estratégia relacionada com a educação exige que o desenvolvimento sustentável seja considerado um elemento fundamental.

Em todos os níveis do ensino, implementar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável significa um grande desafio; não obstante, iremos centrar-nos no papel desempenhado pelas Instituições do Ensino Superior (IES) para a consecução das metas enunciadas.

Devemos assumir o compromisso e considerar como obrigação estabelecer novos padrões de educação, a fim de conseguir que esta seja de qualidade, inclusiva e equitativa e, sobretudo, que inclua as competências atualmente exigidas em temas de sustentabilidade. Atualmente somos responsáveis por difundir uma educação para o desenvolvimento sustentável.

Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou o Programa de Ação Global de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ao finalizar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse programa, as universidades desempenham um papel primordial para a sua implementação pois este propõe reorientar a educação e a aprendizagem para que todos possam adquirir conhecimentos, competências, valores e atitudes que empoderem e permitam contribuir para um futuro sustentável². As instituições do

2. Disponível em: <https://es.unesco.org/gap>

ensino superior devem inculcar essa cultura, tanto nas aulas quanto nas áreas de investigação académica. É necessário produzir conhecimento aplicável a qualquer disciplina. Assim, a missão de qualquer IES é a formação de profissionais que satisfaçam os requisitos do seu contexto.

Há muitos fóruns e mecanismos que convidam a incorporar a educação para o desenvolvimento sustentável, mas é necessário aprofundar os meios para a sua implementação.

Hoje em dia, é necessário que os nossos licenciados sejam pessoas responsáveis no que respeita ao ambiente e que conheçam e apliquem quotidianamente ações tendentes a um desenvolvimento sustentável. Resumidamente, as IES devem ser agentes de mudança.

Com base nesta necessidade, surgiu já bibliografia que aborda o desenvolvimento sustentável no âmbito das IES, e na qual se procuram definir os meios para implementar este tipo de ensino. Há documentos

que apresentam um guia prático para renovar os programas educativos de forma rápida e eficaz, incluindo a perspectiva de desenvolvimento sustentável. Além disso, algumas escolas desenvolveram programas académicos de formação específica em Desenvolvimento Sustentável. No entanto, isto não é suficiente, já que para isso é necessário que essa perspectiva seja aplicada a todos os programas educativos.

Não obstante, o problema apresentado por diversas instituições encontra-se na implementação. Há muitos fóruns e mecanismos que convidam a incorporar a educação para o desenvolvimento sustentável, mas é necessário aprofundar os meios para a sua implementação.

Walter Leal Filho, no seu artigo “Applied Sustainable Development: a Way Forward in Promoting Sustainable Development in Higher Education Institutions”³, elenca uma série de documentos e compromissos estabelecidos por instituições do ensino superior, que considera terem falhado em garantir essa implementação.

O autor entende que pelo facto de o investimento em educação não ser visível de imediato, não se podem

3. Leal-Filho, W. (2011) “Applied Sustainable Development: a Way Forward in Promoting Sustainable Development in Higher Education Institutions”. Em *World Trends in Education for Sustainable Development*. Vol. 32. Alemanha: Peter Lang.

observar os esforços para implementar uma formação para o desenvolvimento sustentável. Isto acontece com frequência no âmbito da educação, já que devemos esperar que a educação recebida produza o efeito desejado nos estudantes para que adotem na prática esses ensinamentos.

Por outro lado, os investigadores insistem na importância da avaliação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A grande maioria das instituições ensina o tema, mas é necessária uma avaliação profunda para saber se o conhecimento transmitido é efetivamente adquirido e aplicado.

“É urgente definir objetivos novos e apropriados para o ensino superior em termos dos resultados da aprendizagem, bem como aplicar um critério de avaliação adequado para verificar se a aprendizagem desejada foi alcançada e produziu uma melhoria contínua”⁴.

A este respeito, podemos destacar que em 2012 foi criada a Iniciativa de Sustentabilidade no Ensino Superior das Nações Unidas, conhecida pela sigla em inglês HESI, que, sendo uma associação entre várias agências do organismo multilateral, conta com a participação de várias Instituições do Ensino Superior de todo o mundo⁵.

Esta iniciativa oferece às instituições do ensino superior uma interface única entre o ensino superior, a ciência e a formulação de políticas. As instituições do ensino superior que aderem à iniciativa comprometem-se a ensinar desenvolvimento sustentável em todas as disciplinas de estudo; fomentar a investigação e a difusão do conhecimento do desenvolvimento sustentável; contar com campus ecológicos; apoiar os esforços locais de sustentabilidade; e interagir e partilhar informações com redes internacionais. Também se vinculam a qualquer Objetivo de Desenvolvimento Sustentável através de compromissos e ações concretas.

Para fazer parte da HESI é necessário demonstrar as ações realizadas a favor do desenvolvimento sustentável, nas quais se devem descrever e incluir mecanismos de funcionamento, objetivos, metodologias, datas de implementação e produtos.

Esta associação também utiliza testes para avaliar o impacto dos projetos implementados, por forma a confirmar que de facto existem resultados a favor do desenvolvimento sustentável. Através de iniciativas como esta procura-se que o desenvolvimento sustentável na educação seja algo palpável e mensurável.

4. Svanstrom, M.; Lozano-García, F. J.; Rowe, D. (2008) “Learning outcomes for sustainable development in higher education”. International Journal of Sustainability in Higher Education, Vol. 9 N.º 3.

5. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdinaction/hesi>

Não obstante, é necessário regressar às metas do Objetivo *Educação de Qualidade*, para que as ações realizadas pelas IES tenham o efeito esperado relativamente ao que as Nações Unidas definiram como objetivos a cumprir para o desenvolvimento sustentável. É importante sublinhar o que já foi referido, que para os ODS a educação é um meio e um fim e que existe uma forma de unir esse meio com esse fim, através da aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Para isso, podemos basear-nos nas três metas atrás descritas.

Em primeiro lugar, a igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e superior, incluindo o ensino universitário. Há cada vez mais jovens que procuram concluir os seus estudos até ao nível universitário, pois já não basta contar com o ensino obrigatório para se poderem inserir no mundo do trabalho. Por isso, as políticas públicas devem contemplar espaços mais amplos nas instituições do ensino superior para que um maior número de jovens possa aceder aos programas académicos. Esta já não é uma meta que os países devam alcançar como compromisso, trata-se de uma exigência dos jovens.

No México, como em grande parte dos países latino-americanos, a educação é um direito fundamental que deve ser promovido e preservado.

A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, no seu artigo

terceiro, consagra que os níveis de educação pré-escolar, primária, secundária e média superior são obrigatórios. No que se refere ao ensino superior, estabelece-se a importância de promover e satisfazer todos os tipos e modalidades educativas necessárias para o desenvolvimento da nação, bem como o apoio à investigação científica e tecnológica, que em geral se realiza nas Instituições do Ensino Superior.

Embora ainda não se considere obrigatório, o ensino superior tem por base ser diverso e inclusivo. O desafio alarga-se à integração adequada e pertinente de programas que respondam às necessidades do contexto, e, como agente de formação, o compromisso é dirigido no sentido de formar sujeitos sociais que possam adquirir e criar conhecimentos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, conscientes dos cuidados que o meio natural exige e com propostas para os problemas que já temos de enfrentar.

O ensino técnico-profissional e superior deve ter sempre em conta o desenvolvimento sustentável como princípio fundamental para permitir o acesso inclusivo de todo o tipo de pessoas, independentemente da sua origem ou condição, e ser viável e permanente para as futuras gerações.

Em segundo lugar, a meta relacionada com o ensino dos conhecimentos teóricos e práticos necessários

para promover o desenvolvimento sustentável. Como bem estabelece o Programa de Ação Global em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO, é necessário reorientar a educação para a aquisição de conhecimentos, aptidões, valores e atitudes, aos quais acrescentaria competências.

Os estudantes devem aprender a fomentar um pensamento crítico e assim adquirir mais responsabilidades sobre a sua própria aprendizagem.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável não deve ser vista a partir de uma perspectiva limitada, mas ser entendida num âmbito mais alargado, o que obriga a incluir os espaços necessários para formar consciências e incutir responsabilidades relativamente ao nosso contexto e a tudo o que produzimos, consumimos e descartamos.

Muitas Instituições do Ensino Superior incluem o Desenvolvimento Sustentável nos seus programas educativos. A título de exemplo, na Universidade Tecnológica de Puebla este tema é abordado em todos os programas educativos como parte essencial da evolução dos alunos enquanto profissionais. A partir do início das aulas, começam a tomar

consciência da importância de adotar o desenvolvimento sustentável como um estilo de vida. No entanto, é importante garantir que esses conhecimentos são realmente adquiridos e não apenas lecionados como mais um tema do currículo de uma disciplina. No âmbito da educação, a evolução do conhecimento nesta matéria não se entende apenas como uma disciplina; representa um aspeto transversal, isto é, a sua presença surge de forma implícita e como apoio ao desempenho de todas as disciplinas, e favorece a aprendizagem significativa. Por outro lado, deve ser incluída em qualquer área de estudo, e não apenas com maior destaque nos programas centrados em temas ambientais.

É também importante considerar a forma como se leciona a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Os estudantes devem aprender a fomentar um pensamento crítico e assim adquirir mais responsabilidades sobre a sua própria aprendizagem. No artigo “Enhancing Education for Sustainable Development in Environmental University Programmes: a Co-Creation Approach”, estabelece-se a importância da participação do estudante dentro da sua comunidade e propõe-se que os alunos sejam co-criadores do conhecimento, para se tornarem canais dessa comunidade, bem como promotores da mudança.

Também se considera como processo que a partir da participação se alcança a co-criação, que produz satisfação e

confiança. E a isto junta-se o facto de que, chegando à co-criação, é possível adquirir aptidões, valores, atitudes e competências que permitam contribuir para um futuro sustentável.

Há hoje um grande interesse por tudo o que diz respeito à formação dual dos estudantes universitários.

Como refere a meta dos ODS, os conhecimentos não só devem ser teóricos, mas também práticos, pelo que a participação e a crítica são essenciais. Os estudantes envolvem-se na sua atividade de aprender e são criadores de conhecimentos, aumentando assim as suas competências e aptidões, e a sua futura aplicabilidade.

Reconhece-se ainda que é possível desenvolver nos estudantes cinco capacidades centrais relacionadas com a sustentabilidade, que são: interconectar perspetivas sociais, económicas e ambientais; analisar as implicações futuras da sustentabilidade; aplicar o uso da regulamentação ao conhecimento

da sustentabilidade; estratégias; e competências interpessoais⁶.

Por último, a meta que procura aumentar consideravelmente o número de jovens e adultos que possuem as competências necessárias, em particular técnicas e profissionais, para acederem ao emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Esta meta relaciona-se com a anterior pelo facto de, mediante o ensino do conhecimento, se gerarem competências necessárias para aplicar o desenvolvimento sustentável na vida quotidiana. Não obstante, é necessário criar as competências para o âmbito profissional que permitam aceder a um emprego e ao empreendedorismo, tudo isto num contexto sustentável. Um ponto de partida para definir as competências necessárias que os jovens devem adquirir, para além dos requisitos do mundo do trabalho, é o próprio desenvolvimento sustentável, que pode ser visto como um ponto de partida normativo para a seleção de competências importantes⁷. Referem-se especificamente as competências técnicas ou profissionais exigidas para se conseguir um emprego ou para o empreendedorismo, mas é possível que dentro destas competências se incluam as considerações necessárias para o desenvolvimento sustentável.

6. Perello-Marín, M. R.; Ribes-Giner, G.; Pantoja Díaz, O. (2018) "Enhancing Education for Sustainable Development in Environmental University Programmes: a Co-Creation Approach", Sustainability. Vol. 10.

7. Barth, M.; Godemann, J.; Rieckmann, M.; Stoltenberg, U. (2007) "Developing key competencies for sustainable development in higher education", International Journal of Sustainability in Higher Education, Vol. 8 N.º 4.

Atualmente, em qualquer emprego é importante aplicar a sustentabilidade, por forma a garantir ações a longo prazo.

Há hoje um grande interesse por tudo o que diz respeito à formação dual dos estudantes universitários, uma vez que através deste modelo se pode garantir que os alunos adquiram as competências exigidas pelo mundo do trabalho, para que ao finalizarem os estudos, ou ainda durante estes, possam aspirar a um bom emprego ou decidir-se pelo empreendedorismo.

De acordo com a UNESCO e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a educação e formação técnico-profissional permitem desenvolver na juventude competências essenciais para a redução da pobreza, recuperação económica e desenvolvimento sustentável.

A grande maioria das instituições do ensino superior está a dar um forte impulso para que se criem programas educativos nos quais se insiram as empresas e a indústria a fim de formar profissionais qualificados e competitivos. Por parte das empresas, contar com licenciados que conheçam os seus requisitos em primeira mão, traduz-se num investimento rentável.

Recentemente, realizou-se no Estado de Puebla, México, o Fórum Internacional de Educação Dual e Responsabilidade Institucional,

Parcerias Público-Privadas para a Mobilidade Social, organizado pela UNESCO e pela empresa alemã Audi México, onde se destacou que a formação dual é um instrumento que contribui para a melhoria do capital humano, para o desenvolvimento económico e para assegurar a inclusão e a equidade na sociedade.

Em qualquer emprego é importante aplicar a sustentabilidade, por forma a garantir ações a longo prazo.

Possuir conhecimentos práticos sobre a organização do setor produtivo, e a indústria em particular, permite aos estudantes contar com um importante grau de competitividade; mais ainda, é importante que conheçam as melhores práticas das empresas e da indústria, considerando as atuais necessidades e sem deixar de ter em conta o uso efetivo dos recursos. Estas serão as competências necessárias e ideais para aceder a um emprego, ao trabalho decente e ao empreendedorismo.

Existe também a necessidade de incluir na formação dual não só conhecimentos técnicos, mas também competências interpessoais e de consciência da sua envolvimento, no sentido de garantir que os jovens que conseguem um emprego o possam conservar. A partir das metas anteriores do objetivo da educação nos ODS, é possível incluir o que é

necessário para poder contar com uma educação para o desenvolvimento sustentável. Dispor dos instrumentos regulamentares e da investigação académica já não é suficiente, pelo que é fundamental levar à prática tudo o que foi proposto: o acesso, o ensino e a aplicação da educação para o desenvolvimento sustentável.

Tudo isto é um processo que nos permite observar resultados imediatos, mas pelo facto de ser simultaneamente um meio e um fim, é fundamental que o processo seja concretizado até se obterem os resultados esperados. O envolvimento em iniciativas como a HESI é da maior utilidade pois permite que se possam conhecer as melhores práticas aplicadas em diferentes instituições do ensino superior em todo o mundo. Além disso, é importante contar com mecanismos de avaliação, no sentido de conhecer o impacto de qualquer ação implementada.

Não deixemos de olhar para a educação a fim de alcançar um mundo assente na sustentabilidade. ***“A educação terá um papel crucial na adoção do desenvolvimento sustentável. O nosso dever quanto à formação dos futuros profissionais é fazer com que participem nessa transformação. No ensino superior, formamos as pessoas que irão moldar a sociedade do futuro”***⁸.

É responsabilidade e dever das instituições do ensino superior e das suas autoridades oferecerem programas educativos de qualidade que considerem o desenvolvimento sustentável em cada etapa do processo de ensino-aprendizagem para poderem oferecer ao mundo pessoas capazes de reconhecer e satisfazer as atuais necessidades, sem comprometer os recursos e as possibilidades das futuras gerações.

8. Svanstrom, M.; Lozano-García, F.J.; Rowe, D. (2008), “Learning outcomes for sustainable development in higher education”, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 9 N.º 3.



A visão do mundo acadêmico dos ODS



Ricardo Rivero Ortega*
Universidade de Salamanca

A Universidade pode fazer muito relativamente aos ODS. Desde promover a inclusão até combater a injustiça através da formação. Debater sobre as oportunidades e necessidades de melhorar a justiça, equidade e, evidentemente, promover a formação específica, tanto através da organização de cursos e seminários quanto da incorporação nos itinerários formativos de conteúdos associados a esses objetivos.

Uma agenda para salvar a humanidade: possíveis contribuições da Academia

20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992, teve lugar a Conferência do Rio sobre desenvolvimento sustentável. Nessa Conferência, representantes de governos e de outras instituições debateram o futuro da humanidade. Antes dela, tinham tido lugar encontros dedicados a questões comuns, mas o impulso deste momento decisivo aspirava a ser mais efetivo, pois os Estados assumiram conscientemente a necessidade de adotar medidas reais para alterar um estado das coisas insatisfatório para milhões de pessoas.

* É reitor da Universidade de Salamanca. Catedrático de Direito Administrativo. Foi decano da Faculdade de Direito (maio 2012 - maio 2017). Perito em gestão universitária, normas e inovação aplicada a organizações administrativas.

Estes grandes fóruns internacionais chamam a atenção dos meios de comunicação gerando uma grande ressonância, mas não seriam possíveis sem a contribuição científica que ao longo do tempo surge dos centros de investigação e das universidades —o mundo da academia— tanto no âmbito mais experimental e técnico quanto no humanístico e social. Centenas de milhares de pensadores de todo o mundo favorecem com as suas reflexões a consciência coletiva para a tomada de decisões, evidenciando com resultados e prospetivas a urgente necessidade de transformação.

Os grandes fóruns internacionais chamam a atenção dos meios de comunicação, mas não seriam possíveis sem a contribuição científica dos centros de investigação e das universidades.

A Agenda 2030 descreve as aspirações conjuntas da humanidade de um modo particularmente pormenorizado. Embora mantenha indefinições sobre cronogramas, prazos intermédios e meios financeiros específicos, subdivide em objetivos muito precisos as tarefas a realizar por parte dos agentes mais relevantes para, entre todos, poder construir um mundo melhor, entendendo esta expressão

também como um lugar de convivência no qual os seres humanos possam realizar-se plenamente respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas.

Os 17 objetivos merecem sempre ser recordados: acabar com a pobreza; fome zero; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de género; água potável e saneamento; energia acessível e não poluente; trabalho decente e crescimento económico; indústria, inovação e infraestruturas; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; produção e consumo responsáveis; ação pelo clima; vida submarina; vida dos ecossistemas terrestres; paz, justiça e instituições solidárias; e alianças para alcançar os objetivos.

Todas as pessoas e organizações devem pensar em como participar neste projeto conjunto com toda a energia. O conhecimento e a orientação em linha com objetivos de desenvolvimento sustentável são essenciais para o seu êxito a todos os níveis. Vejam agora os pormenores do que queremos fazer.

Entre as 169 metas, devemos referir algumas muito concretas nas quais a Universidade pode trabalhar de forma efetiva:

Para acabar com a pobreza, podemos preconizar a organização de seminários e debates sobre a criação e a manutenção de serviços sociais

apropriados e suficientes; defender a universalidade do acesso a prestações públicas adequadas para as pessoas mais vulneráveis; dedicar uma parte dos nossos recursos e orçamentos e estes fins e incorporar em todo o caso uma perspectiva de género na sua realização.

A Agenda 2030 descreve as aspirações conjuntas da humanidade de um modo particularmente pormenorizado.

Muitas universidades têm faculdades ou escolas nas quais se lecionam cursos relacionados com o atendimento social a partir de diferentes perspetivas (legal, psicológica, sociológica, da saúde). Tanto a oferta académica quanto a atividade de investigação nestas áreas podem orientar-se para as mencionadas metas, destacando as medidas concretas que possibilitarão a sua realização e centrando-se nelas.

O segundo objetivo, a segurança alimentar e a agricultura sustentável, relaciona-se ainda mais, se possível, com a atividade investigadora que se realiza nas universidades. Várias das metas concretas exigem claramente transformações do sistema produtivo agrícola em termos de inovação: produtividade, resiliência, diversidade genética, etc. Todos os centros universitários de engenharia agrícola

ou agroalimentar se podem envolver.

A promoção de uma vida saudável, que é o terceiro objetivo, relaciona-se sem dúvida com as faculdades de medicina e as escolas de enfermagem, bem como com os institutos de investigação das áreas da saúde pública. Promover projetos relacionados com estas metas está ao alcance das universidades, se não com recursos próprio, pelo menos mobilizando grupos para que peçam financiamento.

O objetivo para o qual o papel da Universidade se pode mobilizar com melhores resultados é, no entanto, o número 4 (Assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos). Embora a maior parte das metas se projetem na educação não universitária, nas primeiras etapas, certo é que os centros universitários exercem uma certa influência nos sistemas educativos.

Trabalhar para eliminar qualquer barreira de género é fundamental, bem como alargar as oportunidades para universalizar o acesso. Além disso, uma das metas refere a necessidade de educar em valores (estilos de vida sustentáveis, respeito pelos direitos humanos, igualdade de género, cultura da paz e não violência, e diversidade cultural). Para promover estas mensagens, a Universidade tem muito a dizer, pela sua própria missão institucional.

Outra meta para a qual podem colaborar os centros de educação superior é no aumento da oferta de professores qualificados, cooperando também internacionalmente com a formação de docentes nos países em desenvolvimento. As faculdades de pedagogia e educação são particularmente apropriadas para promover esses programas, alinhando-os com as estratégias de cooperação para o desenvolvimento das universidades.

Os desafios do futuro profissional num contexto de automatização crescente, devem fazer-nos pensar numa reorientação dos cursos para nos anteciparmos às consequências das transformações tecnológicas.

A igualdade de género aparece como objetivo transversal em vários dos já mencionados, mas é também um objetivo prioritário em si mesmo. A oferta universitária de estudos interdisciplinares de género favorece a formação de profissionais e especialistas nessa política pública, pessoas que se podem centrar nos objetivos capazes de eliminar os obstáculos à igualdade real. Neste

sentido, muitas universidades estão a avançar com a criação de unidades de igualdade, aprovação de planos de igualdade, etc.

O protagonismo da Universidade quanto ao sexto objetivo, para a disponibilidade de água potável, poder parecer menor se não repararmos na importância da investigação para melhorar a gestão dos recursos hídricos, ainda mais perante o desafio das alterações climáticas. Fomentar linhas de investigação para melhorar a eficiência, ligadas à agricultura sustentável e a outras áreas (urbanismo, prestação de serviços públicos e utilização de tecnologias) impulsionará possíveis contribuições concretas.

Reflexões semelhantes suscita o sétimo objetivo, o acesso a uma energia acessível, segura, sustentável e moderna para todos. As tecnologias energéticas melhoram em consequência do investimento em investigação, desenvolvimento e inovação. Neste sentido, a colaboração entre empresas e universidades pode ser fundamental, pois são as companhias de energia as que melhor conhecem os problemas e as oportunidades reais, cuja realização pode ser favorecida com as ideias daqueles que aplicam conhecimentos básicos (de engenharia, física, química, etc.) aos desafios da energia.

Crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, pleno emprego

e trabalho decente é outra meta na qual as universidades se devem centrar. Os desafios do futuro profissional num contexto de automatização crescente, devem fazer-nos pensar numa reorientação dos cursos para nos anteciparmos às consequências das transformações tecnológicas, formando em humanísticas adaptadas ao novo contexto as mulheres e os homens que se encontram nas nossas salas de aula, aqueles que no futuro irão impulsionar a nova economia.

A construção de infraestruturas resilientes é outra das metas que a Universidade pode apoiar através das contribuições dos seus grupos de investigação. De facto, várias são as disciplinas que nos convinha que colaborassem para proteger e garantir as redes que proporcionam bem-estar face a todo o tipo de riscos: evidentemente a engenharia civil, mas também a informática (contra os piratas da Internet) ou até a legislação, pois são necessárias leis de proteção e regulamentação contrárias às condutas que ponham realmente em risco as infraestruturas.

A redução da desigualdade entre os países é também essencial para o desenvolvimento harmónico do planeta. Podem contribuir para esta meta as estratégias de internacionalização universitária, facilitando a mobilidade de jovens que adquiram capacidades que mais tarde se poderão orientar para o progresso das suas próprias

sociedades. Criar capacidades pode ser o principal contributo do mundo da academia para este objetivo, pois dotar de conhecimentos e competências científicas é um dos pressupostos para a saída da pobreza, tal como o estamos a comprovar em tantos lugares do mundo. Para isso, devemos favorecer incentivos para o retorno aos países de origem, já que se o talento não se reintegrar depois do período de formação, a espiral de subdesenvolvimento não será interrompida.

Se a Universidade vive de costas voltadas para a cidade, isto resultará em consequências negativas para o tecido urbano.

Dependendo do foco e do interesse da Universidade por estes ou aqueles objetivos, os resultados são efetivamente muito diversos. Quando uma instituição universitária se identifica e colabora com o seu contexto urbano, podem surgir oportunidades de melhoria mais do que consideráveis. Pelo contrário, se a Universidade vive de costas voltadas para a cidade, isto resultará em consequências negativas para o tecido urbano. Assim, o sintagma “cidade universitária” pode apoiar muito a realização da meta de criar cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

A promoção do consumo e produção sustentáveis são também linhas de investigação apropriadas a implementar nas faculdades de ciências económicas e empresariais, bem como nos seminários e ofertas formativas orientadas para o emprego nas organizações de carácter comercial ou de controlo. Talvez não estejamos a trabalhar o suficiente com os nossos futuros licenciados em administração de empresas sobre os valores e princípios, centrando-nos frequentemente em competências de carácter mais técnico-profissional. Os que no futuro venham a dirigir as empresas devem também ser instruídos em responsabilidade social empresarial.

A luta contra as alterações climáticas, bem como a proteção dos oceanos e ecossistemas terrestres e a diversidade biológica chamam a Universidade ao papel dos institutos de investigação em ciências. A possível contribuição de faculdades científicas é muito importante, pois afinal iremos necessitar de aplicar tecnologias e saberes complexos para reverter uma tendência que começa a ser concebida como muito grave pela maior parte das sociedades: tropicalização do clima, períodos prolongados de secas, temperaturas extremas e insólitas para a época em que se produzem.

Por último, a lista de metas termina com a construção de sociedades pacíficas, capazes de proporcionar acesso à justiça para todos. Isto consegue-se construindo, mantendo

e atualizando permanentemente instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. Ao longo da história, a Universidade foi sempre um lugar aberto ao debate, ao pensamento crítico e à dissidência promotora da melhoria institucional. O que não se altera, torna-se obsoleto, esclerótico. O estancamento acomodadiço das estruturas de poder viu-se frequentemente abalado por reações da comunidade académica em todo o mundo. Este objetivo da Universidade deve ser preservado.

A Universidade tem, portanto, um papel relevante entre os meios de execução e a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Os governos e instituições internacionais fariam bem, caso apoiassem muito mais os centros de criação de conhecimentos por excelência, que são simultaneamente os espaços onde os jovens se preparam para o futuro. Se afinal a Agenda 2030 é uma projeção de como queremos que seja a humanidade daqui a alguns anos, devemos em primeiro lugar partilhar as nossas aspirações com as próximas gerações, que hoje se estão a formar.

Os responsáveis pela realização dos ODS: a Universidade como nó central de redes de cooperação

Para além de considerar o papel da Academia nesta perspetiva, devemos em todo o caso reconhecer que uma

agenda tão ambiciosa não se pode implementar apenas com as ações dos governos, que demonstraram o limite das suas capacidades em muitas das políticas aplicadas para enfrentar estes desafios. Não só as insuficiências financeiras, mas também outros fatores de resistência ou desconhecimento justificam a necessidade de envolver diferentes agentes na implementação da agenda.

Não é fácil conseguir a colaboração conjunta de agentes públicos e privados na defesa dos mesmos objetivos. Muitas vezes, coloca-se uma espécie de dialética entre ambos os setores que se posicionam com atitudes contrapostas perante questões como a produção de bens e serviços, regulamentação, lucro e interesse público. Harmonizar perspetivas em princípio contrapostas é extremamente complicado, muito embora quando se aprofunda o que move realmente uma organização e outra, possamos encontrar pontos de união e de convergência.

Para o conseguir, a Universidade tem uma vantagem particular. É um terreno neutro, dedicado à criação e transmissão de conhecimentos, um interesse sem dúvida partilhado pelo setor público e privado. Bem gerida é, além disso, ideologicamente imparcial, o que não significa carente de posições sobre as mais importantes questões políticas, económicas e sociais. Na Universidade devem poder expressar-se todos os pontos de vista,

a partir do respeito e da atenção aos argumentos da alteridade. Este campo aberto ao entendimento favorece adequadamente a colaboração.

Os governos e instituições internacionais fariam bem, caso apoiassem muito mais os centros de criação de conhecimentos por excelência, que são simultaneamente os espaços onde os jovens se preparam para o futuro.

É a partir da aproximação às perspetivas dos outros onde se podem também encontrar os elos de ligação. Os objetivos de desenvolvimento sustentável são-no tendencialmente, o que se deve constatar reunindo todos os agentes no ambiente apropriado. E é fundamental fazê-lo, sempre que as parcerias sejam imprescindíveis para a realização de objetivos tão complexos e importantes como os mencionados na Agenda 2030. Só a união de recursos e capacidades o possibilitará realmente. A chave do êxito é a colaboração.

Os quadros cooperativos podem ser criados de forma periódica ou institucionalizada. Gradualmente, podemos começar a criar espaços pontuais — seminários, conferências,

congressos—, mas, a seguir, é mais eficaz optar por modelos de colaboração que garantam uma certa continuidade: cátedras permanentes, centros de investigação, institutos e fundações. Estas soluções institucionais permitem desenvolver programas ininterruptos com melhores resultados e contribuições muito mais eficazes e sustentadas no tempo.

Integrar os ODS no ADN da organização universitária faz parte desta opção de permanência institucional da Agenda 2030.

Intervenções mais concretas nas universidades: os planos estratégicos e experiências de Salamanca

É recomendável favorecê-los porque, tal como a seguir veremos, as universidades têm um papel decisivo já que são as alavancas das futuras gerações. No entanto, nem todas apresentam as mesmas forças nem as mesmas fragilidades.

Torna-se necessário especializar as universidades para alcançar os diferentes objetivos, partindo das suas vantagens e desvantagens. Um exemplo claro: os centros de estudos sem programas de oceanografia não podem contribuir para o objetivo 14 da mesma forma que os centros que os têm.

Tecnicamente, a especialização resulta da abordagem estratégica das organizações universitárias. As ferramentas dos planos estratégicos das universidades contribuem para orientar para certas linhas todas as ações docentes e investigadoras, combinando-as preferencialmente com as oportunidades do meio de referência (os setores económicos predominantes, perspetivas demográficas e económicas, necessidades sociais e oportunidades de internacionalização).

Acabamos de referir uma função concreta da Universidade para a estratégia de consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que é convocar a colaboração dos agentes públicos e privados. Por isso, ao conceber estes planos estratégicos, o papel desempenhado pelos conselhos sociais é fundamental, já que a estes órgãos corresponde a aprovação das diretrizes para o futuro das instituições universitárias, que devem sempre servir e prestar contas à sociedade.

Uma vez definidos os objetivos, é necessário estruturar a organização dessa forma, definindo as vice-reitorias e os serviços. Na Universidade de Salamanca temos uma vice-reitoria de estudantes e sustentabilidade, para além de outra dedicada à política académica e participação social. Ambas colaboram de forma contínua para a realização de programas e projetos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Convém também referir o papel das unidades de igualdade, criadas através de uma lei de Espanha e que têm vindo a orientar muito positivamente as políticas universitárias em assuntos de género. Os obstáculos invisíveis começam a detetar-se e a eliminar-se com mais determinação a partir da análise quantitativa e qualitativa que estes órgãos realizam, com a habitual participação de todos os setores da comunidade universitária: pessoal docente e investigador, pessoal de administração e serviços, e estudantes.

Torna-se necessário especializar as universidades para alcançar os diferentes objetivos, partindo das suas vantagens e desvantagens.

Com o objetivo de melhorar os resultados de equidade de género, o serviço de desportos da Universidade também desempenha um papel importante, pois pode desenvolver estratégias de visibilidade e reconhecimento do desporto feminino, uma forma de reivindicação das plenas e excelentes capacidades das estudantes neste âmbito, compensando a clássica discriminação entre desporto masculino e feminino nos meios de comunicação e a atenção informativa e pública.

Os serviços de promoção da Universidade devem também realizar

ações positivas contra a desigualdade entre os géneros e os estereótipos dos cursos técnicos, da engenharia à matemática. As exposições sobre grandes mulheres cientistas e engenheiras, que apresentam os seus modelos exemplares, contribuem para demonstrar a falácia do preconceito da menor capacidade feminina nestes âmbitos.

O serviço de assuntos sociais, que dentro em pouco completará 20 anos na Universidade de Salamanca, é outra das unidades imprescindíveis para alcançar as importantíssimas metas da Agenda. A inclusão de todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade é possível graças à disponibilidade de profissionais comprometidos com este objetivo e com outros vinculados aos ODS.

As estruturas de cooperação internacional são igualmente essenciais na contribuição universitária para várias das metas da Agenda 2030. Certamente os recursos económicos são escassos, mas a Academia pode e deve acompanhar com o seu saber o desenvolvimento de processos de melhoria das condições de vida das comunidades que deles necessitem. Para tal, é possível captar recursos nacionais e internacionais através desta via, executando projetos com voluntários de todos os perfis geracionais, sempre com um espírito novo e solidário.

Para além de orientar a organização em linha com os ODS, é também possível

utilizar aquisições de bens e serviços que favoreçam a sua realização. Assim, a atual regulamentação de referência permite desenvolver políticas responsáveis de compras públicas nas universidades, incorporando aos cadernos de encargos de prescrições e cláusulas administrativas indicações sobre a avaliação das empresas comprometidas com as metas da Agenda 2030.

A Universidade pode fazer muitas coisas concretas. Desde promover a inclusão até combater a injustiça através da formação. Debater na Universidade as oportunidades e necessidades de melhorar a justiça, a equidade e, evidentemente, promover

a formação específica em ODS, tanto através da organização de cursos e seminários específicos quanto da incorporação nos itinerários formativos de conteúdos associados a esses objetivos.

Isso pode fazer-se em todos os cursos, pois tal como já vimos a agenda de desenvolvimento sustentável projeta-se nas ciências, letras, humanísticas, estudos sociais, economia e ecologia. Todas as faculdades se devem unir no trabalho a favor da Agenda 2030. O discurso ou relato institucional universitário deve incluir um compromisso para com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Ações da BUAP para o desenvolvimento sustentável



J. Alfonso Esparza Ortiz*

Benemérita Universidade Autónoma de Puebla

A Universidade deve fazer do saber o instrumento fundamental para a formação de novas gerações capazes de respeitar os valores humanos e cuidar do nosso planeta, que repensem os paradigmas de desenvolvimento, reelaborem as vias que conduzem à equidade e à justiça, e reflitam sobre as nossas possibilidades de sobrevivência como sociedade, nação e espécie.

A aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na Cúpula das Nações Unidas, e o estabelecimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para pôr fim à pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, e fazer face às alterações climáticas, exigiu uma resposta rápida por parte das Instituições do Ensino Superior (IES), tanto nas suas funções substantivas a nível curricular, de investigação e ligação à comunidade, quanto nas suas funções de gestão.

Em consequência, a Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (BUAP) empreendeu uma série de ações e atividades tendentes a contribuir para a consecução desses objetivos, os quais incidem nas causas

* É reitor da BUAP desde 2013. Formado na Faculdade de Contabilidade Pública da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla, onde se diplomou em Contador Público e Auditor. Obteve também o grau de Doutor em Ciências Fiscais pelo Instituto de Especialização para Executivos.

estruturais da pobreza, combatem as iniquidades e criam oportunidades para melhorar a qualidade de vida da população num quadro de avanço sustentável.

Criámos planos de estudo dando uma atenção especial à responsabilidade social e orientámos a investigação para temas relacionados com a conservação do ambiente.

Em primeiro lugar, a nossa universidade aderiu à Rede Mexicana do Pacto Mundial da ONU, reafirmando a vontade da nossa comunidade em apoiar os 10 princípios dessa iniciativa em matéria de direitos humanos, padrões profissionais, ambiente e combate à corrupção.

O paradoxo do progresso revela-nos que, ao mesmo tempo que alcançamos a fronteira do conhecimento, ciência e tecnologia, também nos encontramos face ao devastador panorama do esgotamento da natureza e às suas consequências para as alterações climáticas, fome, doenças e marginalidade.

Como instituição pública de ensino superior temos a responsabilidade de oferecer aos jovens uma formação

integral imersa no reconhecimento dos outros, como sujeitos que têm os mesmos direitos que eles próprios, e no império dos valores essenciais do ser humano.

Pelo exposto, criámos planos de estudo dando uma atenção especial à responsabilidade social e orientámos a investigação para temas relacionados com a conservação do ambiente, o que nos levou a reformular os conteúdos dos eixos transversais das competências genéricas de formação humana e social.

Atualmente, na BUAP contamos com diversos programas e projetos que se repercutem no cumprimento de um ou de vários ODS, e promovem a participação coletiva na construção social projetada para 2030. Entre as nossas experiências nesse sentido, apraz-me referir as seguintes:

Temos um Plano de Ordenamento Ecológico Territorial em todos os campus e edifícios sustentáveis, utilizamos de forma partilhada os veículos e transportes alternativos, tais como a bicicleta e os serviços públicos, e executamos um programa de gestão integral de resíduos sólidos.

O Sistema Universitário de Gestão Ambiental (SUMA, nas suas siglas em espanhol) promove uma plataforma cultural e estrutural para o desenvolvimento sustentável na instituição, procurando influenciar, através da educação

formal e informal, a consciência dos universitários.

Através do SUMA, a BUAP compromete-se a cumprir a legislação ambiental aplicável, animando a sua comunidade a ter uma atitude mais responsável para com o ambiente, de forma a que a sua conduta se reflita nas atividades próprias desta casa de estudos, no desempenho profissional dos seus estudantes e no crescimento da vida social e pessoal de todos os universitários.

Para isso, integrou-se uma Rede de Responsáveis Ambientais, constituída por estudantes, docentes e administrativos, e definiram-se os procedimentos operacionais que permitem prevenir e reduzir impactos negativos sobre o ambiente.

Em cada uma das escolas, faculdades, institutos, campus, complexos regionais e áreas administrativas da BUAP, temos um agente responsável ambiental que promove condutas e ações a favor da natureza e do cuidado dos seus recursos, tais como a redução de impressões de documentos; recolha de PET, latas, vidro e outros materiais recicláveis; e substituição de lâmpadas por focos *led* e instalação de painéis solares que produzem energia para diferentes dependências e unidades académicas.

Com o Programa Universitário de Gestão Integral de Resíduos Sólidos (MIRU, nas suas siglas em espanhol)

realizamos uma correta separação, recolha, transporte e deposição final dos resíduos de valor (PET, plástico, papel, cartão, alumínio, *tetra pack*, vidro e metal, bem como óleos vegetais e resíduos orgânicos e eletrónicos), produzidos na instituição. Temos 37 centros de recolha, 15 deles situados em espaços da universidade, em pontos estratégicos do município de Puebla e na sua área metropolitana, e os restantes 22 em igual número de municípios onde a universidade tem sedes ou campus, bem como dois centros de compostagem.

Em cada uma das escolas, faculdades, institutos, campus, complexos regionais e áreas administrativas da BUAP, temos um agente responsável ambiental.

Durante um ano, o programa permite recuperar 24,5 toneladas de resíduos separados, das quais, 15,5 toneladas são resíduos de valor, destacando-se 3,9 toneladas de PET (129.000 garrafas), 2,9 toneladas de HDPE e 1,9 toneladas de papel e cartão. Também se recolhem 234 toneladas de resíduos orgânicos e material de poda, das quais se obtêm 70 toneladas de adubo orgânico; além disso, armazenam-se 220 litros de óleo vegetal dos bares da universidade, que se utilizam em diferentes projetos estudantis e de

investigação sobre a elaboração de biodiesel a partir de óleo queimado.

Estimamos que, graças às ações de separação de resíduos, se deixaram de emitir para a atmosfera 17 toneladas de CO².

Estamos convencidos de que a produção de conhecimento encontra a sua expressão mais importante na atenção aos requisitos da população.

O objetivo destas ações é reduzir a pegada ecológica dos universitários e, sobretudo, criar em cada membro da nossa comunidade uma nova cultura de sustentabilidade e responsabilidade social, para que se possam tornar agentes da mudança nas suas casas e nos seus meios.

Um programa de longa data e de excelentes resultados é o da Educação para a separação, gestão, transformação e aproveitamento de resíduos orgânicos domésticos através de lombricompostagem, que nos permite processar 120 toneladas de lixo orgânico a cada dois meses e meio e assim gerar 40 toneladas de adubo orgânico que se utiliza na reflorestação da Cidade Universitária. Este programa é um exemplo da colaboração dos estudantes com a comunidade civil e

as autoridades, pelo que o seu impacto terá inestimáveis resultados no futuro.

Por seu lado, com o projeto piloto Horta-Escola capacitaram-se estudantes do nível médio superior em técnicas de cultura de hortaliças e plantas medicinais, através de trabalhos de campo que favorecem a gestão sustentável dos recursos naturais, integrando os conhecimentos e competências adquiridos em diversas disciplinas.

Também lançámos o Programa de captura de CO², através de campanhas de promoção da conservação da biodiversidade e do respeito pelo ambiente, em todas as dependências da universidade, o que resultou na plantação de 300 árvores em cinco das nossas escolas preparatórias, na qual participaram os próprios alunos. Com estas árvores será possível captar cerca de 11 toneladas de CO² por ano.

Estamos convencidos de que a produção de conhecimento encontra a sua expressão mais importante na atenção aos requisitos da população. Em consequência, animamos de forma especial investigações relacionadas com problemas ancestrais e estruturais que atrasam o progresso, bem como com necessidades emergentes.

Foi assim como criámos o Eco Campus Universitário Valsequillo, um modelo de restauração ambiental no qual se promovem inovadoras dinâmicas de desenvolvimento através da

investigação multidisciplinar, utilizando tecnologias limpas para recuperar e restabelecer condições que asseguram a continuidade dos processos naturais do território.

O campus ocupa uma pequena superfície da área de conservação das terras húmidas onde se situa; os edifícios que albergam 36 laboratórios são amigos do ambiente pois têm cisternas de recolha de águas pluviais, biodigestores e utilizam a luz solar para produzir energia.

De facto, o Eco Campus conta com o primeiro rastreador solar de duplo eixo que se utiliza na América Latina, que nos permite captar maior radiação solar para produzir energia elétrica e abastecer um transformador de 150 quilovolt-ampères de potência, enquanto que o excedente se integra nas linhas da Comissão Federal de Eletricidade.

Em resposta à convocatória da Comissão Nacional Florestal, participámos no concurso para a criação de uma nova floresta, obtendo apoio e assessoramento para a reflorestação de 10 hectares de terreno no Eco Campus Valsequillo, onde, em conjunto com 1.500 voluntários, foram plantadas 10.500 árvores de espécies autóctones da região, pinheiros e juniperus, bem como uma espécie não nativa, a fim de avaliar o seu crescimento e possibilidade de adaptação.

Embora o projeto Nova Floresta esteja no seu início, é um exemplo da resposta coletiva que a natureza exige para a grave deflorestação e degradação do solo. Perdemos barreiras vivas que evitam a erosão e, por isso, é imprescindível recuperar a vegetação.

O Eco Campus conta com o primeiro rastreador solar de duplo eixo que se utiliza na América Latina.

O compromisso da universidade é contribuir para esse objetivo a partir do conhecimento que surge nas suas aulas e laboratórios, dando início a uma Estação Experimental para a Gestão Sustentável de Terras, e às contribuições da área de Microbiologia do Solo do Instituto de Ciências e do Departamento de Investigação de Ciências Agrícolas.

Um aspeto extremamente importante do Eco Campus Valsequillo é que passámos de um modelo de vinculação tradicional para um modelo de cooperação solidária para empreender ações de responsabilidade social territorial, nas quais as autoridades governamentais e os povoadores da região participam na conceção e aplicação de políticas públicas que incidem tanto no bem-estar dos indivíduos, quanto na conservação do meio.

Por outro lado, o Projeto Apantli, que se iniciou em 2014 como um exercício experimental da Faculdade de Economia, e depois se reproduziu nas de Engenharia Química e de Ciências da Comunicação, consiste em que esses edifícios captam a água das chuvas para a reutilizar, evitando a compra de camiões-cisterna com água de poços profundos e o consequente esgotamento dos lençóis freáticos.

Da mesma forma, no município de Tecamachalco, onde se situa a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, e cujo aquífero regista um altíssimo stress hídrico, iniciámos a captação dos escorrimentos de água da Serra do Monumento, estimando que podemos armazenar 5.400 metros cúbicos, o que equivale a 540 camiões-cisterna de água.

Entretanto, através do programa Benemérita Azul, promovemos o fortalecimento das infraestruturas universitárias para a transição tecnológica no uso de energia renovável. Para isso, com a participação da Faculdade de Ciências da Eletrónica, instalou-se um laboratório e painéis solares para a produção de 1 MWh de energia fotovoltaica e ofereceu-se capacitação a estudantes de Engenharia de Energia Renovável, por forma a que nas primeiras etapas da sua formação se especializem em energia fotovoltaica e, nos níveis mais avançados, desenvolvam linhas investigação sobre o tema.

Como resultado das competências da nossa comunidade, fomos capazes de produzir energia a partir da luz solar, que alimenta alguns edifícios e paragens do Sistema de Transportes da Cidade Universitária, e também contamos com um protótipo para aproveitar a energia cinética para a carga de dispositivos móveis.

Na universidade procuramos fomentar a cultura empreendedora dos jovens, sabendo que o mundo atual exige novos modelos de negócio e inovações produtivas.

Por sua vez, o Centro Universitário para a Prevenção de Desastres Regionais da BUAP realiza um importante trabalho de investigação em matéria de planificação territorial participativa, elaborando caracterizações e diagnósticos dos usos do solo em diversos municípios do estado de Puebla. Também implementa o Projeto vulnerabilidade e risco na região Izta-Popo, em torno da configuração das fraquezas e dos perigos dessa zona, o que permitiu conseguir uma ligação efetiva entre a universidade e a população, contribuindo com conhecimentos práticos para a tomada de decisões.

Na entidade, está a surgir um projeto para reforçar as capacidades locais de

identificação de riscos e de resposta a emergências, com o objetivo de determinar a vulnerabilidade das comunidades face a desastres relacionados com fenómenos hidrometeorológicos, os quais provocam a instabilidade das encostas e as cheias dos rios, pondo em risco a vida e as casas dos habitantes de comunidades marginalizadas.

Há 15 anos que a BUAP, através do seu Centro Universitário de Participação Social, realiza atividades de trabalho e educação social, que incluem campanhas de alfabetização, criação de bibliotecas e escolas comunitárias, bem como um programa recentemente concebido, o Kali: a Universidade em Comunidade, que atende crianças e jovens de zonas de alta marginalidade, os quais, por diversos motivos, não frequentam a escola.

Esse trabalho é realizado de forma voluntária por estudantes de nível médio-superior e superior, acompanhados por académicos, e tem por objetivo oferecer aulas de regularização a crianças da primária, círculos de leitura, cursos de informática e inglês, apoio psicológico, jornadas médicas, workshops de elaboração de produtos de higiene, criação de hortas como alternativa para apoiar a economia familiar, concertos, e outras atividades culturais.

Em todos os casos, a finalidade é fazer avançar uma nova relação com o ecossistema, mais harmoniosa

e sustentável. Fazemos tudo isto convencidos do nosso compromisso, não só como um ato de vontade, mas também com a convicção de que estes esforços favorecem uma maior responsabilidade por parte do conjunto da sociedade.

Na universidade procuramos fomentar a cultura empreendedora dos jovens, sabendo que o mundo atual exige novos modelos de negócio e inovações produtivas; por isso, incluímos nos planos de estudo, tanto de bacharelado quanto de licenciatura, a disciplina de Empreendedorismo, para que os estudantes expressem os seus talentos, aumentem as suas competências e transformem em realidade as suas ideias criativas, que não exijam investimentos elevados e possam resultar em alternativas de rendimento económico e emprego.

Para esse fim, contribuem também os espaços de análise, debate e reflexão onde se reúnem académicos, cientistas, especialistas, docentes e estudantes.

A BUAP foi sede do Primeiro Fórum Internacional de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável: Horizontes no Século XXI, no qual especialistas e investigadores destacaram que a sustentabilidade envolve um exercício real de cidadania por forma a que a população alcance níveis de bem-estar dignos, pelo que, o desenvolvimento humano requer uma governação efetiva e um clima de respeito pelas diferenças, que

aglutine contribuições, gere sinergias e estabeleça responsabilidades partilhadas.

O Décimo Quinto Congresso da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, realizado na nossa casa de estudos, reuniu investigadores de mais de 75 instituições de 30 países, os quais estabeleceram a necessidade de promover novos modelos de desenvolvimento que encorajem a soberania alimentar e o fortalecimento de mercados locais e regionais, bem como a recuperação dos saberes das comunidades e a sua diversidade biológica e cultural. Para o conseguir, destacaram a importância da economia ecológica como inovação entre a academia e os movimentos sociais, que atenda à problemática das sociedades e da natureza, face à crise de sustentabilidade que o planeta enfrenta.

Também albergámos os trabalhos do Segundo Fórum de Responsabilidade Social Territorial das Universidades Mexicanas, a fim de promover e acrescentar a responsabilidade social como um eixo transversal das instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas.

A partir dos ODS da Organização das Nações Unidas e das diretrizes da Unesco relativas a uma educação de qualidade transformadora, assumimos a responsabilidade social como um eixo transformador das funções substantivas das IES e, em

consequência, estabelecemos metas comuns para que se tornem espaços de construção coletiva e se alcancem consensos para a conceptualização e estabelecimento de modelos sustentáveis.

De igual modo, no Segundo Fórum para a Promoção da Igualdade Substantiva, analisaram-se propostas orientadas para a luta contra a iniquidade e desigualdade de género a fim de promover a formação de um corpo social inclusivo, respeitador e tolerante.

Com o objetivo de contribuir para o crescimento de uma cidadania mais consciente e participativa, lançámos uma campanha de difusão que promove a inclusão de um *Decálogo de convivência* que consta do seguinte:

- 1. Educa em igualdade, fomenta a equidade.**
- 2. Favorece o diálogo, o respeito e a solidariedade.**
- 3. Sim à inclusão e à diversidade.**
- 4. Aprende a identificar qualquer tipo de violência.**
- 5. Combate o silêncio e a cumplicidade perante as agressões.**
- 6. Cria redes de apoio e denuncia.**
- 7. Não te confundas, distingue o real do virtu@l.**
- 8. Cuida do teu corpo, física e mentalmente.**
- 9. Conhece, exerce e respeita os direitos humanos.**
- 10. Sê parte de uma cultura de paz.**

Fomos ainda sede do Congresso Nacional e Internacional sobre Direitos Humanos, Prevenção do Crime, Segurança Humana e Equidade de Género, ao qual assistiram como oradores: juristas, investigadores, docentes e estudantes; realizámos o Primeiro Painel on-line: a situação atual das mulheres na América Latina. Desafios e perspetivas, que incluiu cinco conferências de académicas de reconhecido prestígio internacional, as quais abordaram temas relacionados com a violência contra as mulheres, a transformação das famílias, a educação, o mercado de trabalho e a presença feminina na esfera pública.

A intenção, em todos os casos, foi a de oferecer à população elementos para identificar, estabelecer, promover e arraigar mecanismos de acesso a diversas oportunidades para as mulheres, pessoas com capacidades diferentes e diversas comunidades que compõem o tecido social, de forma a que contribuam para estabelecer as bases de um sistema de prevenção sólido e eficaz.

Estes são só alguns exemplos e experiências da nossa casa de estudos, que têm impacto na conquista das metas estabelecidas para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- 1. Fim da pobreza.**
- 2. Fome zero.**
- 3. Bem-estar e saúde.**

- 4. Educação de qualidade.**
- 5. Igualdade de género.**
- 6. Água potável e saneamento.**
- 7. Energia acessível e não poluente.**
- 8. Trabalho e crescimento económico.**
- 9. Redução das desigualdades.**
- 10. Cidades e comunidades sustentáveis.**
- 11. Produção e consumo responsáveis.**
- 12. Ação pelo clima.**
- 13. Vida submarina.**
- 14. Vida dos ecossistemas terrestres.**
- 15. Paz.**
- 16. Justiça e instituições sólidas.**
- 17. Alianças para atingir os objetivos.**

Na BUAP estamos convencidos da importância do conhecimento para formular opções e alternativas que respondam aos enormes desafios de um mundo cada vez mais complexo, interdependente e globalizado.

Por isso, fazemos do saber o instrumento fundamental para a formação de novas gerações, capazes de enfrentar esses desafios, respeitar os valores humanos e cuidar do nosso planeta, homens e mulheres que repensem os paradigmas do desenvolvimento, reelaborem as vias que conduzem à equidade e à justiça, e reflitam sobre as nossas possibilidades de sobrevivência como sociedade, nação e espécie.

6

A visão dos jovens



Por uma perspetiva de juventude na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável



Max Trejo Cervantes*

Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América - OIJ

*Progridir para uma
região onde as juventudes
sejam protagonistas do
desenvolvimento sustentável,
exige relacionar a Agenda 2030
com os diferentes instrumentos
que constituem a agenda regional
de juventude, defendendo o que
já foi conquistado, acelerando a
sua implementação e cumprindo
os acordos que os países
assumiram nos últimos anos.*

Introdução

Atualmente ninguém põe em dúvida que as gerações mais jovens devem ser as protagonistas da implementação da Agenda 2030, reconhecendo o seu peso demográfico, capacidade de transformação e ligação às sensibilidades do mundo contemporâneo; bem como o facto de que são uma das populações mais vulneráveis no contexto de desigualdade em que vivemos e, assim, uma prioridade no compromisso de não deixar ninguém para trás. É por isso que a agenda global de juventude é um apoio estratégico ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No entanto, apesar da visibilidade das pessoas jovens como agentes estratégicos do desenvolvimento

* Secretário-Geral do Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América - OIJ.

sustentável, persiste ainda um hiato particularmente importante entre o reconhecimento formal desse protagonismo e a sua materialização. Isso talvez aconteça, porque assumi-los como transversais na Agenda 2030 por vezes oculta as suas necessidades e capacidades específicas, dando como resultado problemáticas sociais que continuam por resolver, a dificuldade de medir os ODS com perspectiva de juventude, e uma reduzida participação da população jovem na gestão das políticas públicas.

Neste sentido, é importante que as juventudes apareçam de forma explícita nas ações que desenvolvemos e que intervenham com determinação na agenda de desenvolvimento sustentável, combatendo os imaginários que as apresentam como um grupo homogêneo e objeto passivo de intervenção, limitando a sua capacidade de incidência e os impactos das políticas públicas. Nas próximas páginas, partilharemos algumas reflexões para fortalecer o protagonismo das e dos jovens na Agenda 2030.

Algumas dívidas pendentes para com as juventudes

Na nossa região, uma em cada quatro pessoas é menor de 25 anos e metade

da população tem menos de 35 anos, o que mostra a sua importância para o rumo das nossas sociedades. Além disso, as gerações jovens são estratégicas para o desenvolvimento sustentável porque promovem ideias e ações disruptivas que têm o potencial de subverter a ordem estabelecida. Neste sentido, não é de estranhar que na última década as pessoas jovens tenham voltado a disputar os cenários políticos, tomando as ruas e as redes sociais ou renovando, de baixo e de dentro, instituições e partidos políticos.

No entanto, as e os jovens também são um dos grupos mais vulneráveis à exclusão e desigualdade e enfrentam situações que desgastam o potencial transformador da Agenda 2030, porque são um contrassenso para uma agenda de desenvolvimento sustentável. Assim, por exemplo, a Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) chamou a atenção para o aumento da pobreza na região, que em 2017 aumentou 1% relativamente ao ano anterior, após um período consecutivo de 12 anos de diminuição. Neste cenário, salienta-se que, embora a pobreza e a pobreza extrema entre os jovens tenham diminuído, estas são altamente representativas, situando-se respetivamente em 31,1% e 9,5%¹.

Por outro lado, a Oxfam² refere que na região os 10% mais ricos da

1. CEPAL, Panorama Social da América Latina, 2017 (LC/PUB.2018/1-P), Santiago, 2018.
2. OXFAM Internacional, Premiar o trabalho, não a riqueza, UK, 2018.

população concentram 68% da riqueza total, enquanto que os 50% mais pobres apenas acedem a 3,5%. Não obstante neste contexto de profunda desigualdade o número de estudantes do ensino superior provenientes de setores de médios e baixos recursos ter aumentado, apenas 50% do total dos estudantes que iniciam os seus estudos superiores consegue licenciarse³, o que afeta negativamente a integração profissional e a qualidade do emprego para as e os jovens e acentua as desigualdades estruturais que se verificam na região.

Em 2017 a região alcançou a mais elevada taxa de desemprego juvenil desde 2004 (19,5%): hoje 1 em cada 5 jovens está à procura de emprego e não o consegue encontrar.

A este respeito, é importante assinalar que em 2017 a região alcançou a mais elevada taxa de desemprego juvenil desde 2004 (19,5%), o que significa que hoje 1 em cada 5 jovens está à procura de emprego e não o consegue encontrar e que 40% dos que estão desempregados na região são jovens, o

que representa 10 milhões de pessoas. Isto, num cenário de precarização laboral, no qual, em muitos casos, as pessoas jovens ganham menos que os adultos, trabalham em condições de informalidade e não auferem o suficiente para sair da pobreza⁴.

Estas e outras problemáticas que colocam em causa o cumprimento dos ODS em matéria de juventude estão a ser tratadas pelos governos da região através de uma combinação variada de políticas públicas, de acordo com os processos que cada um está a viver. Por isso, é importante fortalecer estas políticas, bem como a sua ligação à Agenda 2030. No entanto, não podemos perpetuar imagens homogêneas que escondam a diversidade que caracteriza as juventudes ibero-americanas ou que ignorem as desigualdades que marcam as suas trajetórias de vida. Pelo contrário, observemos sempre as duas faces da moeda: aqueles que têm condições para desenvolver o seu grande potencial transformador e aqueles que devem lutar no dia a dia para sobreviver, rompendo privilégios e dando prioridade aos que são mais vulneráveis.

Neste sentido, é por exemplo importante ter em conta que na região 132 mulheres em cada 100 homens entre os 25 e os 34 anos

3. Banco Internacional de Reconstrução e Fomento/Banco Mundial, *At a Crossroads: Higher Education in Latin America and the Caribbean*, Washington, 2017.

4. Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Tendências Mundiais de Emprego Juvenil 2017: Caminhos para um melhor futuro laboral*, Ginebra, 2017.

vivem em agregados familiares extremamente pobres⁵; que em 2017 a taxa de desemprego mundial entre as mulheres jovens foi de 34,4% face a 9,8% entre os homens jovens⁶; e que as pessoas jovens *não brancas* têm menos 15 pontos percentuais de probabilidade de aceder ao ensino superior⁷. Isto mostra a necessidade de dar visibilidade às múltiplas formas de discriminação e desigualdade que a população jovem atravessa, tornando-as explícitas na informação oficial e intervindo nas situações de desvantagem que criam privações entrecruzadas.

Participação das juventudes nos benefícios do desenvolvimento sustentável

Conforme dizíamos antes, embora toda a abordagem da Agenda 2030 tenha a ver com as pessoas jovens, como agentes que permitirão um presente e um futuro sustentável, neste caso, a transversalidade deve ser objetiva e material para transcender a perspetiva e se transformar em realidade. Com este objetivo, um assunto fundamental para que a participação das e dos jovens nos benefícios do desenvolvimento sustentável seja explícita, é sintonizar as políticas de

juventude com os quadros estruturais de desenvolvimento dos países, transferindo-as da tutela exclusiva dos organismos de juventude para os circuitos estratégicos do desenvolvimento, como responsabilidade de Estado.

Isto permitirá que as questões de juventude se posicionem no centro da agenda pública, recebendo atribuições orçamentais específicas e um maior investimento social que traduza palavras em ações; assumindo-se como assuntos interministeriais e competência dos diferentes setores de governo; inserindo-se nos espaços de decisão de alto nível político e nos seus mecanismos de avaliação e prestação de contas; e sendo atendidas com medidas transformadoras e não apenas paliativas.

Da mesma forma e de acordo com a interdependência que caracteriza os ODS, é fundamental que as políticas de juventude entrem em sintonia com outras políticas setoriais e populacionais. Isto, tendo também em conta que as diferentes formas de desigualdade que a população jovem atravessa se cruzam entre si, gerando *discriminações cruzadas* que agravam as discriminações por idade e as *privações combinadas* que afetam múltiplas dimensões do seu bem-estar⁸.

5. ONU Mulheres, *Fazer das promessas realidade: a igualdade de género na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, EUA, 2018.

6. OIT, *op. cit.*

7. Banco Mundial, *Afrodescendentes na América Latina: Para um quadro de inclusão*, Washington, 2018.

8. ONU Mulheres, *op. cit.*

Finalmente, assumindo a noção de sustentabilidade que se encontra na base da Agenda 2030, as políticas públicas de juventude devem atender às atuais necessidades das pessoas jovens sem obstaculizar a capacidade de satisfazer as que enfrentarão as futuras gerações. Isto implica integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, através de ações economicamente viáveis, respeitadoras do ambiente e socialmente equitativas.

A participação das juventudes na orientação do desenvolvimento sustentável

Da mesma forma que é fundamental incluir as juventudes nos benefícios do desenvolvimento sustentável, também o é que participem na sua orientação, partilhando experiências, necessidades e propostas tão diversas, como as já mencionadas. Trata-se, neste quadro, de fraturar lógicas centradas nos adultos, ainda dominantes na agenda pública, para dar lugar a uma perspectiva de juventude a partir das vozes juvenis.

Para estimular o envolvimento da população jovem na gestão de políticas que contribuam para a Agenda 2030, a nossa região necessita de espaços de participação nos quais as juventudes se sintam reconhecidas, na medida em que se respeitem as suas formas de

organização e incidam nas decisões políticas. Promover estes espaços é essencial não só para responder de maneira eficaz às necessidades da população jovem, mas também para vincular na agenda pública as iniciativas que elas e eles já realizam a favor do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, insistimos na importância de criar alianças intergeracionais promotoras de corresponsabilidade, através das quais instituições e adultos se possam alimentar da criatividade, inovação e capacidade de resiliência das pessoas jovens, ao mesmo tempo que estas se envolvem na solução de assuntos críticos para a região e todos os seus habitantes. Ou seja, trata-se de desmontar a ideia de que à população jovem só compete o que tem a ver diretamente com a juventude, para posicionar as suas perspetivas numa vasta agenda de desenvolvimento sustentável.

Para isso, devemos compreender que as formas de participação política juvenil são múltiplas, dinâmicas e interligadas e exigem uma compreensão vasta e flexível do que é ser *político* não subestimando o compromisso das pessoas jovens para com a transformação.

Face a isto, as aprendizagens da OIJ reafirmam o facto de que uma parte importante da população jovem não

só está comprometida com os seus ambientes próximos, mas também assume como próprio o que acontece noutros ambientes longínquos, revelando uma grande capacidade de colaboração. Isto aviva a comunidade global a partir do local, abrindo vias para a elaboração e implementação de políticas de juventude que ultrapassem as fronteiras nacionais.

As formas de participação política juvenil são múltiplas, dinâmicas e interligadas e exigem uma compreensão vasta e flexível do que é ser *político*.

Além disso, ações como estas, unidas às mobilizações nas ruas e ao uso estratégico do ambiente digital impulsionados pelas pessoas jovens, mostram a atual deslocalização dos centros políticos e a variedade de formas organizativas e estratégias utilizadas, evidenciando a vitalidade dos espaços locais, a urgência de desburocratizar os contextos de participação institucional e a importância de articular as agendas globais com os lugares onde as problemáticas acontecem. Quer dizer, enfatizam a necessária localização da Agenda 2030 e a urgência de que na nossa ação pública relacionemos o saber fazer das juventudes, adotando valores mais horizontais, co-

governando com as gentes e criando valor público e comunidade, a partir da colaboração, experimentação e co-criação.

O que se está a perspetivar, é a importância de passar de uma abordagem na qual os ODS sejam implementados de baixo para cima, procurando linguagens de acordo com as juventudes; saindo para os territórios a fim de que as políticas públicas se encham de realidade; e aproveitando a capilaridade comunitária dos coletivos juvenis para chegar às e aos jovens aos quais nos é difícil chegar. Ao fim ao cabo, a participação ativa das e dos jovens no debate público, bem como o seu compromisso e incidência social, convidam-nos a reconhecer a valia das suas ações coletivas, conectando com elas e com eles para recuperar confianças mútuas num mundo político que está a mudar.

Medição dos ODS em termos de juventude e prestação de contas

Para que os ODS se cumpram, os processos de acompanhamento e prestação de contas são fundamentais. Quanto ao tema que nos compete, tal implica que as políticas de juventude sejam medidas em termos de ODS e que o acompanhamento dos ODS seja feito com perspetiva de juventude, enfatizando tanto os meios quanto os fins. Trata-se, neste contexto, de

produzir informações que mostrem a situação das e dos jovens em todos os âmbitos da vida, relacionando-os com outros ciclos de vida e acolhendo as particularidades da experiência juvenil. Isto implica várias coisas.

É também importante que renovemos o nosso compromisso para com o Pacto Ibero-Americano de Juventude, um instrumento político do mais alto nível aprovado em 2016.

Em primeiro lugar, produzir mais e melhores dados desagregados que tornem visíveis as diferentes juventudes e as múltiplas formas de discriminação que sofrem. Isto, tendo em conta que as médias costumam camuflar as desigualdades e as diversidades existentes entre a população juvenil em si e entre esta e outras gerações. Necessitamos ainda de mais e melhor informação qualitativa que nos permita analisar a qualidade das nossas ações porque, por exemplo, de pouco nos serve diminuir o desemprego juvenil, se o emprego que estamos a criar for precário ou trancar trajetórias de vida concretas.

Em resposta a esta necessidade, a OIJ elaborou uma bateria de 50 indicadores, enquadrados em 15

ODS, que foram apresentados no Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável realizado em 2017. Trata-se de uma bateria que segue os padrões regionais e globais, bem como os documentos oficiais que foram acordados sobre este tema e que contaram com a colaboração do PNUD e da CEPAL. Face a isto, interessa-nos chamar a atenção para o necessário compromisso dos governos e organismos internacionais na produção de informação que permita o acompanhamento da implementação da Agenda 2030 em termos de juventude.

Desta forma, para além de dar visibilidade aos impactos no bem-estar das pessoas jovens, também será possível identificar os desafios específicos de cada país, enfatizando aqueles aos quais são vulneráveis e quanto aos quais a população jovem enfrenta maior obstáculos. Sobretudo, contar com informação fiável e oportuna permitirá relevar as juventudes nos relatórios que os países elaboram em torno dos ODS, bem como construir uma visão regional sobre o bem-estar juvenil, os desafios pendentes e as boas práticas que se podem partilhar.

O atrás mencionado não será possível sem o apoio explícito das plataformas nacionais e regionais para o acompanhamento dos ODS, sobretudo se tivermos em conta que o carácter não vinculativo da Agenda 2030 impede introduzir com força a

perspetiva de juventude nos processos de acompanhamento. Por isso, entre outras ações, apelamos à integração da perspetiva de juventude nos planos e legislações relacionadas com os ODS; à realização de amplas consultas em que participem coletivos e organizações juvenis; ao fortalecimento das entidades nacionais de juventude para que liderem os processos aqui descritos; à publicação de informações abertas, úteis e acessíveis; à promoção da prestação de contas; e à criação de um Grupo de Trabalho na Comissão de Estatística das Américas especializado em juventude.

Para concluir: a relação da Agenda 2030 com a agenda regional de juventude

Progridir para uma região onde as juventudes sejam protagonistas do desenvolvimento sustentável, exige relacionar a Agenda 2030 com os diferentes instrumentos que constituem a agenda regional de juventude, defendendo o que já foi conquistado, acelerando a sua implementação e cumprindo os acordos que os países assumiram nos últimos anos.

Por isso, em primeiro lugar, devemos valorizar a força da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens (CIDJ) para promover a abordagem de direitos apresentada pela Agenda 2030. A CIDJ é um tratado

internacional de direitos humanos específico para as pessoas jovens que está em vigor a partir de 2008 e que já foi subscrito por 17 países e ratificado por 7. Trata-se de um instrumento vinculativo para os países que a ratificaram e muito útil para destacar a integração dos direitos das pessoas jovens na implementação dos ODS, relacionando as políticas de juventude com a Agenda 2030 a partir de uma perspetiva de direitos e geracional.

É também importante que renovemos o nosso compromisso para com o Pacto Ibero-Americano de Juventude, um instrumento político do mais alto nível aprovado em 2016, na XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, e suficientemente potente para articular as políticas de juventude com as políticas de desenvolvimento. Estes dois anos de implementação do Pacto, evidenciaram a importância de conectar este grande acordo regional com os objetivos e ações globais da Agenda 2030. Por isso, na OIJ propomos a estratégia *Pacto Juventude 2030*, com o objetivo de fortalecer as políticas de juventude em conformidade com os ODS e de posicionar o Pacto como um instrumento para a implementação da Agenda 2030 na região, a partir de uma perspetiva de juventude.

Finalmente, a participação de todos os agentes —governos, sociedade civil, academia, setor privado e cooperação internacional— na Aliança Internacional de Cooperação sobre

Juventude, permitir-nos-á maximizar recursos, complementar ações e vincular agendas para favorecer o bem-estar das pessoas jovens. Neste quadro e de acordo com o ODS 17, apelamos a fazer da colaboração o nosso princípio de ação, trabalhando em conjunto para garantir que a perspectiva de juventude seja parte substancial da implementação e acompanhamento da Agenda 2030.

Não nos podemos esquecer que, mais de dois anos após a adoção da Agenda, vivemos uma altura crucial para o seu cumprimento, com progressos significativos, mas

também com pontos críticos. Uma altura na qual esta situação na nossa região se agudiza, dada a transição política que muitos países estão a atravessar e que podemos aproveitar se acompanharmos os novos governos ao defender o que já foi conquistado e ao avançar para o que nos falta. Por isso, é fundamental que façamos um balanço e uma reorientação do lugar efetivamente atribuído às juventudes como catalisadoras do desenvolvimento sustentável. Porque a Agenda 2030 só poderá produzir alterações profundas se posicionar as pessoas jovens no seu centro e não nos extremos.

7

A visão das mulheres



A visão das mulheres no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento



Luiza Carvalho*
ONU Mulheres

Passar do compromisso à prática exige promover a igualdade substantiva entre mulheres e homens, contando com a adoção de políticas públicas efetivas para reduzir as vulnerabilidades das mulheres e aproveitar o seu potencial como agentes públicos e agentes de desenvolvimento; mas, para isso, é fundamental a produção de dados e estatísticas de maneira regular e desagregada, e o desenvolvimento de um quadro de acompanhamento, avaliação e monitorização consolidado.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o resultado de um extenso processo de consultas aos Estados, organizações da sociedade civil e organizações internacionais¹ e a sua adoção foi uma oportunidade histórica para todos os países e toda a população do mundo para decidir e adotar uma visão conjunta do futuro. A Agenda 2030 vai para além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e reflete as preocupações crescentes sobre o futuro do nosso planeta, com uma perspetiva mais completa sobre os temas da sustentabilidade, diversidade e inclusão social para garantir que

* É diretora regional para as Américas e o Caribe da ONU Mulheres desde 2014. Anteriormente, desempenhou as funções de Coordenadora Residente das Nações Unidas nas Filipinas (2012-2014) e Costa Rica (2008-2012) e diversas funções no PNUD. Antes da sua incorporação nas Nações Unidas, trabalhou no Governo do Distrito Federal do Brasil durante mais de 15 anos. Possui um doutoramento em Sociologia pela Universidade de Essex (Reino Unido) e um mestrado em Planificação e Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (Reino Unido). É licenciada em Administração de Políticas Públicas para a Criação de Emprego pela Universidade de Campinas (Brasil) e em Planificação e Administração pela Universidade de Brasília (Brasil).

1. UN Women, Monitoring gender equality and the empowerment of women and girls in the 2030 Agenda for Sustainable Development: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean, 2015 <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2015/09/monitoreo-genero>

“ninguém fique para trás”. A aspiração universal deste enquadramento é apresentar “a visão do mundo que queremos”² em cinco áreas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria, (*partnership*, em inglês)³, imprimindo uma interseccionalidade obrigatória entre os 17 Objetivos.

Neste contexto, os ODS têm hoje uma especial importância, tanto como agenda política para a cooperação mundial entre todos os agentes, quanto por se tratar de um conjunto vasto de objetivos e metas com prazos curtos e determinados que sublinham a necessidade urgente de implementar ações conjuntas. A Agenda 2030 pretende erradicar a pobreza; reduzir múltiplas desigualdades intersetoriais; fazer face às alterações climáticas; pôr fim aos conflitos e manter a paz; tudo isto dando uma especial atenção às populações mais atrasadas nos processos de desenvolvimento. O esforço das entidades, organismos e defensores dos direitos das mulheres de todo o mundo, tornaram possível que o compromisso da Agenda 2030 para com a igualdade entre os géneros fosse ímpar, integral e transversal, e também muito assente nos compromissos e normas da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e na Convenção para a eliminação de todas

as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)⁴.

Para alcançar esta visão integral de transformação é necessário completar a transversalização da questão de género em todas as metas e reconhecer o papel das mulheres como agentes e atoras do desenvolvimento sustentável em todos os aspetos. Além disso, para aproveitar o potencial transformador dos ODS, é fundamental que os agentes responsáveis por fazer com que o desenvolvimento sustentável se torne uma realidade recebam o apoio necessário para dar seguimento à concretização das metas: governos, setor privado, sociedade civil e restantes agentes políticos e sociais. É também importante que esta implementação garanta os direitos humanos sem deixar ninguém para trás.

A América Latina e o Caribe encontram-se no meio de uma encruzilhada de grande relevo. Nas últimas duas décadas, a região conseguiu progressos importantes em termos de desenvolvimento humano e igualdade entre os géneros. Mulheres e meninas ultrapassaram as taxas de matrícula dos homens e meninos no ensino secundário; a participação profissional das mulheres aumentou de 45% para 56% (entre 1992 e

2. United Nations, Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

3. UN Women, Evaluating the Sustainable Development Goals, 2017. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2017/06/evaluating-the-sustainable-development-goal>

4. UN Women, Turning promises into action: gender equality in the 2030 agenda for sustainable development, 2018. <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018>

2014), tendo a disparidade de receitas diminuído em 9 pontos percentuais; e o acesso à anticoncepção aumentou de 53% para 69% (entre 1990 e 2015). Os movimentos das mulheres na região conseguiram ainda mais visibilidade e colocaram as questões da desigualdade entre os géneros e a violência, entre outros, nas notícias, políticas públicas, agendas parlamentares e linhas de ação do setor privado⁵.

Depois do período de prosperidade, progresso social e consolidação democrática, muitos países estão a sentir uma forte desaceleração económica, polarização social e desconfiança nos seus sistemas políticos.

No entanto, os resultados não são nem satisfatórios nem irreversíveis. Apesar de uma maior inclusão das mulheres nas atividades remuneradas, há áreas onde os desafios continuam a estar presentes. Tal como regista o relatório *Progreso para a América Latina e o Caribe 2017*, “**em geral, as**

mulheres têm menos acesso, dependem em maior medida dos sistemas não contributivos e recebem benefícios cerca de 20% menores que os dos homens”.

A carga do trabalho doméstico e dos cuidados não remunerado mantém-se um desafio. A nível mundial, a carga do trabalho doméstico e dos cuidados não remunerado que as mulheres realizam é 2,6 vezes superior à assumida pelos homens. Na América Latina e no Caribe, as mulheres dos grupos de rendimentos mais baixos destinam mais tempo ao trabalho doméstico e aos cuidados não remunerado que as mulheres do segmento de rendimentos mais elevados; os homens dedicam uniformemente menos tempo a este tipo de trabalhos, independentemente do nível de rendimentos (*Tornar as promessas realidade*, 2018). Os níveis de violência demonstraram uma forte resistência em retroceder, tendo 14 dos 25 países desta região a mais elevada incidência de feminicídio do mundo. Além disso, os direitos das mulheres estão a ser questionados e verificam-se retrocessos em vários países, com alterações legislativas, políticas públicas e a diminuição dos orçamentos para a promoção da igualdade de género⁶. A tudo isto, junta-se a questão das profundas desigualdades territoriais e socioeconómicas. A região apresenta os mais elevados coeficientes de Gini em desigualdade de ativos (terras e

5. UN Women, Strategic Note of the Regional Office of the Americas and the Caribbean, 2018. <http://www.unwomen.org/en/executive-board/documents/strategic-plan-2018-2021>

6. UN Women, Progress of Women in Latin America and the Caribbean: Transforming Economies, Realizing Rights, 2017. http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf

capital), uma marcada segmentação entre trabalho formal e informal, muito baixa produtividade do trabalho, muito elevada exposição a riscos naturais, altos índices de vulnerabilidade relacionado com o risco de desastres⁷ e um terço da população a viver em áreas altamente expostas a riscos geológicos e hidrometeorológicos, que incrementam o impacto e a variabilidade das alterações climáticas com efeitos negativos para a segurança nutricional, sustento e base do bem-estar das pessoas.

Atualmente, depois do período de prosperidade, progresso social e consolidação democrática, muitos países estão a sentir uma forte desaceleração económica, polarização social e desconfiança nos seus sistemas políticos⁸, razão pela qual a Agenda 2030 não só oferece uma base razoável para que as alianças para o desenvolvimento sustentável se tornem possíveis, mas também o consenso necessário sobre o investimento social e as transformações mais imediatas e desejadas.

Neste sentido, é necessário reconhecer que a produção de análises e

estatísticas com perspetiva de género é indispensável para a formulação de políticas, e para garantir que os Estados contem com os instrumentos necessários para supervisionar o progresso dos ODS. Dados e estatísticas são ferramentas essenciais para compreender as desigualdades, as interceções entre temas e precisar melhor como as políticas e as reformas podem ter um impacto na redução das lacunas de género⁹.

Se analisarmos com pormenor a proposta global de indicadores para os ODS, é possível identificar que há 54 indicadores sensíveis ao género dentro dos 17 objetivos. A sua inclusão nas dimensões económica, social e ambiental permite responder às dimensões de género relacionadas com a pobreza, fome, saúde, educação, acesso à água e saneamento, energia, acesso à justiça, cidades seguras, emprego e produção sustentável, e paz e segurança¹⁰. Estas dimensões são fundamentais para alcançar mudanças transformadoras e duradouras para as mulheres e as meninas.

No entanto, numa perspetiva de género, anteveem-se muitos desafios aos quais responder. Vale a pena referir

7. UN Women, UN Women in Crisis and Emergency Contexts in Latin America and the Caribbean, 2018. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2017/11/onu-mujeres-ante-los-contextos-de-crisis-y-emergencias>

8. UN Women, Progress of Women in Latin America and the Caribbean, 2017. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2016/12/el-progreso-de-las-mujeres-america-latina-y-el-caribe-2017>

9. UN Women, Gender statistics: initial compilation of lessons learned from LAC, 2016.

10. UN Women, Monitoring gender equality and the empowerment of women and girls in the 2030 Agenda for Sustainable Development: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean, 2015. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2015/09/monitoreo-genero>

que há uma assimetria no âmbito dos indicadores e das possibilidades de monitorizar os progressos. Isto deve-se a três principais motivos: ausência de dados disponíveis centrados em mulheres e meninas, ou que capturem a desigualdade de género; marcada transversalização da questão de género em todos os processos fundamentais, tais como políticas de emprego, alterações climáticas e estratégias de crescimento que ainda se mantêm ausentes; e capacidades assimétricas nos países para produzir e atender à necessidade da desagregação dos dados¹¹.

A falta de dados e a transversalização incompleta de género nos ODS é ainda um grande desafio para a região.

Os indicadores no âmbito dos ODS foram categorizados em 3 níveis definidos como “*tiers*”. O nível I, que inclui 93 indicadores, corresponde aos que são conceptualmente claros e para os quais há metodologia internacional disponível. O nível II, contém 72 indicadores conceptualmente claros, com metodologia internacionalmente disponível, mas com dados que não são

produzidos com regularidade pelos países. Os últimos 62 indicadores correspondem ao nível III, sendo indicadores sem metodologia disponível, mas que se espera venha a ser desenvolvida no futuro. Além disso, há outros cinco indicadores que se classificam como multinível, pois diversas das suas componentes se integram nos diferentes níveis atrás mencionados¹². Numa perspetiva de género, o quadro de indicadores sensíveis em 6 dos 17 objetivos são claros (ODS 1 sobre a eliminação da pobreza, ODS 3 sobre saúde, ODS 4 sobre educação, ODS 5 dedicado à igualdade de género, ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento económico e ODS 16 sobre paz e justiça); um total de cinco objetivos são pouco claros em áreas cruciais (ODS 2 sobre fome e segurança alimentar, ODS 10 sobre desigualdades, ODS 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis, ODS 13 sobre alterações climáticas, e ODS 17 sobre alianças para alcançar objetivos); e os restantes objetivos são irrelevantes quanto às questões de género (ODS 6 sobre água potável e saneamento, ODS 7 sobre energia, ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestruturas, ODS 12 sobre produção e consumo responsável, ODS 14 sobre vida submarina e ODS 15 sobre vida e ecossistemas terrestres)¹³.

11. *Ibid.*

12. United Nations Statistical Division, <https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/tier-classification/>

13. UN Women, Hacer las promesas realidad: La igualdad de género en la Agenda 2030 para Desarrollo Sostenible, 2018. <http://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018>

Considerando os 54 indicadores específicos de gênero incluídos no quadro de acompanhamento mundial, só contamos com dados suficiente e periódicos (nível I) para 10 indicadores. Outros 24 indicadores específicos de gênero (44%) são de nível II; e 17 (32%) estão classificados no nível III. Apenas 13% dos países do mundo destinam orçamento para a recolha de dados estatísticos de gênero, e só 15% dos países do mundo têm legislação para a realização de inquéritos especializados sobre gênero¹⁴.

Portanto, enfrentamo-nos a duas questões diferentes, embora relacionadas entre si. O primeiro problema é a falta de produção de dados. Por exemplo, a ausência de dados sobre a proporção de mulheres investigadoras (ODS 9) faz com que a monitorização da contribuição das mulheres para a produção de conhecimento e de ciência seja difícil e diminui a capacidade de comparabilidade no que respeita aos progressos de outras regiões. A comparabilidade dos dados entre os países e regiões é fundamental e não está garantida. Por exemplo, há âmbitos fundamentais na Agenda 2030 para a igualdade de gênero, tais como a meta 5.2 (erradicar a violência contra as mulheres e as meninas), a meta 5.4 (reconhecer e valorizar o trabalho não

remunerado e doméstico) e parte da meta 8.5 (igualdade de remuneração por trabalho de igual valor), cujos indicadores pertencem ao nível II. Embora haja normas acordadas a nível internacional e tenhamos alguns dados, a comparabilidade entre países quanto às definições e à metodologia ainda estão por resolver¹⁵.

A Europa, América do Norte, e América Latina e Caribe são as regiões com maior cobertura de dados, pois contam com 30% dos dados necessários para o acompanhamento mundial dos indicadores específicos de gênero¹⁶.

A ONU Mulheres, e em geral as Nações Unidas, desempenharam um papel de liderança constante em fóruns globais sobre a importância da igualdade como princípio, compromisso e, o que é mais importante, como uma via de ação para a Agenda 2030 por forma a assegurar resultados nos próximos anos¹⁷.

No entanto, a falta de dados e a transversalização incompleta de gênero nos ODS é ainda um grande desafio para a região. Por exemplo, as lacunas na disponibilidade de dados sobre a situação das mulheres indígenas, rurais e afrodescendentes constituem um desafio para a conceção e monitorização de políticas de igualdade e para a promoção dos

14. *Ibid.* y UN Women. Making every Woman and Girl Count, 2017. <http://www.unwomen.org/en/how-we-work/flagship-programmes/making-every-woman-and-girl-count>

15. UN Women, Hacer las promesas..., *op. cit.*

16. *Ibid.*

17. UN Women, Monitoring gender equality..., *op. cit.*

direitos humanos de alguns dos grupos sociais mais relegados da região¹⁸. Também há países onde os censos e os inquéritos oficiais não incluem nenhuma categoria étnico-racial, pelo que não possuem dados sobre este grupo da população, nem sobre as mulheres indígenas ou afrodescendentes em particular. Nos países onde existem dados, o problema é que se realize uma análise sistemática e periódica, sensível ao género e à etnia ou raça, para difundir essas informações e apoiar os governos e outros agentes responsáveis pela formulação de políticas que levem em conta essa situação, bem como as necessidades e oportunidades das mulheres na sua diversidade.

Devemos dar prioridade à produção de provas e estatísticas desagregadas por sexo, idade, etnia e deficiência, para formular políticas públicas de desenvolvimento sustentável que não deixem ninguém para trás¹⁹.

Há já muito tempo que se reconheceu que a igualdade de género desempenha uma função catalisadora e aceleradora para a consecução de resultados em matéria de desenvolvimento²⁰. Este papel é particularmente crítico para cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus

17 ODS. Por exemplo, a Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynszpan, afirmou na inauguração da I Conferência Ibero-Americana sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2018 em Salamanca, que é necessário eliminar a desigualdade de género no mundo para cumprir os objetivos da agenda. Manifestou que ***“para além do argumento ético a favor da igualdade de género ou das abundantes evidências empíricas sobre o custo da desigualdade, permitam-me salientar o argumento aritmético a favor do empoderamento das mulheres e das meninas (...) Não há via mais eficiente que a que afeta metade da população mundial.”***

É então fundamental que se invista na capacidade estatística nacional com o objetivo de melhorar a cobertura, qualidade e periodicidade dos dados para fazer um acompanhamento da igualdade de género e dos ODS. Esta “revolução de dados” inclui um compromisso de alto nível, uma independência política dos sistemas estatísticos, um financiamento satisfatório para a produção de dados, e a focalização na mudança dos preconceitos que estão profundamente arraigados nos conceitos, definições, classificações e metodologias por forma a garantir que

18. UN Women, Strategy on Prioritizing Women of African Descent in UN Women's work in Latin America and the Caribbean (LAC) 2016-2018, 2016. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2017/10/cedaw-mujeres-afrodescendientes>

19. *Ibid.*

20. UN Women, Commitments and Roadmap for a Planet 5050 by 2030, 2017. <http://lac.unwomen.org/en/digiteca/publicaciones/2017/04/compromisos-y-ruta-hacia-un-planeta-5050-al-2030>

os dados reflitam verdadeiramente e em toda a sua diversidade, a realidade vivida pelas mulheres e meninas nesta região. Além disso, é fundamental que se aumente a colaboração entre os produtores e os utilizadores dos dados de género: as alianças entre os institutos nacionais de estatística, ministérios e secretarias de género, organizações defensoras dos direitos das mulheres, e os investigadores independentes e outros associados, já que isso pode melhorar a qualidade e a eficiência dos dados ao garantir que satisfazem as necessidades das diversas partes interessadas. Aproveitar as novas tecnologias e a inovação para analisar os dados e para ajudar a acelerar a velocidade da recolha dos dados em falta é também fundamental, sobretudo para os indicadores de nível III, salvaguardando a qualidade e integridade da metodologia e aderindo a padrões de direitos humanos²¹. Neste sentido, devemos destacar que no quadro da Conferência de Estatística das Américas, há já quase 20 anos que o Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) do México, a ONU Mulheres, a Comissão Económica da América Latina e do Caribe (CEPAL) e o Instituto da Mulher (INMUJERES) do México promovem o Encontro Anual de Estatísticas de Género em Aguascalientes, que tem tido um impacto mensurável no progresso das estatísticas de género na região.

Além disso, com a adoção da Estratégia de Montevideo em outubro de 2016, coordenada pela CEPAL, a América Latina e o Caribe deram mais um passo para orientar os esforços nacionais de implementação da Agenda 2030 sensível ao género²².

Há já muito tempo que se reconheceu que a igualdade de género desempenha uma função catalisadora e aceleradora para a consecução de resultados em matéria de desenvolvimento.

Finalmente, este ano conseguiu-se uma conquista histórica por iniciativa do INEGI e da ONU Mulheres, ao lançarem o **Centro Global de Excelência em Estatísticas de Género (CEEg)**, uma iniciativa pioneira no mundo que tem por objetivo fortalecer a produção, disponibilidade, análise e uso de estatísticas internacionalmente comparáveis sobre temas importantes e emergentes para a consecução da igualdade entre homens e mulheres. Contando com vários institutos nacionais de estatística sólidos —embora com espaço para melhorar— também é de salientar nesta região um maior número de relatórios

21. UN Women, SDG Monitoring Report, 2017. <http://www.unwomen.org/en/digital-library/sdg-report>

22. *Ibid.*

voluntários apresentados no Painel de Alto Nível Político da ONU, espaço anual de prestação de contas sobre os progressos dos ODS. Com esta história de compromissos, a região destaca-se relativamente a outras de todo o mundo e demonstra que tem condições para fazer avançar a produção e inovação de estatísticas de género, sempre que as condições e recursos sejam devidamente assegurados.

A produção de estatísticas de género é essencial para alcançar os resultados transformadores para as mulheres e meninas da América Latina e do Caribe, e para as de todo o mundo.

No entanto, apesar do consenso global em torno da igualdade entre os géneros em geral e do empoderamento económico das mulheres em particular, a região ainda está longe de conquistar a igualdade substantiva entre mulheres e homens²³. Embora a desigualdade exista em todo o mundo, tem uma especial limitação para alcançar o potencial da região. As lacunas que enfrenta são estruturais: baixa produtividade e infraestruturas deficientes, segregação e atrasos na

qualidade dos serviços de ensino e saúde, persistentes diferenças entre géneros e desigualdades territoriais, bem como relativamente às populações afrodescendente, indígenas e rurais e um impacto desproporcionado das alterações climáticas nos elos mais pobres da sociedade.

Passar do compromisso à prática exige promover a igualdade substantiva entre mulheres e homens, contando com a adoção de políticas públicas efetivas para reduzir as vulnerabilidades das mulheres e aproveitar o seu potencial como agentes públicos e agentes de desenvolvimento. Por isso, é fundamental a produção de dados e estatísticas regulares e desagregados, e o desenvolvimento de um quadro de acompanhamento, avaliação e monitorização sólido para supervisionar os progressos e conseguir que os Estados e outros agentes cumpram os compromissos assumidos, incluindo os fins (resultados de igualdade de género) e os meios (processos, políticas, orçamentos e programas com perspetiva de género). É também fundamental que todas as partes responsáveis trabalhem juntas para realizar transformações.

Fortalecer as alianças e a colaboração entre todos os setores envolvidos, ou seja, academia, setor público, setor privado, organizações da sociedade

23. UN Women, *Progress of Women in Latin America... op. cit.*

civil e redes de partes interessadas, significa uma mudança das regras (*game changer*) para estabelecer ligações estratégicas entre todos os agentes e com outras regiões através da cooperação sul-sul, e uma forma de aproveitar o vasto desenvolvimento e trabalho originário da América Latina e do Caribe.

Neste sentido, os Estados da região, os organismos regionais como a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), e as Nações Unidas

desempenham um potente papel de catalisadores para as alianças, fortalecimento do desenvolvimento da região, identificação de políticas transformadoras, e investimento acelerado e estratégico no progresso das populações mais esquecidas pelo desenvolvimento. Assim, a produção de estatísticas de género é essencial para alcançar os resultados transformadores para as mulheres e meninas da América Latina e do Caribe, e para as de todo o mundo.

8

A visão da cultura



O papel da cultura para o cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Ernesto Ottone R.*
Unesco

Com a Agenda 2030 como guia, podemos progredir de forma mais decidida se aproveitarmos o poder da cultura para a conquista das Metas de Desenvolvimento Sustentável. Isto exigirá um novo compromisso por parte dos governos nacionais para integrar plenamente a cultura nas suas políticas nacionais de desenvolvimento, bem como aumentar a percentagem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento dedicada à cultura.

Em muitos sentidos, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um acordo internacional revolucionário, em particular pela sua insistência no papel essencial da cultura em e para o desenvolvimento. A cultura consta de forma mais destacada do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, relativo às cidades e comunidades sustentáveis, no qual se faz um apelo à comunidade internacional no sentido de **“incrementar esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo”**. Também a encontramos no ODS 4, cuja finalidade é promover uma educação de qualidade, ODS 5 que exige a igualdade de género, ODS 8 relativo ao crescimento económico e ao trabalho decente e ODS 16 que preconiza a promoção de sociedades inclusivas e pacíficas.

* Subdiretor Geral de Cultura da Unesco. Foi ministro presidente do Conselho Nacional da Cultura e das Artes (2015-2018) e ministro das Culturas, Artes e Património do Chile.

No entanto, se nos distanciarmos um pouco, veremos que a cultura está presente em todas as facetas do desenvolvimento sustentável, pois redonda, acima de tudo, em benefício das pessoas. O desenvolvimento refere-se às suas necessidades, anseios e direitos fundamentais como seres humanos. Por sua vez, a cultura, que encarna as histórias, os valores e as aspirações das pessoas e comunidades, está profundamente arraigada nas nossas vidas e identidades. O acesso e a participação na vida cultural são essenciais para o nosso bem-estar. Em síntese, para que o desenvolvimento seja justo, inclusivo e verdadeiramente sustentável, deve centrar-se nas pessoas e nas suas culturas.

Veja-se, por exemplo o ODS 8, relativo ao crescimento económico inclusivo e sustentável, cuja finalidade é promover ***“políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a criação de postos de trabalho decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação”***. Hoje em dia, reconhece-se em larga medida que a economia criativa é um motor de crescimento económico inclusivo e um poderoso recurso para a erradicação da pobreza, que gera receitas mundiais anuais no valor de 2,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e exportações à volta de mais de 250.000 milhões

de dólares dos Estados Unidos¹. No entanto, para além do papel de catalisadora de desenvolvimento económico, a economia criativa é também uma fonte de criatividade e inovação que empodera indivíduos e comunidades, especialmente os mais marginalizados. Responsável por dar emprego a cerca de 30 milhões de pessoas em todo o mundo, trabalham na economia criativa mais pessoas entre os 15 e 29 anos que em qualquer outro setor². De acordo com um recente relatório da Unesco, quase metade das pessoas que trabalham na economia criativa são mulheres³. Muito embora as suas contribuições tangíveis para o desenvolvimento sejam fundamentais, os benefícios intangíveis da economia criativa —empoderar as pessoas e as comunidades para ver satisfeitos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais— têm mais capacidade transformadora e são de maior alcance. Ao longo da história, artistas e criadores inovaram, desafiaram normas, entretiveram-nos e inspiraram-nos. A sua energia, criatividade e compromisso promoveram os processos de desenvolvimento, alargando as opções das pessoas e animando-as a imaginar futuros alternativos. A economia criativa é, em essência, uma condição fundamental do crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, na linha do ODS 8.

1. *Cultural times: the first global map of cultural and creative industries*, EY, 2015.

2. *Cultural times: the first global map of cultural and creative industries*, EY, 2015.

3. *Re/Pensar as políticas culturais: Criatividade para o desenvolvimento*, Unesco, 2018.

A cultura também é vital para a consecução do ODS 4 que visa alcançar uma educação de qualidade. Nas suas Metas, o ODS 4 faz um apelo à comunidade internacional para que aumente o número de jovens e adultos com as competências necessárias para aceder a emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Desenvolver competências na economia criativa digital é essencial a este respeito. Se as plataformas digitais facilitaram mais do que nunca que os criadores produzam, distribuam e beneficiem do seu trabalho, a enorme disparidade entre os países do Norte e do Sul global em termos de acesso a plataformas digitais, mercados e infraestruturas é ainda uma realidade. 95% da economia das aplicações concentra-se em apenas 10 países, principalmente no Norte global⁴. Reduzir estas diferenças é crucial, pois as investigações apontam para que em 2020, 90% de todos os trabalhos venham a exigir algum tipo de competência digital⁵. É por esse motivo que a educação artística, especialmente aquela que integra uma componente digital, é tão importante. A educação artística não só fortalece o desenvolvimento cognitivo, como o pensamento criativo, a comunicação e as competências interpessoais. Também promove a sensibilização e o respeito pela diversidade cultural, fomenta um sentido de pertença a

uma comunidade mais vasta e a uma humanidade comum a que chamamos cidadania global e pode ser uma ferramenta útil para a prevenção do extremismo violento.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a Unesco tem vindo a trabalhar para construir a paz na mente das pessoas, reconhecendo que os conflitos não são só de natureza política ou económica.

A Ibero-América está já a dar passos importantes neste terreno, tanto em termos de fortalecimento da sua economia criativa digital e de alargamento do acesso aos mercados externos, quanto dotando os jovens com as competências necessárias para triunfar no novo panorama digital. Em 2016, as indústrias cinematográficas do Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI), promoveram

4. *Re/Pensar as políticas culturais: Criatividade para o desenvolvimento*, Unesco, 2018
 5. *ICT for Work: Digital Skills in the Workplace*, Comissão Europeia, 2017

a criação da plataforma Retina Latina com o objetivo de melhorar a distribuição de filmes locais em toda a região⁶. A Unesco, através do seu Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, apoia a criação de uma aplicação móvel vinculada a esta plataforma, bem como a formação de jovens que aspiram a tornar-se cineastas. A Unesco também financia projetos para estabelecer uma plataforma de aprendizagem virtual para empreendedores culturais na Guatemala e México por forma a melhorar o acesso a bens culturais mesoamericanos por parte dos mercados regionais e mundiais e a facilitar a mobilidade de jovens artistas e profissionais das culturas indígenas. No âmbito da educação, a Unesco desenvolve uma série de projetos em todo o mundo, incluindo a região da América Latina e do Caribe, para integrar o património cultural imaterial no ensino formal e informal, reconhecendo que desse modo se promove a transmissão contínua de conhecimentos locais valiosos e se faz com que a educação seja mais proveitosa à luz das necessidades e aspirações dos estudantes.

A cultura é também essencial para alcançar o ODS 16, cuja finalidade é fomentar sociedades inclusivas e pacíficas. Nos últimos tempos, todos

fomos testemunha de uma crescente onda de nacionalismo e xenofobia em grande parte das regiões do mundo. A globalização e os grandes fluxos migratórios aproximaram-nos, mas também avivaram a chama da desconfiança entre pessoas de diferentes culturas, histórias e origens. Na sua forma mais devastadora, grupos extremistas violentos, como o ISIS, tentaram aniquilar as histórias e as culturas de povos inteiros. No Médio Oriente, no norte de África e noutros lugares do mundo, a cultura e o património cultural veem-se cada vez mais envolvidos no fogo cruzado dos conflitos, quer como alvo de ataques diretos ou vítimas de pilhagens, como vimos em Palmira (Síria), quer colateralmente, afetados em consequência de lutas armadas.

Estabelecida apenas dois meses após o final da Segunda Guerra Mundial, a Unesco há mais de 70 anos que tem vindo a trabalhar para construir a paz na mente das pessoas, reconhecendo que os conflitos não são só de natureza política ou económica. Na sua maioria, surgem quando somos incapazes de encetar um diálogo entre nós. Por isso, o dever da comunidade internacional não é só salvaguardar e reconstruir o património cultural em perigo, como fizemos em Tombuctu (Mali)⁷ e como começámos a fazer em Mossul (Iraque),

6. <https://www.retinalatina.org/>

onde a Unesco trabalha para situar as pessoas no centro da recuperação da cidade através da reabilitação das suas instituições culturais e educativas. Também nos compete a nós preconizar, uma e outra vez, políticas e programas que promovam o valor da diversidade cultural, destacando-a como uma força e não como uma fraqueza. Neste sentido, considero que a diplomacia cultural preventiva é um meio importante para abordar os atuais desafios, que são cada vez mais globais. A diplomacia cultural, que podemos considerar como o intercâmbio de ideias, valores, arte, património cultural e linguístico, é um meio muito eficaz para fomentar o entendimento e o respeito mútuo, promover uma visão positiva da diversidade cultural e lançar pontes entre as comunidades. É ainda um instrumento vital para alentar o multilateralismo, que será essencial para a aplicação de acordos globais, tais como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre o Clima.

A Ibero-América posicionou-se há muito tempo como líder na área da cooperação cultural. Em 2007, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) impulsionou a Carta Cultural Ibero-Americana que definiu as bases para a estruturação do espaço cultural ibero-americano e que animou os seus Estados membros a promover

cooperação e integração cultural como instrumento de diálogo entre os povos e de transformação social. Com cerca de 40 milhões de euros mobilizados entre 2015 e 2016, os programas e iniciativas de cultura IBER partilham os objetivos comuns de fomentar o desenvolvimento de projetos inclusivos e inovadores; promover a colaboração entre as empresas do setor da cultura e a sua participação em empresas conjuntas; favorecer o fluxo e o intercâmbio de bens e serviços culturais; e facilitar a mobilidade dos artistas e das suas obras nesta região que se situa entre dois continentes. Iniciativas de cooperação cultural como estas serão fundamentais para progredir em muitos ODS.

A cultura também demonstra a inter-relação dos ODS. Da mesma forma que a cultura é essencial para conseguir que as cidades sejam inclusivas e sustentáveis, também é fundamental para lutar contra as disparidades de género, finalidade do ODS 5. Todos somos conscientes de que as distorções de género e as desigualdades na área da cultura frequentemente refletem e reforçam a desigualdade entre os géneros na sociedade em geral. Apesar da evolução significativa das últimas décadas, as mulheres ainda estão infra-representadas em quase todos os âmbitos culturais, incluindo o

7. http://www.unesco.org/new/es/media-services/single-view/news/director_general_praises_the_people_of_timbuktu_for_the_reco/

cinema, música, património e meios digitais, particularmente nos postos de liderança. Um estudo publicado em 2017 sobre os principais filmes estreados entre 2007 e 2016, revelou que só 4 por cento dos mais de mil filmes analisados foram realizados por mulheres⁸. Além disso, está bem documentado que as mulheres do setor da cultura ganham significativamente menos que os seus homólogos masculinos, e têm um acesso mais limitado a recursos, formação e programas de mentoria⁹.

A Ibero-América posicionou-se há muito tempo como líder na área da cooperação cultural.

Dado o impacto da cultura nas normas sociais, atitudes e comportamento das pessoas, o fortalecimento do acesso e da participação das mulheres na vida cultural também pode ser um meio eficaz para promover a igualdade entre os géneros. Entre outras coisas, isto significa a integração de uma perspetiva de género nas políticas culturais e a introdução de medidas que permitam às mulheres trabalhar e prosperar em todos os âmbitos criativos, para além dos tradicionalmente relacionados com elas. Significa também apoiar o acesso

das mulheres aos postos de tomada de decisões da economia criativa e estabelecer sistemas para vigiar e acompanhar as violações dos direitos das mulheres no setor cultural. Mais uma vez, observamos uma clara liderança da Ibero-América nessa frente. A Política Nacional de Direitos Culturais da Costa Rica promove o exercício dos direitos culturais e a participação efetiva das pessoas, grupos e comunidades, incluindo as mulheres, na vida cultural nacional. Espanha organiza desde 2011 a exposição virtual Património no Feminino, que analisa a presença e a participação ativa das mulheres ao longo da história, no âmbito público e privado, através de um percurso pelas coleções de 30 museus espanhóis pertencentes à Rede Digital de Coleções Museográficas. Por sua vez, a Unesco apostou na participação de mulheres indígenas do Brasil na indústria editorial digital e apoiou esforços para capacitar mais de 100 mulheres em El Salvador, animando-as assim a criar os seus próprios negócios criativos.

Com a Agenda 2030 como guia, considero que podemos progredir de forma mais decidida se aproveitarmos o poder da cultura para a conquista das Metas de Desenvolvimento Sustentável. Isto exigirá um novo compromisso por parte dos governos

8. *Inclusion in the Director's Chair?*, Smith, Pieper and Choueiti, 2017.

9. *Re/Pensar as políticas culturais: Criatividade para o desenvolvimento*, Unesco, 2018.

nacionais para integrar plenamente a cultura nas suas políticas nacionais de desenvolvimento, bem como aumentar a percentagem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento dedicada à cultura, que atualmente se situa no nível mais baixo dos últimos 10 anos¹⁰. Significará também abordar o crescente impacto das tecnologias digitais nos criadores e artistas, para além das economias locais, assegurando que os jovens contam com as competências necessárias para singrar neste novo panorama digital e que os profissionais da cultura recebem uma remuneração justa pelo seu trabalho. Além disso, implicará consolidar os esforços para ultrapassar as desigualdades que persistem desde tempos imemoriais no âmbito da cultura, particularmente as relacionadas com o género. De igual forma, levará a situar a cultura no centro da diplomacia, consolidação da paz e resolução de conflitos.

A plena utilização do potencial da cultura também exigirá a identificação de indicadores comuns para medir o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável, algo em que a Unesco já se encontra a trabalhar em colaboração com o seu Instituto de Estatística. Santos (Brasil), cidade criativa da Unesco, também está a dar passos significativos neste sentido com a elaboração de indicadores

sobre a economia criativa e a sua contribuição para o desenvolvimento urbano sustentável. Nesta linha, o Observatório de Economia Criativa da cidade, atualizará regularmente estes indicadores.

Como Subdiretor Geral de Cultura da Unesco, orgulho-me dos esforços de todos os nossos Estados membros para integrar a cultura nas suas políticas e programas de desenvolvimento sustentável. Encontramos exemplos deste compromisso nas iniciativas da cidade de Medellín (Colômbia) para melhorar o acesso à cultura como ferramenta de coesão social; na política laboral brasileira que leva em conta a perspetiva de género no contexto do Parque Nacional Serra da Capivara (Brasil); e no estabelecimento em 2015 do Parque arqueológico subaquático da Batalha Naval de 1898 em Santiago de Cuba (Cuba) para proteger o seu rico património cultural submerso, os quais foram incluídos com tantos outros, na recente publicação da Unesco *Cultura para a Agenda 2030*¹¹.

Já vimos o que a cultura é capaz de fazer quando lhe damos a devida importância nas políticas de desenvolvimento. Agora, depende de nós, comunidade internacional, intensificar estes esforços se quisermos alcançar os ODS em 2030.

10. *Re/Pensar as políticas culturais: Criatividade para o desenvolvimento*, Unesco, 2018.

11. <http://www.unesco.org/culture/flipbook/culture-2030/en/mobile/index.html#p=1>

9

Anexo



A Conferência Ibero-Americana e a Agenda 2030



Ignacio Uriarte Ayala*
Secretaria-Geral Ibero-Americana

Introdução

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um inédito e ambicioso compromisso internacional a favor das pessoas, do planeta e da prosperidade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um progresso teórico do conceito de desenvolvimento global. A abordagem multidimensional dos objetivos e das metas reflete a interdependência entre os múltiplos âmbitos que criam desenvolvimento humano. Tradicionalmente, estes âmbitos englobam-se em três dimensões: económica, social e ambiental; mas os especialistas já estão a analisar a influência no desenvolvimento dos âmbitos da cultura e do governo. Este novo paradigma do desenvolvimento, que consolida a teoria da interdependência,

* Diretor de Planificação da Secretaria-Geral Ibero-Americana. Trabalhador social, especializado em políticas públicas de assuntos exteriores, tem um mestrado em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pela Universidade Pontifícia de Comillas, onde exerce as funções de docente e investigador. Doutorando em Migrações Internacionais e Cooperação para o Desenvolvimento, as suas principais linhas de investigação são: cooperação, desenvolvimento humano, migrações e Agenda 2030.

obriga os agentes responsáveis pela implementação da Agenda 2030 e pela concretização dos ODS a trabalhar e a conceber mecanismos multidisciplinares para conseguir resultados efetivos das políticas públicas em termos de qualidade e impacto. Desta necessidade surge a importância de analisar quais os mecanismos de desenvolvimento atualmente existentes mais eficazes para promover a Agenda 2030. Os países ibero-americanos têm um grau de progressão na implementação da Agenda 2030 superior a outras regiões do mundo. O seu percurso histórico de compromissos internacionais de desenvolvimento, face a diferentes organismos internacionais, criou estruturas de planificação e coordenação eficazes que lhes permitiram assumir de forma imediata as exigências às quais a implementação da Agenda 2030 obriga.

Este facto, unido aos 27 anos de história e ao trabalho realizado na Conferência Ibero-Americana, fazem com que a XXVI Cúpula Ibero-Americana de La Antigua Guatemala, de 16 de novembro de 2018, represente um ponto de viragem nos trabalhos da Ibero-América, promovendo e impulsionando qualquer sistema organizado de agentes a trabalhar em conjunto por objetivos comuns que promovam o desenvolvimento. Os documentos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-

América irão configurar o renovado Compromisso Ibero-Americano para o Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência Ibero-Americana

A I Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo teve lugar em Guadalajara, México, em julho de 1991. Nessa reunião arranca o compromisso de 22 países para trabalharem juntos através do diálogo político, cooperação técnica e promoção da solidariedade partilhada com o fim de fortalecer uma Comunidade Ibero-Americana que mantenha os laços que uniram milhões de pessoas dos dois continentes durante anos.

A partir da I Declaração de Guadalajara subscrita pelos Chefes de Estado e de Governo, insiste-se especialmente nos desafios que unem os ibero-americanos nos âmbitos que afetam o desenvolvimento económico, social e ambiental. Ao longo dos quase 50 parágrafos que compõem essa declaração inicial, podemos observar o compromisso para com o desenvolvimento sustentável com o que nasce a Comunidade Ibero-Americana de Nações.

Quatro anos mais tarde, em 1995 na Argentina, realiza-se a V Cúpula Ibero-Americana de Bariloche. Os países ibero-americanos constituem formalmente a estrutura do sistema

de cooperação que orientará as ações mandatadas pelos Chefes de Estado e de Governo. Através da Declaração de Bariloche aprova-se o chamado Acordo de Bariloche que fixa os critérios técnicos que devem marcar a Cooperação Ibero-Americana. Nesse mesmo Acordo aprovam-se os primeiros Programas de Cooperação Ibero-Americana em âmbitos de especial interesse, tais como educação e cultural.

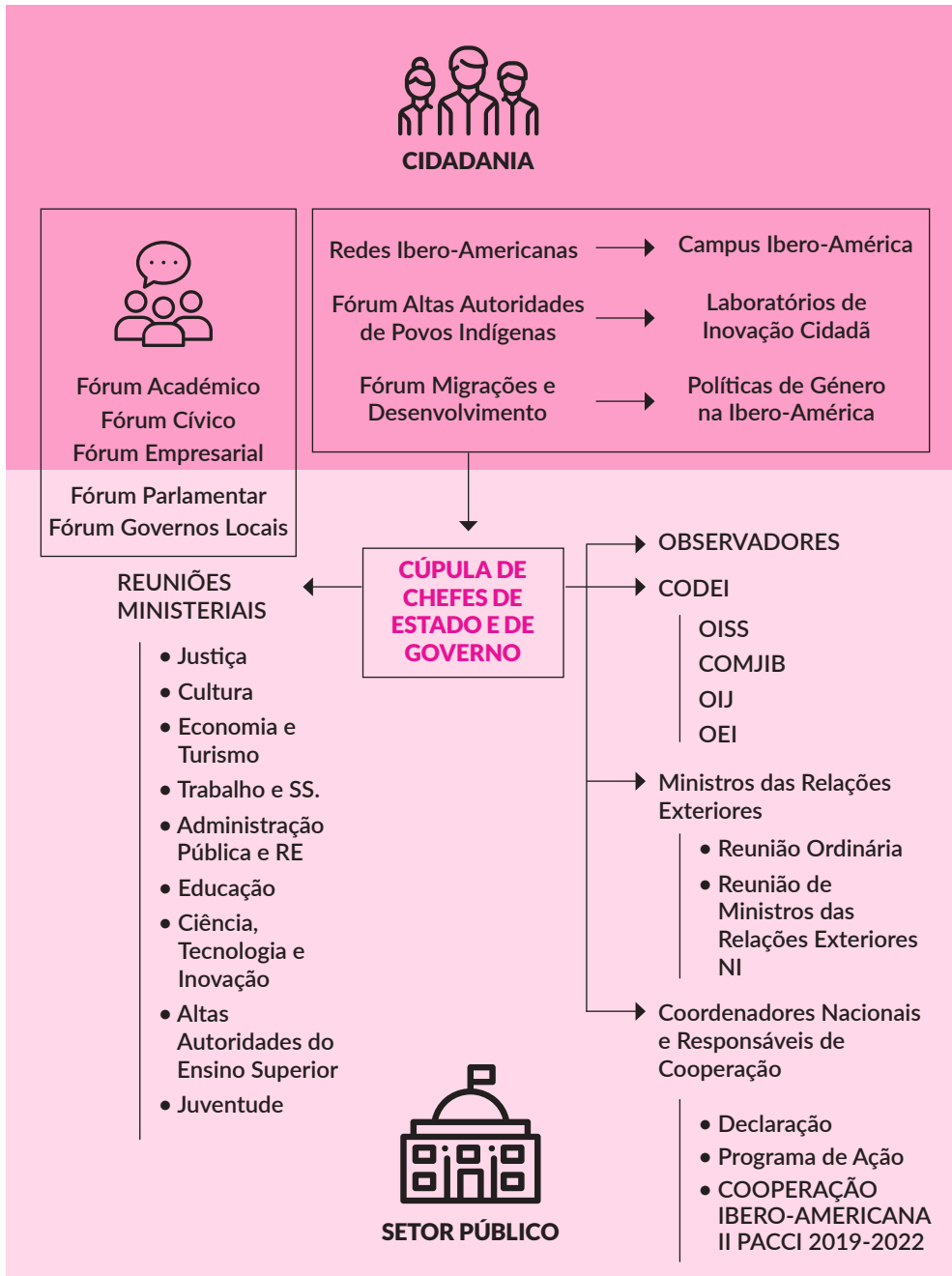
Com o objetivo de fazer um ***“acompanhamento permanente, um maior controlo e uma melhor coordenação da cooperação entre os nossos países, fortalecendo assim as relações entre os Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana e aperfeiçoando os mecanismos para o início e desenvolvimento dos projetos e a procura das soluções financeiras que estes requeiram”***, os países aprovam na Declaração de Havana em novembro de 1999 a implementação da Secretaria para a Cooperação (SECIB) como organismo internacional com sede em Madrid, Espanha. Será em 2004, após a XIII Cúpula de Santa Cruz de la Sierra e antes da XIV Cúpula de São José, quando os países ibero-americanos acordam em transformar a SECIB na atual Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), que para além de servir de apoio técnico à Cooperação Ibero-Americana será o organismo internacional encarregado de dotar de caráter institucional a Conferência Ibero-Americana.

Após 25 anos de cooperação ibero-americana o sistema conta atualmente com 25 programas e iniciativas nos quais os países participam de forma voluntária e horizontal. Cada país propõe um ponto focal da sua administração como representante no programa ou na iniciativa, pelo que mais de 300 pontos focais constituem uma rede de trabalho e de potenciais interações que, em muitos casos, abordam âmbitos diferentes dos que lhe dizem estritamente respeito. Esta malha de cooperação horizontal entre países representa um exemplo de modelo de integração de políticas públicas para o desenvolvimento que surge na cúspide do sistema, os Chefes de Estado e de Governo, para ir impregnando a relação entre as administrações dos 22 países ibero-americanos.

O modelo de cooperação ibero-americana criado pela Conferência Ibero-Americana nos seus 25 anos de existência representa o exemplo de um mecanismo que pode promover a Agenda 2030, pois trata-se de um mecanismo integrador que tem os mesmos parâmetros que a Agenda 2030 considera devem orientar o desenvolvimento global no futuro. A Conferência Ibero-Americana é um mecanismo internacional multidimensional, multiagente e multinível.

Uma vez aprovada a Agenda 2030 em setembro de 2015, a Conferência Ibero-Americana iniciou um processo

Quadro 1: Sistema de agentes da Conferência Ibero-Americana



interno para analisar qual o seu valor acrescentado e utilidade para apoiar os governos ibero-americanos na sua implementação a partir da ação que se realiza há 27 anos. Para isso, no início de 2016 a Secretaria-Geral Ibero-Americana iniciou o processo de elaboração de um estudo sobre como a Ibero-América se devia posicionar quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030. O relatório foi apresentado aos países ibero-americanos e serviu como primeiro documento técnico para orientar a estratégia da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado que trata o tema do desenvolvimento sustentável e se subordina ao tema “Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”.

É a primeira vez que os próprios governos, num compromisso internacional desta grandeza, convocam outros agentes fundamentais e estratégicos para a consecução do desenvolvimento sustentável.

O relatório faz uma primeira análise da situação da Ibero-América relativamente aos ODS e do possível valor acrescentado da Conferência

Ibero-Americana na implementação da Agenda 2030 por parte dos diversos agentes. Nesse sentido, observou-se que o próprio mecanismo ibero-americano, concebido como um rico ecossistema de agentes de desenvolvimento com uma experiência de fortalecimento de mais de 25 anos, era um quadro inigualável para a promoção das necessárias alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável que a Agenda 2030 solicita. A análise completa apontava para que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 poderia ser uma das forças da Conferência Ibero-Americana no futuro.

Quanto aos temas prioritários da cooperação ibero-americana —cultura, coesão social, conhecimento e cooperação sul-sul—, mas também centrando-nos noutros temas emergentes e estreitamente relacionados com o desenvolvimento, tais como o quarto setor, temas migratórios, inovação, transformação digital ou desafio multinível do desenvolvimento, a Conferência Ibero-Americana configurou um ecossistema inigualável de interação entre os agentes prioritários da Agenda 2030 e o setor público dos países a partir da sua máxima representação institucional nos Chefes de Estado.

Ao longo de dois anos, todos os agentes que participam neste sistema da Conferência Ibero-Americana se reuniram com um objetivo comum: poder analisar que contribuições

devem fazer a partir dos seus setores para conseguir promover dinâmicas de alianças estratégicas que contribuam e apoiem os países a impulsionar a Agenda 2030. Esta análise fará parte dos elementos da XXVI Cúpula Ibero-Americana que orientarão os mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo.

Foram os próprios Ministros na II Reunião de Ministros das Relações Exteriores, realizada em La Antigua Guatemala no dia 17 de dezembro de 2017, que reconheceram que a *“A Conferência Ibero-Americana, ao longo dos seus 25 anos de história, promoveu no espaço ibero-americano uma cooperação multidimensional e multiagente que representa uma plataforma valiosa para impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo as Alianças Estratégicas para o Desenvolvimento com a participação dos Estados, autoridades locais, Sistema das Nações Unidas e outros organismos internacionais, povos indígenas, afrodescendentes, sociedade civil, setor privado, comunidade científica e acadêmica e toda a população, na mobilização da totalidade dos recursos disponíveis, tal como propõe a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”*. Na mesma Declaração também aprovaram *“promover a nossa ação conjunta para o ano 2030, com base nas vantagens comparativas da Conferência Ibero-Americana”*. Esta visão acordada entre os 22 países marcou toda a estratégia ibero-

americana para a Cúpula da Guatemala de 2018.

A Conferência Ibero-Americana face à Agenda 2030.

A resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/70/1, que aprova a Agenda 2030, faz referência expressa ao papel fundamental e à responsabilidade dos governos nacionais na sua promoção e implementação: *“Os governos são os principais responsáveis pelo acompanhamento e análise, no plano nacional, regional e mundial, dos progressos alcançados para o cumprimento dos ODS”*. Mas é a primeira vez que os próprios governos, num compromisso internacional desta grandeza, convocam outros agentes fundamentais e estratégicos para a consecução do desenvolvimento sustentável: *“Na nossa viagem seremos acompanhados pelos governos, bem como pelos parlamentos, sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, empresas, setor privado, comunidade científica e acadêmica e toda a população. Já se comprometeram com esta Agenda milhões de pessoas que a assumirão como própria”*.

Esta aposta num trabalho multiagente para atingir o desenvolvimento sustentável pressupõe um enorme desafio de coordenação e participação

Quadro 2

Desafios da Administração Pública face à Agenda 2030



ao qual os governos devem dar resposta através das suas estratégias de implementação a fim de que seja realmente eficaz e consiga um impacto nas metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A Conferência Ibero-Americana foi constituída em 1991 com o objetivo de impulsionar políticas públicas comuns no interesse dos cidadãos e do seu desenvolvimento. Nesse sentido, a Agenda 2030 constitui uma oportunidade de convergência entre todos os setores governamentais que permite conjugar esforços e buscar sinergias entre os agentes envolvidos.

Para poder identificar que linhas de ação da Conferência Ibero-Americana podem ser mais úteis para os países membros quanto aos desafios da implementação da Agenda 2030, a SEGIB iniciou uma análise dos reptos que essa eficaz implementação envolve. Consideramos que os principais desafios de implementação são de carácter multinível, multidimensional e multiagente.

Um dos maiores desafios com que se confrontam as administrações públicas para implementar e promover a Agenda 2030 nos seus territórios é a coordenação de agentes para dentro da administração (*ad intra*) e de outros agentes envolvidos no desenvolvimento e nas políticas públicas (*ad extra*). Simultaneamente, essa coordenação deve ser multinível e multidimensional, o que reflete

uma complexidade extrema na implementação da Agenda 2030 que irá constituir o grande desafio que todos os países enfrentam.

Desta forma, concluímos que um dos grandes problemas é o de lograr conceber mecanismos nacionais de implementação eficazes que sejam capazes de enfrentar o desafio de coordenar este ambicioso plano multinível, multiagente e multidimensional de desenvolvimento sustentável. A América Latina é um exemplo de arquitetura institucional na qual convivem mecanismos criados *ad hoc* para a Agenda 2030 com outros que já existiam e que foram concebidos para implementar a Agenda do Milénio ou que servem de pontos de planificação nacional da administração pública.

A Agenda 2030 constitui uma oportunidade de convergência entre todos os setores governamentais que permite conjugar esforços e buscar sinergias entre os agentes envolvidos.

A novidade que envolve implementar a Agenda 2030 traduz-se na disparidade institucional dos diferentes mecanismos e na forma

como cada país organiza e coordena a sua administração pública. Nalguns deles estão em funcionamento há mais tempo, mas noutros foram recentemente constituídos, pelo que se constata uma oportunidade única ao poder incorporá-los como agentes da Conferência Ibero-Americana e poder criar espaços de intercâmbio de conhecimentos, aprendizagens e boas práticas, que ajudem a fortalecer a implementação da Agenda 2030 em todos os países ibero-americanos, identificando padrões de eficácia relativamente aos desafios que assumem.

A Conferência Ibero-Americana pode ser um grande espaço de intercâmbio e de impulso de estratégias de implementação com outros agentes.

Nesse sentido, na XXIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, realizada na Guatemala, nos dias 26 e 27 de julho de 2018, os participantes reconheceram que: ***“Fixámos como objetivo fundamental estabelecer padrões comuns e intercambiar experiências e conhecimentos que possam contribuir com melhorias para a implementação nos nossos países dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por forma a alcançar uma Ibero-América***

próspera, inclusiva e sustentável, tema da XXVI Cúpula Ibero-Americana.”

Para isso, instaram a Secretaria-Geral Ibero-Americana, com o apoio do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento a:

- ***“Lançar um Fórum Ibero-Americano anual de mecanismos nacionais de implementação da Agenda 2030 para conceber um plano de trabalho que permita reunir e aprofundar conhecimentos sobre a implementação da Agenda 2030 e coordenar agentes de desenvolvimento capazes de criarem parcerias estratégicas eficazes e de qualidade para o desenvolvimento sustentável”*** (Parágrafo 12 da Declaração).

- ***“Sistematizar as aprendizagens e experiências que possam ser úteis para a implementação da Agenda 2030, bem como aprofundar metodologias e capacidades na administração pública para criar parcerias estratégicas para o desenvolvimento no quadro do ODS 17”*** (Parágrafo 13 da Declaração).

Este mandato dos Ministros da Administração Pública constituirá um dos eixos inovadores e fundamentais da XXVI Cúpula Ibero-Americana dado que a Conferência Ibero-Americana pode ser um grande espaço de intercâmbio e de impulso de estratégias de implementação com outros agentes e, nessa perspetiva, apoiar os esforços nacionais a partir do

próprio valor acrescentado desde há 25 anos de ação ibero-americana.

Da mesma forma que os Ministros e Ministras da Administração Pública realizaram uma reflexão estratégica e operacional sobre como orientar o seu trabalho de consecução dos ODS, os restantes agentes da Conferência iniciaram o mesmo caminho.

Na próxima XXVI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo deverão ser adotados três documentos estratégicos para os próximos anos da Conferência Ibero-Americana e para a sua ligação ao desenvolvimento sustentável:

> A Declaração de Chefes de Estado e de Governo da XXVI Cúpula Ibero-Americana.

> O Programa de Ação da XXVI Cúpula Ibero-Americana.

> O Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2019-2022.

Estes três documentos estruturam o Compromisso Ibero-Americano para o Desenvolvimento Sustentável pois refletem a orientação política, estratégica e operacional de toda a Conferência Ibero-Americana para os próximos anos com uma clara vocação de promoção da Agenda 2030.

O plano de trabalho impulsionará de forma integral a contribuição da Conferência Ibero-Americana para o desenvolvimento sustentável em âmbitos prioritários, tais como a cultura, coesão social e conhecimento, mas também noutros em que a Ibero-América tem grande experiência e que devem fazer parte deste novo período, tais como a administração pública, economia, empreendedorismo, ambiente, promoção de políticas de género, turismo sustentável e abordagem territorial da nossa ação. A XXVI Cúpula Ibero-Americana de La Antigua Guatemala, deve ser o ponto de viragem estratégico de todo o sistema de agentes nos próximos 15 anos.

A próxima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, terá lugar na cidade de La Antigua Guatemala, e estará subordinada ao tema “Uma Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”.

Com o debate e os acordos sobre as metas de desenvolvimento económico e social a alcançar em 2030, contribuiu-se para despertar a consciência crítica dos cidadãos e dos seus representantes políticos.

Neste número, a revista *Pensamento Ibero-Americano* convida a refletir sobre os temas da Cúpula individualidades de vulto dos organismos internacionais, mundo académico, representantes da empresa privada e especialistas relacionados com a Ibero-América.

Editada por



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Com a colaboração de



Cooperación
Española



AMEXCID

AGENCIA MEXICANA
DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL
PARA EL DESARROLLO



CASAMÉRICA



INSTITUTO DE
ADMINISTRACIÓN
PÚBLICA
PUEBLA